PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Programa Memória do Mundo – MoW - UNESCO: candidatura do Superior Tribunal Militar

Catálogo da Coleção Tribunal de Segurança Nacional: atuação do Supremo Tribunal Militar como instância revisional – 1936-1955

Programa Memória do Mundo – MoW - UNESCO

ANEXO D

Brasília-DF
2017

ANEXO D

Catálogo

Coleção Tribunal de Segurança Nacional: atuação do Supremo Tribunal Militar como instância revisional – 1936-1955

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (2017)

Dr. José Coêlho Ferreira *(Ministro-Presidente)*

Gen Ex Lúcio Mário de Barros Góes *(Ministro Vice-Presidente)*

Ministros

Dra. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

Ten Brig Ar William de Oliveira Barros

Alte Esq Alvaro Luiz Pinto

Dr. Artur Vidigal de Oliveira

Ten Brig Ar Cleonilson Nicácio Silva

Alte Esq Marcus Vinicius Oliveira dos Santos

Gen Ex Luis Carlos Gomes Mattos

Dr. José Barroso Filho

Gen Ex Odilson Sampaio Benzi

Alte Esq Carlos Augusto de Sousa

Ten Brig Ar Francisco Joseli Parente Camelo

Gen Ex Marco Antônio de Farias

Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz

Secretaria do STM

Eder Soares de Oliveira (*Diretor-Geral*)

Diretoria de Documentação e Gestão de Conhecimento (Didoc)

Maria Juvani Lima Borges (Diretora)

Coordenadoria de Gestão do Conhecimento (Coges)

Luciana Lopes Humig (Coordenadora)

Coordenadoria de Preservação e Difusão da Memória Institucional (Codim)

Airton Guimaraes Xavier (Coordenador)

PODER JUDICIÁRIO

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Catálogo da Coleção Tribunal de Segurança Nacional:

atuação do Supremo Tribunal Militar como instância revisional – 1936-1955

ANEXO D

Brasília-DF

2017

Esta obra está licenciada com uma Licença *Creative Commons* Atribuição – Não Comercial – Sem Derivações 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Supervisão editorial
Eduardo Monteiro Pereira

Capa
Antonio Simão Neto (Imagem: Created by Harryarts - Freepik.com)

Formatação
Paulo Henrique Tito

Ficha catalográfica
Cosme Fernando Ramalho Sotelino de Moura

Projeto de Descrição Arquivística do Acervo Documental do Superior Tribunal Militar
Alexandre Guimarães (gerente de projeto)

Pesquisa
Heigon Henrique da Silva Lins
Lucas Matias Navarro
Caroline Braga Rosa de Almeida (estagiária)

Descrição arquivística
Carlos César Neves de Oliveira
Mayara Maria dos Santos Ramos (estagiária)
Paloma de Lamieda Borges (estagiária)

Revisão e atualização
Karine Araujo Leite
Luciana Lopes Humig
Maria Juvani Lima Borges

Ficha Catalográfica

Brasil. Superior Tribunal Militar.

Coleção Tribunal de Segurança Nacional: atuação do Supremo Tribunal Militar como instância revisional – 1935–1955. – Brasília : Superior Tribunal Militar, 2017.

228 p.

Brasil. Tribunal de Segurança Nacional, processo, coletânea. I. Título.

CDU 344.3 (094.9)

Catalogação na fonte – Seção de Biblioteca

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Elaboração, distribuição e informações

Superior Tribunal Militar (STM)

Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento (Didoc)

Telefones: (61) 3313-9183/3313-9316/3313-9200

SUMÁRIO

Em ordem cronológica de autuação do processo

APRESENTAÇÃO 10

INFORMAÇÕES RESUMIDAS SOBRE OS PRODUTORES 13

1. **INQUÉRITO DO LEVANTE DE 27 DE NOVEMBRO DE 1935** 17
2. **PROCESSO N. 3/1936** 20
3. **APELAÇÃO N. 4.899/1937** 21
4. **APELAÇÃO N. 4.900/1937** 26
5. **PROCESSO N. 1.434/1937** 27
6. **HABEAS CORPUS N. 8.417/1937** 29
7. **HABEAS CORPUS N. 8.462/1937** 31
8. **APELAÇÃO N. 185/1937** 32
9. **APELAÇÃO N. 5.004/1937** 43
10. **APELAÇÃO N. 5.033/1937** 44
11. **APELAÇÃO N. 5.053/1937** 45
12. **APELAÇÃO N. 5.054/1937** 47
13. **APELAÇÃO N. 5.152/1937** 53
14. **APELAÇÃO N. 5.203/1937** 54
15. **APELAÇÃO N. 5.215/1938** 61
16. **APELAÇÃO N. 5.323/1938** 63
17. **HABEAS CORPUS N. 10.494/1938** 65
18. **APELAÇÃO N. 6.555/1939** 66
19. **REVISÃO CRIMINAL N. 48/1939** 68
20. **REVISÃO CRIMINAL N. 52/1939** 70
21. **REVISÃO CRIMINAL N. 57/1939** 71
22. **REVISÃO CRIMINAL N. 64/1939** 72
23. **REVISÃO CRIMINAL N. 83/1940** 74
24. **REVISÃO CRIMINAL N. 86/1940** 75

25. REVISÃO CRIMINAL N. 92/1940 77
26. REVISÃO CRIMINAL N. 106/1940 78
27. REVISÃO CRIMINAL N. 126/1941 79
28. REVISÃO CRIMINAL N. 127/1941 81
29. REVISÃO CRIMINAL N. 132/1941 82
30. HABEAS CORPUS N. 28.181/1942 83
31. HABEAS CORPUS N. 28.189/1942 85
32. HABEAS CORPUS N. 28.176/1942 86
33. REVISÃO CRIMINAL N. 154/1942 87
34. PROCESSO N. 2.395/1942 89
35. REVISÃO CRIMINAL N. 168/1942 92
36. REVISÃO CRIMINAL N. 170/1942 93
37. REVISÃO CRIMINAL N. 172/1943 94
38. REVISÃO CRIMINAL N. 175/1943 95
39. REVISÃO CRIMINAL N. 180/1943 97
40. REVISÃO CRIMINAL N. 185/1943 98
41. REVISÃO CRIMINAL N. 195/1943 99
42. REVISÃO CRIMINAL N. 197/1943 100
43. REVISÃO CRIMINAL N. 226/1944 102
44. REVISÃO CRIMINAL N. 236/1944 103
45. APELAÇÃO N. 11.569/1944 105
46. REVISÃO CRIMINAL N. 253/1944 108
47. PROCESSO N. 4.877/1944 115
48. PROCESSO N. 6.132/1945 112
49. PROCESSO N. 4.777/1945 113
50. PROCESSO N. 451/1946 115
51. PROCESSO N. 455/1946 116
52. REVISÃO CRIMINAL N. 355/1946 118
53. REVISÃO CRIMINAL N. 356/1946 120
54. REVISÃO CRIMINAL N. 357/1946 121
55. REVISÃO CRIMINAL N. 359/1946 122

56. REVISÃO CRIMINAL N. 360/1946 123
57. REVISÃO CRIMINAL N. 371/1946 125
58. REVISÃO CRIMINAL N. 374/1946 126
59. REVISÃO CRIMINAL N. 389/1946 127
60. REVISÃO CRIMINAL N. 395/1946 129
61. REVISÃO CRIMINAL N. 396/1946 130
62. REVISÃO CRIMINAL N. 397/1946 132
63. REVISÃO CRIMINAL N. 401/1946 133
64. REVISÃO CRIMINAL N. 402/1946 134
65. REVISÃO CRIMINAL N. 406/1947 136
66. REVISÃO CRIMINAL N. 407/1947 137
67. REVISÃO CRIMINAL N. 410/1947 138
68. REVISÃO CRIMINAL N. 413/1947 140
69. REVISÃO CRIMINAL N. 414/1947 141
70. REVISÃO CRIMINAL N. 415/1947 143
71. REVISÃO CRIMINAL N. 422/ 1947 144
72. REVISÃO CRIMINAL N. 425/1947 146
73. REVISÃO CRIMINAL N. 426/1947 147
74. REVISÃO CRIMINAL N. 427/1947 148
75. REVISÃO CRIMINAL N. 428/1947 150
76. REVISÃO CRIMINAL N. 433/1947 151
77. REVISÃO CRIMINAL N. 434/1947 152
78. REVISÃO CRIMINAL N. 436/1947 153
79. REVISÃO CRIMINAL N. 437/1947 155
80. REVISÃO CRIMINAL N. 438/1947 156
81. REVISÃO CRIMINAL N. 440/1947 157
82. REVISÃO CRIMINAL N. 446/1947 158
83. REVISÃO CRIMINAL N. 450/1947 159
84. REVISÃO CRIMINAL N. 451/1947 160
85. REVISÃO CRIMINAL N. 452/1947 161
86. REVISÃO CRIMINAL N. 453/1947 162

87. REVISÃO CRIMINAL N. 454/1947 164
88. REVISÃO CRIMINAL N. 458/1948 166
89. REVISÃO CRIMINAL N. 462/1948 167
90. REVISÃO CRIMINAL N. 463/1948 168
91. REVISÃO CRIMINAL N. 465/1948 169
92. REVISÃO CRIMINAL N. 466/1948 170
93. REVISÃO CRIMINAL N. 468/1948 172
94. REVISÃO CRIMINAL N. 469/1948 173
95. REVISÃO CRIMINAL N. 471/1948 174
96. REVISÃO CRIMINAL N. 472/1948 175
97. REVISÃO CRIMINAL N. 473/1948 176
98. REVISÃO CRIMINAL N. 477/1948 178
99. REVISÃO CRIMINAL N. 478/1948 179
100. REVISÃO CRIMINAL N. 479/1948 180
101. REVISÃO CRIMINAL N. 480/1948 181
102. REVISÃO CRIMINAL N. 482/1948 182
103. REVISÃO CRIMINAL N. 483/1948 183
104. REVISÃO CRIMINAL N. 484/1948 185
105. REVISÃO CRIMINAL N. 485/1948 186
106. REVISÃO CRIMINAL N. 486/1948 187
107. REVISÃO CRIMINAL N. 487/1948 188
108. REVISÃO CRIMINAL N. 488/1948 189
109. REVISÃO CRIMINAL N. 489/1948 190
110. REVISÃO CRIMINAL N. 490/1948 191
111. REVISÃO CRIMINAL N. 491/1948 193
112. REVISÃO CRIMINAL N. 498/1948 194
113. REVISÃO CRIMINAL N. 500/1948 195
114. REVISÃO CRIMINAL N. 508/1948 196
115. REVISÃO CRIMINAL N. 509/1948 198
116. REVISÃO CRIMINAL N. 510/1948 199
117. REVISÃO CRIMINAL N. 511/1948 201

118. REVISÃO CRIMINAL N. 512/1948 202
119. REVISÃO CRIMINAL N. 514/1948 203
120. REVISÃO CRIMINAL N. 525/1949 205
121. REVISÃO CRIMINAL N. 526/1949 206
122. REVISÃO CRIMINAL N. 542/1949 207
123. REVISÃO CRIMINAL N. 549/1949 208
124. REVISÃO CRIMINAL N. 557/1949 210
125. REVISÃO CRIMINAL N. 560/1949 211
126. REVISÃO CRIMINAL N. 566/1950 213
127. REVISÃO CRIMINAL N. 574/1950 214
128. REVISÃO CRIMINAL N. 575/1950 215
129. REVISÃO CRIMINAL N. 576/1950 217
130. REVISÃO CRIMINAL N. 584/1951 218
131. REVISÃO CRIMINAL N. 609/1952 220
132. REVISÃO CRIMINAL N. 613/1952 221
133. REVISÃO CRIMINAL N. 615/1952 223
134. REVISÃO CRIMINAL N. 619/1952 224
135. REVISÃO CRIMINAL N. 634/1952 225
136. REVISÃO CRIMINAL N. 670/1953 226
137. REVISÃO CRIMINAL N. 682/1954 228
138. APELAÇÃO N. 26.067/1955 229
139. REVISÃO CRIMINAL N. 806/1957 232

APRESENTAÇÃO

O Catálogo da **Coleção Tribunal de Segurança Nacional: atuação do Supremo Tribunal Militar como instância revisional – 1936-1955** busca divulgar, de forma acessível e transparente, os processos oriundos do TSN que fazem parte do acervo arquivístico histórico do Superior Tribunal Militar.

Durante o primeiro ano de atuação do Tribunal de Segurança Nacional coube ao então Supremo Tribunal Militar receber os recursos das decisões do TSN. Mesmo tendo a incumbência de recebê-los, as decisões do Supremo não tinham efeito suspensivo sobre as sentenças do TSN.

Neste catálogo disponibilizou-se uma breve história do extinto Tribunal de Segurança Nacional, da Justiça Militar da União e do Supremo Tribunal Militar. Os processos foram dispostos por ordem de data de início, no tribunal de origem, tendo sido escolhida a ordem crescente, do primeiro que deu origem à Coleção até o último a ser recebido pelo STM. Cabe ressaltar que, para dirimir as dúvidas quanto aos homônimos dos envolvidos foram descritos os nomes dos pais entre parênteses.

Trata-se de um recorte dos registros completos disponíveis no *software* AtoM (aplicativo de código aberto baseado em padrões para descrição arquivística), tendo sido escolhidos campos descritivos relevantes para o leitor compreender a atuação do Tribunal de Segurança Nacional.

Os originais dos processos estão disponíveis para o público e podem ser consultados a partir de visita à Seção de Arquivo do Superior Tribunal Militar. Os arquivos digitais poderão ser acessados a partir de pedido na Ouvidoria do STM, ou no Portal do STM, de qualquer parte do mundo.

Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento

QUADRO EXPLICATIVO

Disponibilizou-se – para cada documento arquivístico da Coleção – quadro composto de elementos de descrição, com campos identificadores para possibilitar a realização de pesquisa, de acordo com a ISAD(G) Norma Internacional de Descrição, conforme abaixo:

Título
Data(s) - Datas em que os documentos foram produzidos ou acumulados.
Dimensão e suporte - Dimensão da unidade de descrição, indicando o número de unidades físicas ou lógicas em algarismos árabes e a unidade de medida. - Suporte específico da unidade de descrição.
Nome do produtor - Responsáveis pela produção, acumulação e conservação dos documentos da unidade de descrição.
História do item documental - Mudanças de propriedade, responsabilidade ou custódia da unidade de descrição e ações ocorridas que contribuem para a presente estrutura e organização.
Âmbito e conteúdo - Resumo do conteúdo da unidade de descrição, com tipos de documentos, assuntos e procedimentos administrativos.

Nota - Informação especializada ou outra informação importante não pertinente a nenhum dos elementos de descrição definidos.
Unidades de descrição relacionadas - Listagem de unidades de descrição relacionadas na mesma entidade detentora, ou em qualquer outro lugar, pela proveniência ou qualquer tipo de associação.
Descrições relacionadas - Relação entre a unidade de descrição e outra existente no AtoM.
Assunto principal - Elemento de informação, termo ou código presentes na unidade de descrição, para identificação e localização de documentos.
Nome/Entidade - Elemento de informação na unidade de descrição, para identificação e localização de pessoas e entidades nos documentos. - Algumas unidades de descrição apresentam não só o nome do(s) envolvido(s), como também os nomes dos pais entre parênteses.

INFORMAÇÕES RESUMIDAS SOBRE OS PRODUTORES

Repositório: Superior Tribunal Militar

Título: TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL (TSN)

ID: 001

Data: 11/09/1936 a 17/11/1945

História administrativa

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) solapou os amantes do liberalismo, do progresso e do imperialismo. A necessidade de mudança era visível e duas propostas surgiram, na Europa, a fim de acabar com a crise do modelo existente. A primeira foi criada ainda durante a Grande Guerra: na Rússia, Lênin e seus companheiros implementaram um modelo de sociedade baseado no pensamento de Marx. A segunda foi o fascismo, que se consolidou com a chegada de Mussolini ao poder, em 1922, na Itália, e com Hitler, em 1933, na Alemanha.

O Brasil não passou incólume a esses novos acontecimentos mundiais: o fascismo europeu é aderido pela Ação Integralista Brasileira (AIB). O marxismo é personalizado na Aliança Nacional Libertadora (ANL), que se fortalece com a adesão do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Na década de 1920, os militares se mantêm cada vez mais articulados, prova disso são o movimento tenentista e a Coluna Prestes. Em 1930, uma junta militar derruba o presidente Washington Luís e governa o Rio de Janeiro por dez dias até passar o poder a Getúlio Vargas.

Vargas, em 1932, enfrenta uma revolta constitucionalista em São Paulo. Em 1935, os comunistas tentam tomar o poder no Rio Grande do Norte, no Rio de Janeiro e em Recife. Após a tentativa de golpe por parte da esquerda, a justiça militar ganha um novo órgão: o Tribunal de Segurança Nacional.

Em 23 de novembro de 1935, no Rio Grande do Norte, inicia-se a tentativa de golpe por parte da esquerda: a Intentona Comunista. Natal é tomada pelos revolucionários e retomada pelo governo em quatro dias. Rebeliões se seguem no Rio de Janeiro e em Recife, resultando em mortes e no fracasso do movimento.

Acontecimentos extremos acarretam medidas extremas: em 11 de setembro de 1936, é criado o Tribunal de Segurança Nacional (TSN), pela Lei n. 244. Esse órgão da justiça militar passa a processar e julgar, em primeira instância, as pessoas acusadas de promover atividades contra a segurança externa do país e contra as instituições militares. Funcionou até 17 de novembro de 1945, quando foi extinto por meio da Lei Constitucional n. 14.

Repositório: Superior Tribunal Militar

Título: JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO (JMU) – REPÚBLICA

ID: 002

Data: a partir de 1891

História administrativa

A história da Justiça Militar se confunde com a história do Brasil. Criada em 1808, por ocasião da vinda da família real, a Justiça Militar foi organizada formalmente em torno de duas instâncias, os Conselhos de Guerra e o Conselho Supremo Militar e de Justiça.

A jurisdição compreende o território nacional e é composta pelo Superior Tribunal Militar, os Tribunais e Juízes Militares instituídos por lei, conforme provisão da Carta Magna de 1988.

Ao se formar a estrutura do Estado Brasileiro (Ministérios e repartições públicas) com sede na cidade do Rio de Janeiro, por ato do Príncipe Regente D. João VI (Alvará de 01/04/1808) foi criado o Conselho Supremo Militar e de Justiça, com atribuições administrativas (cartas-patentes, promoções, soldos, etc.) e judiciárias. Desde sua fundação, à Justiça Militar da União cabem funções judicantes e administrativas.

Nos primeiros anos da República, a justiça militar permaneceu com a mesma estrutura herdada do Império. O artigo 77 da Constituição de 1891 cita, entretanto, que os militares de terra e mar gozarão de foro especial, a ser regulado por lei. Cabe ressaltar, que organização do Tribunal deu-se fora do capítulo que tratava do Poder Judiciário.

Na Constituição de 1934, os juízes e tribunais militares passaram a fazer parte dos órgãos do poder judiciário, e nos artigo 84 a 87, a jurisdição, o jurisdicionado da Justiça Militar foram organizados, assim como, determinou-se os órgãos da Justiça Militar da União e assegurou-se a inamovibilidade dos juízes militares.

Já na Carta Constitucional de 1937, também conhecida como Polaca, por ter sido inspirada no modelo polonês, a Justiça Militar manteve a condição constitucional de órgão Poder Judiciário.

Com o advento da Constituição Federal de 1946, a Justiça Militar continuou seu status constitucional no artigo 94, inciso III, como órgão do Poder Judiciário, e nos artigos 106 a 108, as competências para julgar os militares nos crimes definidos em lei e a possibilidade de julgar civis.

Somente com o advento da Lei 8.457, de 1992, Justiça Militar passou a denominar-se Justiça Militar da União.

Por fim, os acontecimentos republicanos demonstraram que o papel da justiça militar brasileira foi relevante e que deve ser estudado para se compreender a complexa história do nosso país.

Repositório: Superior Tribunal Militar

Título: SUPREMO TRIBUNAL MILITAR

ID: 003

Data: 1891 a 1946

História administrativa

Após o advento da República, deu-se a extinção do Conselho Supremo Militar e de Justiça. A Carta republicana, de 1891, não inseriu, no título destinado ao Poder Judiciário, nenhuma referência à Justiça Militar, apenas prevendo, em seu artigo 77, foro especial para os crimes militares de terra e mar, estruturado em um Supremo Tribunal Militar e Conselhos destinados ao julgamento de delitos.

Segundo Bastos (1981), até 1893, a presidência do Conselho era exercida pelo chefe de Estado; por ela passaram, portanto, o príncipe regente Dom João, os imperadores Pedro I e Pedro II, e os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

Em 18 de junho de 1893, pelo Decreto Legislativo nº 149, foi regulamentado o Supremo Tribunal Militar, com a composição de quinze ministros, sendo quatro da Armada, oito do Exército e três togados. Também foi regulado, pelo mesmo decreto, o exercício da presidência do Tribunal, que coube ao "general" mais graduado que dele fizesse parte (idem).

O Decreto nº 14.450, de 30 de outubro de 1920, que instituiu o Código de Organização Judiciária e Processo Militar, reduziu a nove o número de ministros do Supremo Tribunal Militar, sendo dois da Armada, três do Exército e quatro togados, estes escolhidos entre os auditores de segunda entrância ou entre bacharéis em direito com seis anos de prática, de preferência magistrados. O mesmo decreto inovou ao prescrever a eleição do presidente e do vice-presidente da corte. Em 1926 ocorreu nova alteração pelo Decreto nº 17.231-A, que instituiu o Código de Justiça Militar, aumentou para dez o número de ministros, agora três do Exército, dois da Armada e cinco entre magistrados e bacharéis em direito.

Foi a Constituição de 1934 que atribuiu ao Supremo Tribunal Militar o status de órgão do Poder Judiciário. Com isso foi eliminada a competência administrativa, mantendo-se a função jurisdicional. Permaneceu, todavia, na esfera infraconstitucional o disciplinamento de sua estrutura e funcionamento. Nesse mesmo ano, o número de ministros foi, mais uma vez, aumentado, passando a onze (Decreto nº 24.803, de 14 de julho): quatro do Exército, três da Armada e quatro civis, dos quais três escolhidos entre auditores e um, entre cidadãos de notório saber em ciências sociais.

A criação do Ministério da Aeronáutica, em 1941, exigiu nova modificação na estrutura do Supremo Tribunal Militar, para inclusão de integrantes daquela Força. O Decreto-Lei nº 4.235, de 6 de abril de 1942, manteve em onze o número de membros, sendo três do Exército, dois da Armada, dois da Aeronáutica e quatro civis.

Com a Carta Magna de 1946 e a redemocratização do Brasil após o Estado Novo, nasce o Superior Tribunal Militar, que teve importantíssima atuação durante a Revolução de 1964.

Repositório: Superior Tribunal Militar

Título: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (STM)

ID: 004

Data: 1946 a atualmente

História administrativa

Com a redemocratização, após o Estado Novo, a corte castrense passou a se denominar Superior Tribunal Militar, por força da mudança promovida pela Carta Constitucional de 1946. Permaneceu na esfera ordinária o disciplinamento quanto à estrutura da corte. Em 1961 foi instituído, pelo próprio Tribunal, o rodízio entre as três Armas na presidência do órgão.

O Ato Institucional nº 2, de 1965, modificou o texto da Constituição de 1946, ampliando para quinze membros a composição do STM, tal como no início do período republicano (Decreto nº 149/1893), sendo quatro do Exército, três da Marinha, três da Aeronáutica e cinco civis. A Constituição de 1967 incorporou o texto do AI-2, transferindo para o corpo constitucional o disposto sobre a composição do STM.

Em maio de 1965 ocorreu fato inédito na história da Corte: um ministro civil assumiu, ainda que interinamente, sua presidência. O ministro Washington Vaz de Mello ocupou o cargo por três meses, em virtude de doença do então titular, até a eleição do sucessor.

A organização e o funcionamento da Justiça Militar da União são disciplinados pela Lei nº. 8.457, de 4 de setembro de 1992. No referido diploma, o artigo 1º define como órgãos da Justiça Militar da União: o STM; a Auditoria de Correição; os Conselhos de Justiça; os Juízes-Auditores; e os Juízes-Auditores Substitutos. Todas as Auditorias, bem como o STM, têm jurisdição mista, competindo-lhes, portanto, processar e julgar os crimes militares praticados por civis e/ou militares integrantes das Forças Armadas.

Título

1. Inquérito do Levante de 27 de novembro de 1935

Data(s)

- 1º/12/1935 a 10/03/1938

Dimensão e suporte

Dimensão: 4.610 folhas, 18 volumes

Suporte: papel

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

História do item documental

Inquérito policial autuado em 1º de dezembro de 1935 na Polícia Civil do Distrito Federal sobre o movimento subversivo ocorrido em 27 de novembro do mesmo ano, na cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal.

Âmbito e conteúdo

Inquérito a fim de ser apurada a responsabilidade dos implicados no movimento subversivo deflagrado na cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal, no dia 27 de novembro de 1935, com as perícias procedidas no quartel do 3º Regimento de Infantaria e na Escola de Aviação Militar.

Nota

Inquérito conduzido pelo delegado Eurico Bellens Porto.

Unidades de descrição relacionadas

Apelação n. 5.297/1935

Apelação n. 4.492

Descrições relacionadas

Apelação n. 5.323/1938

Apelação n. 4.899/1937

Apelação n. 5.203/1938

Apelação n. 5.054/1937

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935

Nome/Entidade

- 3º Regimento de Infantaria
- Escola de Aviação Militar
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Adalberto de Andrade Fernandes (Envolvido(a))
- Adelino Deycola dos Santos (Maria Vicentina dos Santos, Adelino Cecilio dos Santos) (Envolvido(a))
- Agildo da Gama Barata Ribeiro (Maria Gabriela da Gama Barata Ribeiro, Atanagildo Barata Ribeiro) (Envolvido(a))
- Agliberto Vieira de Azevedo (Cecilia Vieira de Sá, José Paes de Azevedo Sá) (Envolvido(a))
- Aliança Nacional Libertadora (ANL)
- Alvaro Francisco de Souza (Castorina de Souza, Benedicto de Souza) (Envolvido(a))
- Antonio Bento Monteiro Tourinho (Eponina Flores Monteiro Tourinho, Diogenes Monteiro Tourinho) (Envolvido(a))
- Antonio Maciel Bonfim (Maria Natividade Maciel Bonfim, João Mathias Bonfim) (Envolvido(a))
- Arthur Ernest Ewert (Emilie Ewert, Franz Ewert) ou Harry Berger (Envolvido(a))
- Benedicto de Carvalho (Innocencia Bruno de Carvalho, Avelino Mathias de Carvalho) (Envolvido(a))
- Benjamin Soares Cabello (Conceição Soares Cabello, Antonio Cabello) (Envolvido(a))
- Carlos Amorety Osório (Emilia Amoretty Osório, Manoel Luiz Osório) (Envolvido(a))
- Carlos da Costa Leite (Bernardina Martins Costa Leite, Jeronymo da Costa Leite) (Envolvido(a))

- Celso Tovar Bicudo de Castro (Ayresina Tovar de Castro, Alfredo Bicudo de Castro) (Envolvido(a))
- David de Medeiros Filho (Maria Vasconcellos de Medeiros, David de Medeiros) (Envolvido(a))
- Durval Miguel de Barros (Maria de Barros Buriti, Francisco de Barros Sobrinho) (Envolvido(a))
- Fernando de Castro (Advogado(a))
- Francisco Antonio Leivas Otero (Maria Jose Leivas Otero, Carlos Alberto de Otero) (Envolvido(a))
- Francisco Mangabeira (Constança Mangabeira, João Mangabeira) (Envolvido(a))
- Harry Berger (Envolvido(a))
- Hercolino Cascardo (Cherobina Molinário Cascardo, Isodoro Cascardo) (Envolvido(a))
- Honório de Freitas Guimarães (Maria Emilia de B. Guimarães, Honorio de Freitas Guimarães) (Envolvido(a))
- Humberto Baena de Moraes Rego (Minervina Baena de Moraes Rego, Carlos Alberto de Moraes Rego) (Envolvido(a))
- Ilvo Furtado Soares de Meirelles (Envolvido(a))
- Ivan Ramos Ribeiro (Belisa Ramos Ribeiro, Alfredo Augusto Ribeiro Junior) (Envolvido(a))
- José Gutman (Augusta Gutman, Jayme Gutman) (Envolvido(a))
- José Leite Brasil (Josepha Leite Brasil, José Alves Brasil) (Envolvido(a))
- Lauro Reginaldo Teixeira (Envolvido(a))
- Leon Jules Vallée (Envolvido(a))
- Luiz Carlos Prestes (Leocádia Prestes, Antônio Pereira Prestes) (Envolvido(a))
- Manoel Venancio Campos da Paz (Luiza Nunes Campos da Paz, Manoel Venancio Campos da Paz) (Envolvido(a))
- Mario de Souza (Clotilde Mendes de Sousa, João Pedro de Sousa) (Envolvido(a))
- Pedro Ernesto Baptista (Maria Adelina Siqueira Baptista, Modesto do Rego Baptista) (Envolvido(a))
- Raul Pedroso (Maira Amelia Pedroso, João de Deus Pedroso) (Envolvido(a))
- Roberto Henrique Faller Sisson (Maria Angela Roberts, Henrique Eugenio Sisson) (Envolvido(a))
- Rodolpho Ghioldi (Luiza Lyoni Ghioldi, Manoel Ghioldi) (Envolvido(a))
- Socrates Gonçalves da Silva (Envolvido(a))
- Victor Ayres da Cruz (Maria da Silva Cruz, João Ayres da Cruz) (Envolvido(a))

Título

2. Processo n. 3/1936

Data(s)

- 23/11/1936 a 29/03/1937

Dimensão e suporte

Dimensão: 335 folhas, 2 volumes

Suporte: papel

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

Nome do produtor

Juízo Federal do Rio Grande do Norte

História do item documental

Denúncia oferecida pela Procuradoria da República ao Juízo Federal do Rio Grande do Norte, em 30 de dezembro de 1935, em face do Inquérito procedido pela Delegacia de Polícia de Sant'Anna do Mattos. Após julgamento ocorrido em 9 de setembro de 1936, seguiu para o Tribunal de Segurança Nacional, onde se tornou o Processo número 3, em 23 de novembro de 1936.

Âmbito e conteúdo

Processo referente a Lauro Fernandes e Silva, Raymundo Correia Barbosa, Manoel Macedo Filho e Manoel Alves da Silva, acusados pelo crime de propaganda de processos violentos para subverter a ordem política e a ordem social, e também por haverem tentado, diretamente e por fato, mudar a forma de governo estabelecida pela Constituição da República, participando ativamente do movimento extremista irrompido em 23 de novembro de 1935 no estado do Rio Grande do Norte.

Nota

Lauro Fernandes e Silva era ex-guarda civil; Raymundo Correia Barbosa, escrivão do 2º Cartório da Comarca de Sant'Anna do Mattos; Manoel Macedo Filho, ex-prefeito do mencionado município; e Manoel Alves da Silva, ex-sub-inspetor da Guarda Civil.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime de incitamento à violência
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º, art. 23

Nome/Entidade

- Aliança Nacional Libertadora (ANL)
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Djalma Aranha Marinho (Advogado(a))
- Juízo Federal do Rio Grande do Norte (Produtor)
- Lauro Fernandes e Silva (Envolvido(a))
- Manoel Alves da Silva (Envolvido(a))
- Manoel Macedo Filho (Envolvido(a))
- Manoel Varela d'Albuquerque (Advogado(a))
- Raymundo Correia Barbosa (Envolvido(a))

Título

3. Apelação n. 4.899/1937

Data(s)

- 11/06/1937 a 21/09/1964

Dimensão e suporte

Dimensão: 5.420 folhas, 18 volumes, 4 anexos e 2 apensos

Suporte: papel

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

O processo teve início na Delegacia Especial de Segurança Política e Social, como Inquérito Policial Militar, em 25 de outubro de 1936.

Interpôs processo crime no Tribunal de Segurança Nacional, sob o número 1, em 23 de novembro de 1936.

Seguiu em grau de apelação para o Supremo Tribunal Militar, com o número 4.899, em 11 de junho de 1937; e seguiu como Recurso de Habeas Corpus, n. 28.184, no STM, em 21 de maio de 1942.

Foi arquivado no STM, com a mesma numeração, em 21 de setembro de 1964.

Âmbito e conteúdo

Apelação referente a Luiz Carlos Prestes e outros, condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional sob a acusação de, a serviço da Terceira Internacional de Moscou e por ela orientados e financiados, tentarem mudar, por meio violento, a Constituição da República e a forma de governo por ela estabelecida.

Nota

O processo iniciou-se devido à busca e apreensão realizada em 13 de janeiro de 1936, na residência de Adalberto de Andrade Fernandes, na Avenida Paulo de Frontin, prédio número 606, apartamento número 11, cidade do Rio de Janeiro, onde foram encontrados materiais e documentos relacionados ao comunismo.

No processo, foram julgados Luiz Carlos Prestes e um grupo de acusados que o tinham como liderança. Incidiram na sanção de vários dispositivos da Lei n. 38, de 4 de abril de 1935.

A peça da denúncia oferecida ao Tribunal de Segurança Nacional pelo Procurador Honorato Himalaya Vergolino encontra-se organizada na forma de um livro de 103 páginas.

Nota

Processo n. 1/1936-TSN.

Descrições relacionadas

Habeas Corpus n. 28.184/1942

Revisão Criminal n. 584/1951

Revisão Criminal n. 92/1940

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º, art. 4º, art. 20 e art. 49

Nome/Entidade

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Adelino Deycola dos Santos (Maria Vicentina dos Santos, Adelino Cecilio dos Santos) (Envolvido(a))
- Agildo da Gama Barata Ribeiro (Maria Gabriela da Gama Barata Ribeiro, Atanagildo Barata Ribeiro) (Envolvido(a))
- Agliberto Vieira de Azevedo (Cecilia Vieira de Sá, José Paes de Azevedo Sá) (Envolvido(a))
- Alberto Cruz Santos (Advogado(a))
- Alceu Marinho Rego (Advogado(a))
- Aliança Nacional Libertadora (ANL)
- Aluysio Pinheiro Vasconcellos (Advogado(a))
- Alvaro Francisco de Souza (Castorina de Souza, Benedicto de Souza) (Envolvido(a))
- Alvaro Onety de Figueiredo (Advogado(a))
- Antonio Bento Monteiro Tourinho (Eponina Flores Monteiro Tourinho, Diogenes Monteiro Tourinho) (Envolvido(a))
- Antonio Dias Tavares Bastos (Advogado(a))
- Antonio Maciel Bonfim (Maria Natividade Maciel Bonfim, João Mathias Bonfim) (Envolvido(a))
- Arthur Ernest Ewert (Emilie Ewert, Franz Ewert) ou Harry Berger (Envolvido(a))
- Benedicto de Carvalho (Innocencia Bruno de Carvalho, Avelino Mathias de Carvalho) (Envolvido(a))
- Benjamin Soares Cabello (Conceição Soares Cabello, Antonio Cabello) (Envolvido(a))
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Carlos Amorety Osório (Emilia Amoretty Osório, Manoel Luiz Osório) (Envolvido(a))
- Carlos da Costa Leite (Bernardina Martins Costa Leite, Jeronymo da Costa Leite) (Envolvido(a))
- Celso Tovar Bicudo de Castro (Ayresina Tovar de Castro, Alfredo Bicudo de Castro) (Envolvido(a))

- David de Medeiros Filho (Maria Vasconcellos de Medeiros, David de Medeiros) (Envolvido(a))
- Durval Miguel de Barros (Maria de Barros Buriti, Francisco de Barros Sobrinho) (Envolvido(a))
- Evandro Cavalcanti Lins e Silva (Advogado(a))
- Fernando de Castro (Advogado(a))
- Fernando Heraclito Sarmento de Castro (Advogado(a))
- Francisco Antonio Leivas Otero (Maria Jose Leivas Otero, Carlos Alberto de Otero) (Envolvido(a))
- Francisco Mangabeira (Constança Mangabeira, João Mangabeira) (Envolvido(a))
- Haroldo Duarte de Albuquerque Figueiredo (Advogado(a))
- Henrique Vieira de Souza (Envolvido(a))
- Heráclito Fontoura Sobral Pinto (Advogado(a))
- Hercolino Cascardo (Cherobina Molinário Cascardo, Isodoro Cascardo) (Envolvido(a))
- Honório de Freitas Guimarães (Maria Emilia de B. Guimarães, Honorio de Freitas Guimarães) (Envolvido(a))
- Humberto Baena de Moraes Rego (Minervina Baena de Moraes Rego, Carlos Alberto de Moraes Rego) (Envolvido(a))
- Ilvo Furtado Soares de Meirelles (Envolvido(a))
- Ivan Ramos Ribeiro (Belisa Ramos Ribeiro, Alfredo Augusto Ribeiro Junior) (Envolvido(a))
- Jorge Fontenelle (Advogado(a))
- Jorge Severiano Ribeiro (Advogado(a))
- José Basilio da Gama (Advogado(a))
- José da Costa (Advogado(a))
- José Gutman (Augusta Gutman, Jayme Gutman) (Envolvido(a))
- José Leite Brasil (Josepha Leite Brasil, José Alves Brasil) (Envolvido(a))
- José Medina Filho (Ambrosina Medina, José Medina) (Envolvido(a))
- Lauro Fontoura (Advogado(a))
- Lauro Reginaldo da Rocha (Envolvido(a))
- Lauro Reginaldo Teixeira (Envolvido(a))
- Leon Jules Vallée (Envolvido(a))

- Letacio de Medeiros Jansen Ferreira (Advogado(a))
- Luiz Carlos Prestes (Leocádia Prestes, Antônio Pereira Prestes) (Envolvido(a))
- Luiz Frederico Sauerbronn Carpenter (Advogado(a))
- Manoel Venancio Campos da Paz (Luiza Nunes Campos da Paz, Manoel Venancio Campos da Paz) (Envolvido(a))
- Mario Bulhões Pedreira (Advogado(a))
- Mario de Souza (Clotilde Mendes de Sousa, João Pedro de Sousa) (Envolvido(a))
- Miguel Timponi (Advogado(a))
- Moacyr Barros de Sampaio (Advogado(a))
- Mucio Continentino (Advogado(a))
- Pacheco de Oliveira (Relator(a))
- Paulo da Silva Cabral (Advogado(a))
- Pedro Ernesto Baptista (Maria Adelina Siqueira Baptista, Modesto do Rego Baptista) (Envolvido(a))
- Pedro Francisco Rodrigues do Lago (Advogado(a))
- Pedro Lago (Advogado(a))
- Pedro Paulo Penna e Costa (Advogado(a))
- Raul Pedroso (Maira Amelia Pedroso, João de Deus Pedroso) (Envolvido(a))
- Raul Ribeiro (Advogado(a))
- Roberto Carvalho Mendonça (Advogado(a))
- Roberto Henrique Faller Sisson (Maria Angela Roberts, Henrique Eugenio Sisson) (Envolvido(a))
- Rodolpho Ghioldi (Luiza Lyoni Ghioldi, Manoel Ghioldi) (Envolvido(a))
- Socrates Gonçalves da Silva (Envolvido(a))
- Targino Ribeiro (Advogado(a))
- Terceira Internacional de Moscou
- Victor Ayres da Cruz (Maria da Silva Cruz, João Ayres da Cruz) (Envolvido(a))

Título

4. Apelação n. 4.900/1937

Data(s)

- 11/06/1937 a 12/10/1938

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Processo n. 1-A, de 23 de dezembro de 1936, do Tribunal de Segurança Nacional foi autuado no Supremo Tribunal Militar como Apelação n. 4.900, de 11 de junho de 1937.

Âmbito e conteúdo

Apelação sobre o processo em que foram julgados como co-réus alguns membros do Poder Legislativo que estavam envolvidos na articulação de um novo levante revolucionário com os mesmos fins dos movimentos de novembro de 1935. Foram acusados de tentar mudar a Constituição da República e a forma de governo por ela estabelecida, com Luiz Carlos Prestes na liderança, a serviço da Terceira Internacional de Moscou e por ela orientados e financiados. De acordo com a acusação, incidiram na sanção de vários dispositivos da Lei n. 38, de 4 de abril de 1935.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935

Nome/Entidade

- Aliança Nacional Libertadora (ANL)
- Terceira Internacional de Moscou

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Abel Chermont (Esther Abreu Chermont, Francisco Leite Chermont) (Envolvido(a))
- Abguar Bastos (Maria Ferreira Bastos, Antonio Bastos) (Envolvido(a))
- Acurcio Francisco (Advogado(a))
- Arthur Cumplido de Sant'Anna (Advogado(a))
- Arthur Ferreira dos Santos (Advogado(a))
- Bulcão Viana (Relator(a))
- Domingos Netto de Vellasco (Anna Netto Vellasco, Francisco D'Abadia Vellasco) (Envolvido(a))
- Edmundo da Veiga (Revisor(a))
- Eurico de Souza Leão (Advogado(a))
- Francisco Pereira da Silva (Advogado(a))
- João Mangabeira (Augusta Mangabeira, Francisco Cavalcanti Mangabeira) (Envolvido(a))
- João Neves da Fontoura (Advogado(a))
- Martha da Silva Gomes (Advogado(a))
- Octavio da Silveira (Anna Dockhorn da Silveira, Anthero da Silveira) (Envolvido(a))
- Sebastião do Rego Barros (Advogado(a))

Título

5. Processo n. 1.434/1937

Data(s)

- 15/06/1937 a 07/03/1938

Dimensão e suporte

Dimensão: 1.299 folhas, 5 volumes

Suporte: papel

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

Nome do produtor

1ª Auditoria da 1ª Região Militar

História do item documental

Processo referente ao inquérito policial instaurado para apurar responsabilidades pelos fatos ocorridos em 27 de novembro de 1935, no quartel do 3º Regimento de Infantaria, cidade do Rio de Janeiro. Autuado no Tribunal de Segurança Nacional sob o número 77, em 1936.

Âmbito e conteúdo

Processo referente aos oficiais envolvidos no levante de 27 de novembro de 1935, quando parte da guarnição do 3º Regimento de Infantaria e da Escola de Aviação Militar se sublevou contra as autoridades constituídas, com o objetivo de mudar pelas armas a Constituição da República e a forma de governo por ela estabelecida.

Unidades de descrição relacionadas

Processo n. 77/1936 - TSN.

Assunto principal

- Código Penal Militar, art. 81, art. 85, art. 124 e art. 170
- Decreto n. 18, de 7 de março de 1891 (Código Penal da Armada)
- Intentona Comunista

Nome/Entidade

- 1ª Auditoria da 1ª Região Militar (Produtor)
- 3º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro
- Escola de Aviação Militar
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Acacio Cardoso de Carvalho (Amelia Claudina C. Videira, Numberto Cardoso de Carvalho) (Envolvido(a))
- Alvaro Alves da Silva Braga (Elelvina Pereira Braga, Antonio Alves da Silva Braga) (Envolvido(a))
- Alvaro de Souza Bezerra (Maria Bicardicia de Souza Bezerra, Henrique de Oliveira Bezerra) (Envolvido(a))
- Alvaro Miranda (Advogado(a))

- Anacleto Tavares da Silva (Chustolia Tavares da Silva, Alberto Tavares da Silva) (Envolvido(a))
- Antonio Duarte Gomes (Advogado(a))
- Armando Rodrigues Pereira (Leoniceia Rodrigues Pereira, Francisco Nabor Pereira) (Envolvido(a))
- Carlos da Silva Paranhos (Petronilha da Silva Paranhos, joão Horácio da Silva Paranhos) (Envolvido(a))
- Edgard Villela (Maria de Oliveira Villela, José Bueno Villela) (Envolvido(a))
- Eugenio Ferreira Filho (Advogado(a))
- Fredolino Xexeu Duarte (Virginia Xexeu Duarte, Antonio Pedro Duarte) (Envolvido(a))
- Giuseppe Amado (Anna Amado, Melchizedek Amado) (Envolvido(a))
- Homero Del Carmine Bertucci (Annita Fernandes Bertucci, Bento Manoel Bertucci) (Envolvido(a))
- Isaias Dantas de Carvalho (Carolina Dantas de Carvalho, Manoel Dantas de Carvalho) (Envolvido(a))
- João Gomes Monteiro (Ignez Amelia Gomes Monteiro, João Gomes Monteiro) (Envolvido(a))
- Jose de Almeida Figueiredo (Anna Maria de Almeida, Francisco de Amancio Figueiredo) (Envolvido(a))
- Jose de Oliveira Pimentel (Maria Alvares Rodrigues, Jayme Oliveira Pimentel) (Envolvido(a))
- Laureano Gomes Monteiro (Ignez Amelia Gomes Monteiro, João Gomes Monteiro) (Envolvido(a))
- Oswaldo do Paço Mattoso Maia (Cesar do Paço Mattoso Maia) (Envolvido(a))
- Raul da Cunha Ribeiro (Advogado(a))
- Targino Ribeiro (Advogado(a))
- Urbano Pinto de Abreu (Francisco Pinto de Abreu, Paulo Pinto de Abreu) (Envolvido(a))
- Waldemar Medrado Dias (Advogado(a))

Título

6. Habeas Corpus n. 8.417/1937

Data(s)

- 21/06/1937

Dimensão e suporte

Dimensão: 48 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

O processo de Habeas Corpus foi impetrado no STM em 21 de junho de 1937, sob o número 8.417; arquivado com a mesma numeração.

Âmbito e conteúdo

João Mangabeira, deputado, requer em seu favor uma ordem de habeas corpus, reputando ilegal a prisão em que se acha em virtude de decisão do Tribunal de Segurança Nacional.

Alega que no seu julgamento tomaram parte somente quatro juízes, tendo dois votado por sua absolvição e, contra ela, os outros dois; e, tendo, assim, havido empate; atribuiu-se ao Presidente do Tribunal de Segurança Nacional um voto duplo e preferencial.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º e art. 4º

Nome/Entidade

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- João Mangabeira (Augusta Mangabeira, Francisco Cavalcanti Mangabeira) (Envolvido(a))

Título

7. Habeas Corpus n. 8.462/1937

Data(s)

- 09/07/1937 a 02/08/1937

Dimensão e suporte

Dimensão: 24 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Habeas Corpus impetrado no Supremo Tribunal Militar em 1937, sob o número 8.462 e arquivado com a mesma numeração.

Âmbito e conteúdo

Habeas Corpus impetrado em favor de Luiz Carlos Prestes e Arthur Ernest Ewert (ou Harry Berger), quando estavam presos por decisão do Tribunal de Segurança Nacional em referência à condenação em crimes de natureza política. Requeriam uma série de objetos indispensáveis às suas melhores condições no presídio, além do dinheiro apreendido que estava sob a posse de Prestes no momento da prisão.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935

Nome/Entidade

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Arthur Ernest Ewert (Emilie Ewert, Franz Ewert) ou Harry Berger (Envolvido(a))
- Edmundo da Veiga (Relator(a))
- Heráclito Fontoura Sobral Pinto (Advogado(a))

- Luiz Carlos Prestes (Leocádia Prestes, Antônio Pereira Prestes) (Envolvido(a))

Título

8. Apelação n. 185/1937

Data(s)

- 22/07/1937 a 23/08/1938

Dimensão e suporte

Dimensão: 1 volume com 1.216 folhas (os demais volumes encontram-se no Arquivo Nacional)

Suporte: papel

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Inquérito instaurado sobre o movimento irrompido no estado de Pernambuco, no dia 24 de novembro de 1935, autuado como o Processo n. 204 do Tribunal de Segurança Nacional e deu entrada no Supremo Tribunal Militar como Apelação n. 185/1937.

Âmbito e conteúdo

Apelação impetrada por militares condenados sob a acusação de envolvimento no movimento revolucionário ocorrido no estado de Pernambuco em 24 de novembro de 1935.

Nota

À fls. 857 do 3º volume, encontra-se o Plano de Ação Comunista.

À fls. 863 do 3º volume, há, também, o discurso do delegado do Brasil perante o VII Congresso Mundial da Internacional Comunista, realizado em Moscou, em julho de 1935.

Assunto principal

- Intentona Comunista

- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935
- Levante do 21º Batalhão de Caçadores

Nome/Entidade

- 21º Batalhão de Caçadores
- Aliança Nacional Libertadora (ANL)
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Abel Paes Barreto Caldas (Envolvido(a))
- Adão Rios Cavalcanti (Envolvido(a))
- Adaucto Pereira (Envolvido(a))
- Adauto Pereira (Antonio Pereira) (Envolvido(a))
- Adonis Emygdio da Silva (Envolvido(a))
- Agenor Borges da Silva (Jacyntto Borges da Silva) (Envolvido(a))
- Albertino Severino da Silva (João Batista de Oliveira) (Envolvido(a))
- Alberto Bomilcar Besouchet (Envolvido(a))
- Alvaro Luiz de Assis (Envolvido(a))
- Amaro Barbosa Camello (Envolvido(a))
- Ananias de Oliveira Gomes (Envolvido(a))
- Anizio Gomes de Oliveira (Francisco Gomes da Silva) (Envolvido(a))
- Annibal Vicente da Hora (Envolvido(a))
- Antonio Alfredo de Siqueira (Envolvido(a))
- Antonio Alves Damasceno (João Alves damasceno) (Envolvido(a))
- Antonio Audipax Carneiro de Alburqueque (Envolvido(a))
- Antonio Aureliano da Silva (Envolvido(a))
- Antonio Buarque de Macedo (Envolvido(a))
- Antonio de Carvalho Rabelo (João Batista Ferreira Rabelo) (Envolvido(a))
- Antonio de Padua do Espirito Santo (Envolvido(a))

- Antonio Fernandes da Silva (Envolvido(a))
- Antonio Francisco do Nascimento (Envolvido(a))
- Antonio Marques Sobrinho (Envolvido(a))
- Antonio Paulo da Silva (Jacinto Paulo da Silva) (Envolvido(a))
- Antonio Pereira de Mello (Envolvido(a))
- Antonio Pereira Valões (Envolvido(a))
- Antonio Wanderlay Bosfondi (David de Bosfondi) (Envolvido(a))
- Aristides de Oliveira (Envolvido(a))
- Aristides Iziodoro de Britto (Envolvido(a))
- Armando Ferreira Apolucemo (Henrique Ferreira Apolucemo) (Envolvido(a))
- Audalio Cavalcanti (Envolvido(a))
- Augusto Ipanema da Silva (Envolvido(a))
- Augusto Pereira da Silva (Envolvido(a))
- Austacio Correia (Leusceucio Correia) (Envolvido(a))
- Ayres José de Oliveira Dias (Envolvido(a))
- Bartholomeu Marques de Lima (Envolvido(a))
- Belmiro Reno de Mello (Envolvido(a))
- Bemvindo Ferreira de Paula (Envolvido(a))
- Bernardo Mariano dos Santos (José Mariano dos Santos) (Envolvido(a))
- Carlos Augusto do Rego Cavalcante (Envolvido(a))
- Carlos Pedrosa (Envolvido(a))
- Ceniro Paiva (José Paiva) (Envolvido(a))
- Cezario Salvino de Souza (Envolvido(a))
- Cicero Valeriano Mourão (Envolvido(a))
- Damião de Barros Correia (Envolvido(a))
- Daniel de Farias Netto (Envolvido(a))
- David Vitor de Véras (Pedro Francisco de Véras) (Envolvido(a))
- Democrito da Silveira (Envolvido(a))

- Djalma de Hollanda Vasconcelos (Antonio de Hollanda Vasconcelos) (Envolvido(a))
- Domingos Coutinho (Envolvido(a))
- Edgard Targino de Araujo (Envolvido(a))
- Egidio Chaves Tavares de Mello (Envolvido(a))
- Emygdio Francisco de Mesquita (Envolvido(a))
- Epiphanio José Bezerra (Envolvido(a))
- Erasmo Laurentino Gonçalves (Envolvido(a))
- Etelvino de Oliveira Pinto (Envolvido(a))
- Evandro de Araujo (Francisco Vicente de Araujo) (Envolvido(a))
- Feliciano Beserra dos Santos (Amaro Beserra dos Santos) (Envolvido(a))
- Firmino Felix da Silva (Envolvido(a))
- Francisco Alves Sobrinho (Francisco Alves da Silva) (Envolvido(a))
- Francisco Augusto José Bezerra (Envolvido(a))
- Francisco das Chagas Ramos (Theodoro Rodrigues Xavier Ramos) (Envolvido(a))
- Francisco de Assis Cruz (Envolvido(a))
- Francisco de Freitas Bayão (José Martins Bayão) (Envolvido(a))
- Francisco Esperedião Nogueira (Envolvido(a))
- Francisco Felippe da Costa (Envolvido(a))
- Francisco Pacheco Lyra (Envolvido(a))
- Francisco Possidonio de Oliveira (Envolvido(a))
- Genaro Buonora (Envolvido(a))
- Genésio dos Santos Baraúna (Manoel Francisco dos Santos Baraúna) (Envolvido(a))
- Geraldo da Cunha Cavalcanti (Manoel da Cunha Cavalcanti) (Envolvido(a))
- Gerson Pereira de Araujo (José Alexandrino Pereira de Araujo) (Envolvido(a))
- Glauco de Alburqueque (Envolvido(a))
- Godofredo Severiano de Britto (Envolvido(a))
- Gregorio Barbosa (Envolvido(a))

- Gregorio Lourenço Bezerra (Envolvido(a))
- Gumercindo Cabral de Vasconcellos (João Ignacio Cabral de Vasconcellos) (Envolvido(a))
- Gustavo Tigre Coutinho (Envolvido(a))
- Henrique Accioly Lins da Silva (Envolvido(a))
- Henrique Medeiros Paiva (Envolvido(a))
- Horacio Correa Sobral (Envolvido(a))
- Horacio Correia Sobral (Envolvido(a))
- Hugo Barbosa da Silva (Envolvido(a))
- Jacob Krinsergold (Joel Krinsergold) (Envolvido(a))
- Jaime dos Reis Golçalves (Salustiano dos Reis Gonçalves) (Envolvido(a))
- Januario Pedro (Envolvido(a))
- João Alfredo de Barros Gibson (Envolvido(a))
- João Anthero da Silva (Envolvido(a))
- João Apolonio da Silva (Envolvido(a))
- João Baptista de Menezes (Envolvido(a))
- João Batista Vasconcelos (Eliodoro da Silva Ramos) (Envolvido(a))
- João Bezerra de Lima (Luacio Bezerra de Lima) (Envolvido(a))
- João Constantino Carneiro (Manoel Constantino Carneiro) (Envolvido(a))
- João de Luna (Envolvido(a))
- João de Vasconcelos (José Jovenal de Vasconelos) (Envolvido(a))
- João Deodato de Oliveira (Envolvido(a))
- João Francisco da Silva (Envolvido(a))
- João Gomes da Silva (Envolvido(a))
- João Ignacio Cabral de Vasconcellos Filho (Envolvido(a))
- João Lemos Muniz (Envolvido(a))
- João Lourivandro da Silva (Luaucil Lourivandro da Silva) (Envolvido(a))
- João Marinho de Barros (Envolvido(a))

- Joaquim Bezerra (Envolvido(a))
- Joaquim Claudio dos Santos (Sergio Claudio dos Santos) (Envolvido(a))
- Joaquim Lopes da Silva (João Lopes da Silva) (Envolvido(a))
- José Agenor Santiago (Envolvido(a))
- José Albino Alves (Envolvido(a))
- José Alexandre Cavalcante (Envolvido(a))
- José Alves de Lima (Envolvido(a))
- José Alves Pedrosa (Envolvido(a))
- José Antonio dos Santos (Envolvido(a))
- José Avelino de Carvalho (Avelino Felippe de Souza) (Envolvido(a))
- José Baptista de Moraes (Envolvido(a))
- José Bezerra da Silva (Envolvido(a))
- José Brasileiro da Silva (José Brasileiro da Silva) (Envolvido(a))
- José Caetano Machado (Caetano Machado da Silva) (Envolvido(a))
- José Carvalho da Silva (Envolvido(a))
- José Cavalcante do Nascimento (Envolvido(a))
- José da Cruz Oliveira (Envolvido(a))
- José David de Lima (Envolvido(a))
- José de Assis Bezerra (Envolvido(a))
- José de Mello da Silva (Envolvido(a))
- José de Mélo Cabral (Virgílio de Mélo Cabral) (Envolvido(a))
- José Felix da Silva (Envolvido(a))
- José Fernandes Pimentel (Envolvido(a))
- José Ferreira da Costa (Joaquim Ferreira da Costa) (Envolvido(a))
- José Francisco da Costa (Envolvido(a))
- José Francisco de Oliveira (Damião Francisco de Oliveira) (Envolvido(a))
- José Gregório Lourenço Bezerra (Lourenço Bezerra) (Envolvido(a))

- José Guilbert de Macedo Junior (Envolvido(a))
- José Ignacio da Silva (Envolvido(a))
- José Ignacio de Araujo (Envolvido(a))
- José Joaquim do Nascimento (Envolvido(a))
- José Lins Barradas (Envolvido(a))
- José Lucas da Silveira (Envolvido(a))
- José Maria de Souza (João de Souza) (Envolvido(a))
- José Marianno Correia de Lima (Envolvido(a))
- José Marques da Silva (Envolvido(a))
- José Mendes da Silva (Envolvido(a))
- José Paulo da Cunha Wanderlay (José da Cunha Wanderlay) (Envolvido(a))
- José Pedro da Silva (Envolvido(a))
- José Pinheiro dos Santos (Raimundo dos Pinheiro) (Envolvido(a))
- José Pontual Ferreira Lima (Envolvido(a))
- José Ribeiro Campos (josé Ribeiro Campos) (Envolvido(a))
- Jose Roberto da Silva (João Roberto da Silva) (Envolvido(a))
- José Severino da Silva (Envolvido(a))
- José Soares das Neves (Envolvido(a))
- José Souto Santiago (Envolvido(a))
- José Thomaz de Araujo (Envolvido(a))
- José Valentim (Envolvido(a))
- José Vicente do Nascimento (Envolvido(a))
- Josias Vianna (Envolvido(a))
- Julio Marques Feitosa (Envolvido(a))
- Lamartine Coutinho Correia de Oliveira (Envolvido(a))
- Leandro Feitosa de Castro (Envolvido(a))
- Leodegario Lourenço Alves da Cunha (Envolvido(a))

- Leonardo Gregorio da Costa (Envolvido(a))
- Lourival da Motta Cabral (Envolvido(a))
- Lourival Perousio Pereira (Pedro Perousio Pereira) (Envolvido(a))
- Luasia Levedrina Ceracliado (Pedro Galego) (Envolvido(a))
- Lucio Florentino da Silva (Envolvido(a))
- Luiz Bispo de França (Envolvido(a))
- Luiz de França (Antonio José dos Santos) (Envolvido(a))
- Luiz Gonzaga da Silva (Antonio Gonzaga da Silva) (Envolvido(a))
- Luiz Gonzaga de Oliveira (Manoel Vicente de Oliveira) (Envolvido(a))
- Luiz Gonzaga Nunes (Envolvido(a))
- Luiz Vieira da Silva (Envolvido(a))
- Luiz Vieira do Quadro (Envolvido(a))
- Manoel Alves de Figueiredo (Floriano Alves de Figueiredo) (Envolvido(a))
- Manoel Amaro Franco (Envolvido(a))
- Manoel Américo de Figueiredo (Maria Conceição de Figueiredo) (Envolvido(a))
- Manoel Antonio da Silva (Envolvido(a))
- Manoel Antonio de Farias (Envolvido(a))
- Manoel Baptista Cavalcante (Francisco Cavalcanti) (Envolvido(a))
- Manoel Barbosa da Silva (Severino Barbosa da Silva) (Envolvido(a))
- Manoel Berto de Oliveira (Envolvido(a))
- Manoel Bezerra da Silva (Envolvido(a))
- Manoel Bezerra dos Santos (Envolvido(a))
- Manoel Dionizio da Costa (Envolvido(a))
- Manoel Eugenio da Silva (Envolvido(a))
- Manoel Fernandes de Medeiros (Francisco Fernandes de Medeiros) (Envolvido(a))
- Manoel Guedes da Silva (Envolvido(a))
- Manoel Martins da Cunha (Envolvido(a))

- Manoel Nunes de Souza Leite (Envolvido(a))
- Manoel Paulino Monteiro (Antonio Paulino Monteiro) (Envolvido(a))
- Manoel Severino (Envolvido(a))
- Manoel Theophilo de Lima (Envolvido(a))
- Manoel Thomaz de Oliveira (Envolvido(a))
- Marcionillo Alexandre (Envolvido(a))
- Marcionillo José dos Santos (Envolvido(a))
- Marcos Ramos de Oliveira (Envolvido(a))
- Maria Medina Machado (Envolvido(a))
- Mario Gonçalves (Alfredo Gonçalves) (Envolvido(a))
- Martim Clementino Silva (Envolvido(a))
- Matias Malaquias dos Santos (Sebastião Malaquias dos Santos) (Envolvido(a))
- Miguel Elpido da Silva (Envolvido(a))
- Miguel Ignacio da Rocha (Envolvido(a))
- Miguel Lopes de Siqueira (Envolvido(a))
- Milton de Oliveira Arruda (Envolvido(a))
- Moésias Rolin (Advogado(a))
- Moisés Lins (Pedro Joaquim Luiz) (Envolvido(a))
- Moysés Lins (Envolvido(a))
- Murilo Rodrigues da Silva (Envolvido(a))
- Narciso Ferreira da Silva (Envolvido(a))
- Nelson da Luz Monteiro (Higino Monteiro) (Envolvido(a))
- Nestor Bispo da Silva (Envolvido(a))
- Octacilio Alves de Lima (Envolvido(a))
- Odilon Iziodoro (Envolvido(a))
- Oswaldo Cabral de Lyra (Envolvido(a))
- Otacilio Soares de Brito (Luiz Soares de Brito) (Envolvido(a))

- Ovidio Cabral de Macêdo (Envolvido(a))
- Pacifico Pereira de Mello (Envolvido(a))
- Pascacio de Souza Fonseca (Raphael de Souza Fonseca) (Envolvido(a))
- Paulo Fonseca Lins (Antonio Luiz Cavalcanti Lima) (Envolvido(a))
- Paulo Luiz da Rocha (Envolvido(a))
- Paulo Motta Lima Medeiros (Envolvido(a))
- Paulo Soares Cavalcanti (José Soares Cavalcanti) (Envolvido(a))
- Pedro Borges (Relator(a))
- Pedro da Cunha Borba (Envolvido(a))
- Pedro Laurindo de Araujo (Getuliano Francisco de Araujo) (Envolvido(a))
- Pedro Mineiro Filho (Envolvido(a))
- Pedro Pereira da Silva (Envolvido(a))
- Raul Lins Barradas (Envolvido(a))
- Raymundo Mattos (Envolvido(a))
- Raymundo Nonato de Oliveira Filho (Envolvido(a))
- Raymundo Nonato Paes Barreto (Envolvido(a))
- Reinaldo Camilo Duarte (Manoel Camilo Duarte) (Envolvido(a))
- Reynaldo Camillo Duarte (Envolvido(a))
- Romildo da Silva Ramos (Envolvido(a))
- Romualdo Diniz Henriques (Envolvido(a))
- Rozendo Antonio dos Santos (Envolvido(a))
- Saturino de Tal (Envolvido(a))
- Sebastião Accyoli de Lima (José Accyoli de Paula) (Envolvido(a))
- Sebastião Estevam de Mello (Envolvido(a))
- Sebastião Lopes Bezerra (Envolvido(a))
- Sebastião Luiz de França (Luiz de França) (Envolvido(a))
- Sebastião Rodrigues de Freitas (Envolvido(a))

- Sebastião Severino de Almeida (Pedro Candido de Almeida) (Envolvido(a))
- Seraphim Francisco dos Santos (Envolvido(a))
- Severino Bruno (Envolvido(a))
- Severino Candido da Silva (Envolvido(a))
- Severino de Padua do Espirito Santo (Envolvido(a))
- Severino Manoel da Silva (Envolvido(a))
- Severino Marinho de Carvalho (Envolvido(a))
- Severino Mathias da Silva (Envolvido(a))
- Severino Roberto dos Santos (Envolvido(a))
- Severino Theodoro de Mello (Envolvido(a))
- Severino Vieira Filho (Envolvido(a))
- Silo Furtado Soares de Meirelles (Envolvido(a))
- Simplicicio Teixeira Peixoto (Envolvido(a))
- Soriano Ribeiro Leite (Envolvido(a))
- Themistocles Magalhães de Andrade Filho (Envolvido(a))
- Theophilo Pedro do Nascimento (Envolvido(a))
- Theophilo Peixoto de Oliveira (Envolvido(a))
- Theotonio Soares (Envolvido(a))
- Thomas Ezequiel Alves (Envolvido(a))
- Thomaz Villa Nova (Envolvido(a))
- Ulysses de Arruda e Silva (Envolvido(a))
- Valfrido Siqueira Cavalcanti (Candido Siqueira Cavalcanti) (Envolvido(a))
- Vicente Bezerra de Britto (Envolvido(a))
- Vicente Coutinho Campos (Envolvido(a))
- Vicente Iziodoro da Silva (Envolvido(a))
- Victorino Barbosa dos Santos (Envolvido(a))
- Virgilio de Almeida Bonfim (Moisés Bonfim) (Envolvido(a))

- Waldemar Diniz Henriques (Envolvido(a))
- Waldemar Heurigues (Rodolpho Heurigues) (Envolvido(a))
- Walfrido Siqueira Cavalcanti (Envolvido(a))

Título

9. Apelação n. 5.004/1937

Data(s)

- 16/08/1937 a 14/06/1939

Dimensão e suporte

Dimensão: 208 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Processo autuado no Tribunal de Segurança Nacional sob o número 42, em 28 de abril de 1937.

Apelado e registrado no STM sob o número 5.004, de 16 de agosto de 1937.

Âmbito e conteúdo

Aos 21 de maio de 1936, na cidade de União da Vitória, estado do Paraná, Felipe Pedroso, austríaco, foi condenado pelo grau mínimo do artigo 13 da Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, por terem sido apreendidas em sua residência armas e munições.

Descrições relacionadas

Processo n. 42/1937

Assunto principal

- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 13

- Crime contra a ordem política e social
- Ameaça
- Porte ilegal de arma de fogo

Nome/Entidade

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Barbosa Lima (Revisor(a))
- Edmundo da Veiga (Relator(a))
- Felipe Pedroso (Envolvido(a))
- João Cleto Correa Mourão (Advogado(a))

Título

10. Apelação n. 5.033/1937

Data(s)

- 01/09/1937 a 13/10/1937

Dimensão e suporte

Dimensão: 440 folhas, 2 volumes

Suporte: papel

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Processo autuado no Tribunal de Segurança Nacional sob o número 358, em 15 de maio 1937. Apelado e registrado no Supremo Tribunal Militar sob o número 5.033, de 1º de setembro de 1937.

Âmbito e conteúdo

Aos 11 de maio de 1937, Carlos de Lima Cavalcanti, governador do Estado de Pernambuco, foi denunciado pelo aliciamento consciente de personalidades reconhecidamente comunistas para atuarem no seu governo em lugares de destaque e alta responsabilidade. O governador foi indiciado pela prática dos crimes previstos nos arts. 1º, 4º e 6º da Lei n. 38, de 4 de abril de 1935. Foi condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional à pena de 2 anos de reclusão.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º e art. 4º

Nome/Entidade

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Astolpho Rezende (Advogado(a))
- Bulcão Viana (Revisor(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Carlos de Lima Cavalcanti (Envolvido(a))
- Omar Dutra (Advogado(a))
- Oswaldo M. Rezende (Advogado(a))

Título

11. Apelação n. 5.053/1937

Data(s)

- 15/09/1937 a 14/06/1939

Dimensão e suporte

Dimensão: 172 folhas, 2 volumes

Suporte: papel

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Processo autuado no Tribunal de Segurança Nacional sob o número 376, em 9 de julho de 1937. Apelação ao Supremo Tribunal Militar sob o número 5.053, de 15 de setembro de 1937.

Âmbito e conteúdo

Aos 25 de fevereiro de 1937, na cidade do Rio de Janeiro, José Honorio Maia foi denunciado por distribuir boletins subversivos da ordem política e social. O denunciado foi indiciado como incurso nas penas do art. 23 combinado com o art. 22, § 1º, da Lei n. 38, de 4 de abril de 1935.

Descrição relacionada

Processo n. 376/1937 - TSN

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime de incitamento à violência
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 22 e art. 23

Nome/Entidade

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Bulcão Viana (Relator(a))
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Evandro Cavalcanti Lins e Silva (Advogado(a))
- José Honorio Maia (Maria Honorio Maia, José Maia Filho) (Envolvido(a))

- Raul Lins Filho (Advogado(a))

Título

12. Apelação n. 5.054/1937

Data(s)

- 15/09/1937 a 14/02/1938

Dimensão e suporte

Dimensão: 3.764 folhas, 11 volumes e 2 apensos

Suporte: papel

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Apelação referente ao Processo número 1/1936 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

A apelação tem como referência o processo em que foram julgados participantes de um grupo liderado por Luiz Carlos Prestes, condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional por tentarem mudar, por meio violento, a Constituição da República e a forma de governo por ela estabelecida. Foram acusados de incidir na sanção de vários dispositivos da Lei n. 38, de 4 de abril de 1935.

Descrição relacionada

Processo n. 1/1936 - TSN

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935

Nome/Entidade

- Terceira Internacional de Moscou
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Aarão Moraes do Souto (Aurora Simões de Moraes, Aarão do Souto Moraes) (Envolvido(a))
- Abelardo Leite de Figueiredo Araújo (Maria Neiva de Figueirêdo Araújo, Izidoro Leite Ferreira de Araújo) (Envolvido(a))
- Adolpho Barboza Bastos (Jenoveva Barboza Bastos, Joaquim Olintho Bastos) (Envolvido(a))
- Adonijá Pottes Valle (Elelvina Georgina Pottes Valle, João Baptista da Costa Valle) (Envolvido(a))
- Agricola Baptista (Umbelina Baptista, Manoel Baptista) (Envolvido(a))
- Alberto Beaument (Advogado(a))
- Alberto Boumond (Advogado(a))
- Alcedo Baptista Cavalcante (Envolvido(a))
- Alceu Marinho Rego (Advogado(a))
- Aldobrantino Chaves Segura (Julia da Silva Chaves Segura, Manoel da Motta Segura) (Envolvido(a))
- Aliança Nacional Libertadora (ANL)
- Alminio Pereira do Lago (Envolvido(a))
- Alvaro Conceição de Oliveira (Advogado(a))
- Americo Dias Leite (Alice Ronbach Leite, Americo Dias Leite) (Envolvido(a))
- André Trifino Corrêa (Envolvido(a))
- Antonio Dias Tavares Bastos (Advogado(a))
- Antonio Evaristo de Moares (Advogado(a))
- Antonio Pedro da Silveira (Advogado(a))

- Antonio Soares de Oliveira (Envolvido(a))
- Antonio Travassos de Barros (Amelia Travassos de Barros, Joaquim Francisco de Barros) (Envolvido(a))
- Aristides Corrêa Leal (Thereza Corrêa Leal, Francisco Corrêa Leal) (Envolvido(a))
- Arlindo Antonio de Pinho (Envolvido(a))
- Armanda Alvaro Alberto (Maria T. da Motta e Silva, Alvaro Alberto da Silva) (Envolvido(a))
- Armando da Rocha do Ó (Joana de Souza do Ó, Antonio da Rocha do Ó) (Envolvido(a))
- Astolpho Rezende (Advogado(a))
- Augusto Paes Barreto (izabel Bezerra de Mello Barreto, Austoicliceo Paes Barreto) (Envolvido(a))
- Augusto Pinto Lima (Advogado(a))
- Benjamin Franklin Pacheco D'Avila (Maria Leopoldina D'Avila, Domingos Pacheco D'Avila) (Envolvido(a))
- Benjamin Snaider (Esther Snaider, Wolf Snaider) (Envolvido(a))
- Bulcão Viana (Revisor(a))
- Carlos Alberto Dunshee de Abranches (Advogado(a))
- Carlos de Medeiros (Advogado(a))
- Celso Pinheiro Filho (Envolvido(a))
- Clovis Dunshee de Abranches (Advogado(a))
- Custodio Lobo (Envolvido(a))
- Demetrio Hamam (Advogado(a))
- Divaldo de Mello (Maria Umbelina de Mello, Manoel Lourenço de Mello) (Envolvido(a))
- Edmundo da Veiga (Relator(a))
- Edmundo de Miranda Jordão (Advogado(a))
- Eliezer Montenegro Magalhães (Envolvido(a))
- Elmo Santos de Bustamante (Advogado(a))
- Emilio Pimentel de Oliveira (Advogado(a))
- Emmanuel Alves da Silva (Envolvido(a))
- Eneida Costa de Moraes (Julia Vilas Boas Costa, Guilherme Joaquim da Costa) (Envolvido(a))

- Euclydes de Oliveira (Envolvido(a))
- Euclydes Lins Verçosa (Octavia Benermuta Verçosa, José Lins Verçosa) (Envolvido(a))
- Eugenio Carvalho do Nascimento (Advogado(a))
- Eurico da Rocha Portelle (Advogado(a))
- Evaristo de Moraes (Advogado(a))
- Felipe Moreira Lima (Envolvido(a))
- Fernando Oiticica de Rocha Lins (Advogado(a))
- Francisco Pereira da Silva (Advogado(a))
- Francisco Ribeiro da Silva (Advogado(a))
- Francisco Romero (Envolvido(a))
- Gastão Pratti de Aguiar (Angela Prati de Aguiar, Honorico Vieira de Aguiar) (Envolvido(a))
- Haroldo Mauro (Advogado(a))
- Heitor Nobrega Beltrão (Advogado(a))
- Helio de Albuquerque Lima (Maria Emilia Zany de Lima, Manoel de Albuquerque Lima) (Envolvido(a))
- Heráclito Fontoura Sobral Pinto (Advogado(a))
- Horacio Corrêa Pastor (Angela Corrêa Pastor, Julio Pastor) (Envolvido(a))
- João Aurelio da Silva (Ucineia de Souza Lima, José Ana Click da Silva Lima) (Envolvido(a))
- João Baptista Barreto Leite Filho (Gonçalina Azevedo Barreto Leite, João Baptista Barreto Leite) (Envolvido(a))
- João Borges de Sampaio (Advogado(a))
- João Dunshee de Abranches Netto (Advogado(a))
- João Scharbel (Advogado(a))
- Joaquim Luiz de Azevedo Costa (Advogado(a))
- Joaquim Timotheo Ribeiro da Silva (Elisa de Araújo Ribeiro da Silva, Antonio José Ribeiro da Silva) (Envolvido(a))
- Jorge Dyott Fontenelle (Advogado(a))
- Jorge Severiano Ribeiro (Advogado(a))
- José Desiderio da Silva (Envolvido(a))

- José Marcello Moreira (Advogado(a))
- José Neder (Advogado(a))
- Josias Reis (Envolvido(a))
- Josué Francisco de Campos (Envolvido(a))
- Julio Cesar Tavares (Advogado(a))
- Julio Ferreira Alves (Envolvido(a))
- Julio Schuquiel de Medeiros (Envolvido(a))
- Lauro Fontoura (Aurelia Martins Fontoura, José de Magalhães Fontoura) (Envolvido(a))
- Letacio de Medeiros Jansen Ferreira (Advogado(a))
- Lionel Timponi (Advogado(a))
- Lourenço Moreira Lima (Envolvido(a))
- Luiz Gonzaga Lins de Barros (Maria Carmelita Lins de Barros, Joaquim Cavalcanti Leal de Barros) (Envolvido(a))
- Luiz Leite da Costa (Advogado(a))
- Maria da Gloria Ribeiro Moss (Advogado(a))
- Maria Moraes Werneck de Castro (Envolvido(a))
- Mario Bulhões Pedreira (Advogado(a))
- Mauricio de Paiva Lacerda (Maria da Gloria Santos Paiva de Lacerda, Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda) (Envolvido(a))
- Maurício Graccho Cardoso (Advogado(a))
- Miecio Tatti Pereira da Silva (Advogado(a))
- Miguel Monteiro de Barros Lins (Advogado(a))
- Nelson Rezende (Advogado(a))
- Nemo Canabarro Lucas (Mariana Canabarro Lucas, João Antonio Lucas) (Envolvido(a))
- Norberto dos Santos (Advogado(a))
- Odilon Duarte Baptista (Envolvido(a))
- Ormando Augusto da Silva (Albertina Nunes da Silva, Carlos Augusto da Silva) (Envolvido(a))
- Oswaldo Costa (Maria Iulmira de Mello Costa, Raymundo Costa) (Envolvido(a))

- Otto Gil (Advogado(a))
- Paulo Machado Carrion (Maria Machado Carrion, Lacildo Carrion Junior) (Envolvido(a))
- Pedro da Motta Lima (Envolvido(a))
- Pedro Luiz Teixeira (Maria do Carmo Amaral Teixeira, Octavio Luiz Teixeira) (Envolvido(a))
- Pedro Paulo Penna e Costa (Advogado(a))
- Plinio Pinheiro Guimarães (Advogado(a))
- Radio de Queiroz Maia (Leopoldina de Queiroz Maia, José Valeriano de Oliveira Maia) (Envolvido(a))
- Raphael Ribeiro da Silva (Advogado(a))
- Raul Francisco Riff (Envolvido(a))
- Raymundo Lopes Machado (Advogado(a))
- Renato Fioravanti Pires de Barros Bittencourt (Advogado(a))
- Samuel Lobo (Maria da Gloria de Magalhães Lobo, Anthar Lobo) (Envolvido(a))
- Socrates Diniz (Advogado(a))
- Soveral Ferreira de Souza (Envolvido(a))
- Stelio Galvão Bueno (Advogado(a))
- Thomaz Pompeu Acioly Borges (Branca Accioly Borges, Raymundo Borges) (Envolvido(a))
- Valentina Leite Barbosa Bastos (Georgeta Lahmeyer Dias Leite, Antonio Dias Leite) (Envolvido(a))
- Valerio Regis Konder (Maria Regis Konder, Marcos Konder) (Envolvido(a))
- Wagner Estelita Campos (Advogado(a))
- Wanderley Siqueira Rodrigues (Lecilia Siqueira Rodrigues, Manoel Rodrigues da Silva Junior) (Envolvido(a))
- Yomar Azevedo (Josina Duarte de Azevedo, Antonio Luiz de Azevedo) (Envolvido(a))

Título

13. Apelação n. 5.152/1937

Data(s)

- 25/11/1937 a 05/04/1938

Dimensão e suporte

Dimensão: 291 folhas, 2 volumes

Suporte: papel

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Processo autuado no Tribunal de Segurança Nacional sob o número 120, em 17 de julho de 1937. Apelado ao Supremo Tribunal Militar sob o número 5.152, de 25 de novembro de 1937.

Âmbito e conteúdo

Aos 23 de agosto de 1935, na cidade de São Vicente, estado de São Paulo, um grupo de quatro indivíduos foram acusados de pintar a pixe os muros de diversas residências, desenhar emblemas do Partido Comunista, escrever frases nas paredes e distribuir boletins subversivos da ordem política e social. Os denunciados Octávio João de Andrade, Joaquim Gavião Pereira, Nadyr Peres e Herminio Augusto Cardoso foram indiciados na Lei n. 38, de 4 de abril de 1935: o primeiro, nas penas dos arts. 13 e 15; e os demais, nas sanções do art. 15 da mesma lei.

Descrição relacionada

Processo n. 120/1937 - TSN

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime de incitamento à violência

- Crime de motim e revolta
- Intentona Comunista
- Porte ilegal de arma de fogo
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 13 e art. 15

Nome/Entidade

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Bulcão Viana (Revisor(a))
- Francisco de Paula Chaves Junior (Advogado(a))
- Herminio Augusto Cardoso (Maria Augusta Cardoso, Antonio José Cardoso) (Envolvido(a))
- Joaquim Gavião Pereira (Maria Amelia Pereira, Miguel Pereira Gavião) (Envolvido(a))
- Leôncio Ribas Marinho (Advogado(a))
- Nadyr Peres (Emilia Amorim Peres, José Alvares Peres) (Envolvido(a))
- Octavio João de Andrade (Maria Francisca de Andrade, João Baptista Andrade) (Envolvido(a))
- Pacheco de Oliveira (Relator(a))

Título

14. Apelação n. 5.203/1937

Data(s)

- 28/12/1937

Dimensão e suporte

Dimensão: 2.380 folhas, 8 volumes

Suporte: papel

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Originou-se como Processo n. 1-B do Tribunal de Segurança Nacional. Julgado em 27 de outubro de 1937. Houve Apelação ao Supremo Tribunal Militar, sob n. 5.203, em 28 de dezembro de 1937, tendo como Relator o Ministro Dr. Cardoso de Castro e, como Revisor, o Ministro Dr. Edmundo da Veiga. Em 18 de abril de 1938, foi designado como Revisor o Sr. Ministro Salgado Filho, tendo em vista a aposentaria do primeiro Revisor. Em 2 de junho de 1939, pleiteou-se o Embargo n. 5.203 contra o acórdão do STM, de 14 de novembro de 1938.

Âmbito e conteúdo

Apelação impetrada por Alvaro Belda, Antonio Pedro Cavalcanti, Sebastião Guedes de Araújo, Artur Gomes da Silva, Azôr Galvão de Souza, Benhur Teixeira Lessa, Brasilino dos Santos, João Gomes Marinho, Joaquim Tomé da Silva, Jorge Braz Torres, Joselito Borges Rios, Luiz Cunha, Nazareno Ferreira Itajubá, João Vitor dos Santos e Benedito de Oliveira, condenados à pena de prisão pelo Tribunal de Segurança Nacional, em acórdão de 27 de outubro de 1937, por terem participado da revolução extremista irrompida na Capital Federal, em 27 de novembro de 1935, cujos focos principais eram o Terceiro Regimento de Infantaria e a Escola de Aviação.

Nota

Manoel da Graça Lessa e outros estão arrolados no Processo n. 1 do Tribunal de Segurança Nacional, acusados de terem participado do levante comunista ocorrido em 27 de novembro de 1935.

Descrição relacionada

Apelação n. 5.203/1937 - TSN

Embargo n. 5.203/1939

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime de incitamento à indisciplina
- Crime de motim e revolta
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º

Nome/Entidade

- 3º Regimento de Infantaria
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Adalberto Costa (Envolvido(a))
- Adalberto Ferreira de Aguiar (Advogado(a))
- Adhemar Sant'Anna (Envolvido(a))
- Aguinaldo Amado (Advogado(a))
- Alberto Dualib (Envolvido(a))
- Alceu Marinho Rego (Advogado(a))
- Aldemar Garcia Rosa (Advogado(a))
- Alfredo Ribeiro Mariano (Advogado(a))
- Alvaro Belda (Envolvido(a))
- Alvaro Castro Neves e Almeida (Advogado(a))
- Alvaro Tornaghi (Advogado(a))
- Annibal Dias Torres (Envolvido(a))
- Anthero de Almeida (Emília Alves de Almeida, Amadeu Pereira de Almeida) (Envolvido(a))
- Antonio Augusto Ferreira da Silva (Advogado(a))
- Antonio Augusto Pereira (Advogado(a))
- Antonio Augusto Pereira da Silva (Advogado(a))
- Antonio Evaristo de Moares (Advogado(a))
- Antonio Olegário da Costa (Advogado(a))
- Antonio Pedro Cavalcante (Jesuina Orlanda Cavalcante, Ignácio Pedro) (Envolvido(a))
- Antonio Pessoa de Araujo (Envolvido(a))
- Aristóteles Rodrigues Rangel (Envolvido(a))
- Arnaldo Lopez de Farias (Advogado(a))
- Arthur Cumplido de Sant'Anna (Advogado(a))

- Arthur Gomes da Silva (Envolvido(a))
- Atonio Gomes Nogueira (Envolvido(a))
- Azor Galvão de Souza (Envolvido(a))
- Benedicto de Oliveira (Envolvido(a))
- Ben-hur Teixeira Lessa (Envolvido(a))
- Bento A. Romeiro (Advogado(a))
- Brasilino dos Santos (Envolvido(a))
- Brivaldo Leão de Almeida (Envolvido(a))
- Bruno Peixoto Gomide (Envolvido(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Carlos Alberto Dunshee de Abranches (Advogado(a))
- Carlos Brunswick França (Envolvido(a))
- Cezar Bittencourt Bezerra (Envolvido(a))
- Claudio Bartoletti (Envolvido(a))
- Claudionor Correa da Silva (Envolvido(a))
- Clementino Moreira Rondon (Julia Moreira Rondon, Germiniano Neves da Silva Rondon) (Envolvido(a))
- David Capistrano da Costa (Envolvido(a))
- Dinarco Reis (Envolvido(a))
- Dinarte Silveira (Envolvido(a))
- Diogo Soares Cardoso (Envolvido(a))
- Domingos Maia da Costa (Advogado(a))
- Edmundo da Veiga (Revisor(a))
- Edmundo de Almeida Rêgo Filho (Advogado(a))
- Edmundo do Rego Filho (Advogado(a))
- Emilio Pimentel de Oliveira (Advogado(a))
- Emir Nunes de Oliveira (Advogado(a))
- Enéas Jorge de Andrade (Envolvido(a))

- Eneu Gonçalves de Paula (Envolvido(a))
- Ernesto Jorge Dutra da Fonseca (Advogado(a))
- Ernesto Zimmer (Envolvido(a))
- Escola de Aviação Militar
- Evandro Cavalcanti Lins e Silva (Advogado(a))
- Evaristo de Moraes (Advogado(a))
- Fabio Luna Lobato (Advogado(a))
- Francisco Isidoro Rocha (Envolvido(a))
- Francisco Moesia Rolim (Advogado(a))
- Francisco Pereira da Silva (Advogado(a))
- Frederico Cunha (Margarida da Cunha, José Bonifacio da Cunha) (Envolvido(a))
- Gastão Victoria (Advogado(a))
- Gonçalves de Oliveira (Advogado(a))
- Guilherme Gomes de Mattos (Advogado(a))
- Heráclito Fontoura Sobral Pinto (Advogado(a))
- Heraldo Barreto (Advogado(a))
- Hermenegildo de Assis Brasil (Envolvido(a))
- Hermes Paixão e Silva (Envolvido(a))
- Hugo Mariano Flores (Envolvido(a))
- Inimá de Oliveira (Advogado(a))
- Jair Santos Almeida (Envolvido(a))
- Jancy Sgarby D'Avila (Carmelita Sgarby D'Avila, Vassallo Ferreira D'Avilla) (Envolvido(a))
- Jayme Rezende Pacheco (Envolvido(a))
- João Borges de Sampaio (Advogado(a))
- João de Deus Vianna (Advogado(a))
- João Diogo Malcher da Cunha (Advogado(a))
- João Gomes Marinho (Envolvido(a))
- João Mario Rangel (Advogado(a))

- João Scharbel (Advogado(a))
- João Victor dos Santos (Envolvido(a))
- Joaquim Silveira dos Santos (Envolvido(a))
- Joaquim Tomé da Silva (Envolvido(a))
- Joffre Alonso da Costa (Envolvido(a))
- Jorge Braz Torres (Nancy Braz Torres, Affonso Henrique de Barcellos Torres) (Envolvido(a))
- Jorge Severiano Ribeiro (Advogado(a))
- José Alves da Silva Dolabela (Dalilla Dolabela da Silva Melo, Alipino Alves da Silva Mello) (Envolvido(a))
- José Basilio da Gama (Advogado(a))
- José Basilio de lima (Envolvido(a))
- José de Lima (Envolvido(a))
- José dos Santos Ferreira (Carolina Amueto Ferreira, José dos Santos Ferreira) (Envolvido(a))
- José Elisio Bezerra Cavalcanti (Jorge Elisio Bezerra Cavalcanti, Maria José Bezerra Cavalcanti) (Envolvido(a))
- José Francisco Neves (Envolvido(a))
- José Gay da Cunha (Envolvido(a))
- José Homem Correa de sá (Envolvido(a))
- José Ludivici Ribeiro (Envolvido(a))
- José Martins Barcelloz (Advogado(a))
- José Neder (Advogado(a))
- Joselito Borges Rios (Envolvido(a))
- Lauro Fontoura (Advogado(a))
- Luiz Broto Netto (Envolvido(a))
- Luiz Cunha (Envolvido(a))
- Luiz Ferreira de Sá (Envolvido(a))
- Manoel da Graça Lessa (Virginia Pessôa Lessa, Marcionilo Lessa) (Envolvido(a))
- Manoel Deodoro da Fonseca Hermes (Advogado(a))

- Manoel Felisberto de Carvalho (Envolvido(a))
- Mario de Oliveira Brandão (Advogado(a))
- Mario Nahra (Envolvido(a))
- Mario Salema Teixeira Coelho (Cidalina Salema Teixeira Coelho, Mario Teixeira Coelho) (Envolvido(a))
- Maurilio Galvão Monteiro (Envolvido(a))
- Miguel Timponi (Advogado(a))
- Moacir Barros de Sampaio Marques (Advogado(a))
- Mozart Correa de Sá (Envolvido(a))
- Nazareno Ferreira Itajubá (Envolvido(a))
- Nelson Gomes Lourenço (Advogado(a))
- Newton Noronha (Advogado(a))
- Norberto dos Santos (Advogado(a))
- Olavo Bilac Pinto (Advogado(a))
- Olimpio Mateus (Advogado(a))
- Olpheu Guilherme Maculan (Envolvido(a))
- Ormillo de Souza Rodrigues (Envolvido(a))
- Oscar Garcia de Souza (Advogado(a))
- Paulo da Silva Cabral (Advogado(a))
- Paulo Faria da Cunha (Advogado(a))
- Pedro Velho de Alburqueque Maranhão (Advogado(a))
- Raymundo Mariano de Mattos (Advogado(a))
- Rene Bastos de Miranda (Envolvido(a))
- Salgado Filho (Revisor(a))
- Samuel Alvarez Puentes (Advogado(a))
- Sandoval Fonseca (Envolvido(a))
- Sebastião de Paulo (Advogado(a))
- Sebastião Guedes de Araujo (Leucadia Guedes de Araujo, Joaquim Guedes da Silva) (Envolvido(a))

- Sebastião Vianna de Souza (Advogado(a))
- Stelio Bastos Belchior (Advogado(a))
- Stelio Galvão Bueno (Advogado(a))
- Sylvio Pinheiro de Aquino (Margarida Pinheiro de Aquino, João de Aquino) (Envolvido(a))
- Tancredo Guanabara (Advogado(a))
- Vicente Augusto de Oliveira (Envolvido(a))
- Virgilio Barbosa lima (Advogado(a))
- Wadelmar Saldanha de Araujo (Envolvido(a))
- Walter Campis Laws (Envolvido(a))
- Walter José Benjamim da Silva (Envolvido(a))
- Walter Lemos de Azevedo (Advogado(a))
- Werner Rusanowisck (Envolvido(a))
- Yolanda Ramos de Medonça (Advogado(a))
- Zacharias Francisco de Lima (Envolvido(a))
- Zemar Carvalho de Santis (Envolvido(a))

Título

15. Apelação n. 5.215/1938

Data(s)

- 10/01/1938 a 01/07/1938

Dimensão e suporte

Dimensão: 256 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Processo autuado no Tribunal de Segurança Nacional sob o número 204-A, em 1º de agosto de 1937. Apelado ao Supremo Tribunal Militar sob o número 5.215, em 10 de janeiro de 1938. Transformado em Embargos n. 5.215, em 5 de abril de 1938.

Âmbito e conteúdo

Apelação impetrada por Gumercindo Cabral de Vasconcellos, condenado à pena de 1 ano e 6 meses de prisão, por sentença do Tribunal de Segurança Nacional, denunciado por ter, na data de 24 de novembro de 1935, acompanhado de seu irmão João Cabral de Vasconcellos Filho, de Glauco Pinheiro e outros, participado do grupo que invadiu a delegacia de Olinda.

Nota

Consta que, aos 24 de novembro de 1935, na cidade de Olinda, estado de Pernambuco, um grupo, em articulação com os revoltosos da cidade de Recife, invadiu a Delegacia de Polícia, apoderando-se do armamento e munição, com vivas a Carlos Prestes.

Nota

Gumercindo Cabral de Vasconcellos era promotor público da Comarca de Canhotinho-PE.; João Cabral de Vasconcellos Filho, chefe político e candidato a prefeito.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 art. 1º e art. 3º

Nome/Entidade

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Bulcão Viana (Relator(a))
- Edgar da Silveira Carvalho de Toledo (Advogado(a))
- Glauco Pinheiro (Envolvido(a))
- Gumercindo Cabral de Vasconcellos (João Ignacio Cabral de Vasconcellos) (Envolvido(a))
- João Cabral de Vasconcellos Filho (João Ignacio Cabral de Vasconcellos) (Envolvido(a))
- Pacheco de Oliveira (Revisor(a))

Título

16. Apelação n. 5.323/1938

Data(s)

- 21/03/1938 a 18/07/1938

Dimensão e suporte

Dimensão: 605 folhas, 3 volumes

Suporte: papel

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Apelação referente ao Processo n. 318/1937 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Apelação impetrada por José Rodrigues, condenado à pena de 2 anos e 6 meses de reclusão, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 3 de novembro de 1937, acusado de ter organizado uma célula comunista e feito propaganda de processos violentos para subverter a ordem política e social.

Unidades de descrição relacionadas

Processo n. 318 - TSN

Descrições relacionadas

Processo n. 1/1936 (Tribunal de Segurança Nacional)

Nota

A prisão do carteiro Pedro Visconti, em 12 de agosto de 1936, teve como consequência a descoberta de uma célula comunista e diligências sob o comando da Delegacia de Ordem Política e Social para apurar as atividades comunistas envolvendo funcionários da repartição dos Correios e Telégrafos. Os indiciados foram denunciados por prática de propaganda subversiva.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Correios e Telégrafos
- Propaganda subversiva
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 23

Nome/Entidade

- Aliança Nacional Libertadora (ANL)
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Acarino Lino de Andrade (Basilia Rodrigues, Ernesto Lino de Andrade) (Envolvido(a))
- Antenor Ferreira Galheiro (Leonor Ferreira Galheiro, Vicente Ferreira Galheiro) (Envolvido(a))
- Antonio dos Santos Ferreira (Delphina de Lima Ferreira, Renato dos Santos Ferreira) (Envolvido(a))
- Arijaman Eduardo Jardim (Advogado(a))
- Benigno Rodrigues (Advogado(a))
- Breno Cuba dos Santos (Maria Policena dos Santos, Hypolito Severino dos Santos) (Envolvido(a))
- Cezar Moreira Seabra (Advogado(a))
- Costa Netto (Relator(a))
- Jayme Stuart Dias (Arminda de Almeida Dias, Jayme Stuart Dias) (Envolvido(a))
- João Dunshee de Abranches Netto (Advogado(a))
- João Luiz Keidel (Advogado(a))
- José Rodrigues (Christalina Rodrigues, Genuino Rodrigues) (Envolvido(a))
- Julio Cesar Tavares (Advogado(a))
- Luiz Wernerck de Castro (Advogado(a))
- Mario Eduardo Simões da Silva (Advogado(a))
- Paulo da Silva Cabral (Advogado(a))
- Pedro Visconti (Bernadina Visconti, Paschoal Visconti) (Envolvido(a))
- Vasco Oswaldo Marques Junior (Advogado(a))
- Victorino Alves da Fonseca (Advogado(a))

Título

17. Habeas Corpus n. 10.494/1938

Data(s)

- 12/12/1938 a 27/01/1939

Dimensão e suporte

Dimensão: 24 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Habeas Corpus impetrado no Supremo Tribunal Militar em 12 de dezembro de 1938, sob o número 10.494 e arquivado com a mesma numeração.

Âmbito e conteúdo

Habeas Corpus impetrado em favor dos pacientes Luiz Carlos Prestes, Arthur Ernest Ewert (Harry Berger), Agildo da Gama Barata Ribeiro e Azor Galvão de Sousa. Condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional, com decisão confirmada pelo Supremo Tribunal Militar, por participação direta no movimento armado irrompido em 27 de novembro de 1935.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935

Nome/Entidade

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Agildo da Gama Barata Ribeiro (Maria Gabriela da Gama Barata Ribeiro, Atanagildo Barata Ribeiro)

(Envolvido(a))

- Arthur Ernest Ewert (Emilie Ewert, Franz Ewert) ou Harry Berger (Envolvido(a))
- Azor Galvão de Souza (Envolvido(a))
- Heráclito Fontoura Sobral Pinto (Advogado(a))
- Luiz Carlos Prestes (Leocádia Prestes, Antônio Pereira Prestes) (Envolvido(a))
- Pacheco de Oliveira (Relator(a))

Título

18. Apelação n. 6.555/1939

Data(s)

- 19/10/1939 a 22/11/1939

Dimensão e suporte

Dimensão: 790 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

Nome do produtor

3ª Auditoria da 1ª Região Militar

Nome do produtor

Auditoria do Departamento do Pessoal do Exército

História do item documental

Processo autuado na Auditoria do Departamento do Pessoal do Exército, na Capital Federal, sob o número 133, em 3 de dezembro de 1935. O Conselho de Justiça da citada Auditoria, reconhecendo a sua incompetência para decidir do feito, resolveu, por maioria de votos, sustar o processo sem iniciar o julgamento e determinar a remessa dos autos ao Tribunal de Segurança Nacional.

Recebido pelo Tribunal de Segurança Nacional e autuado sob o número 225, de 1º de outubro de 1937.

Os juízes do Tribunal de Segurança Nacional, entendendo que o crime de que são acusados os réus do processo não está capitulado nas disposições da Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, acordaram, por maioria de votos, em sessão de 24 de novembro de 1937, em deferir o requerimento do juiz relator, em que solicita ser levantado conflito negativo de jurisdição, e, em consequência, determinar a remessa dos autos ao Supremo Tribunal Militar para que resolva sobre a competência para julgamento do processo.

Conflito de Jurisdição n. 60 do Supremo Tribunal Militar.

O Plenário do STM, na sessão de 29 de dezembro de 1937, acordou preliminarmente não conhecer do conflito de jurisdição, uma vez que o Tribunal de Segurança Nacional, que o suscitou, passou a ter existência autônoma, haja vista o Decreto n. 88, de 20 de dezembro de 1937, e remeteu os autos do processo para o Supremo Tribunal Federal decidir sobre o conflito.

O Supremo Tribunal Federal, no Conflito de Jurisdição n. 1.231, acordou em conhecer o presente conflito negativo de jurisdição entre o Supremo Tribunal Militar e o Tribunal de Segurança Nacional, e julgá-lo procedente, e competente a Justiça Militar para processar e julgar os réus pronunciados pelo crime previsto pelo art. 93, n. 3, do Código Penal Militar.

Processo julgado pela 3ª Auditoria da 1ª Região Militar, em 20 de setembro de 1939, sob o número 135/35.

Apelado ao Supremo Tribunal Militar sob o número 6.555, de 19 de outubro de 1939.

Âmbito e conteúdo

Apelação impetrada pelo Ministério Público contra a sentença do Conselho de Justiça da 3ª Auditoria da 1ª Região Militar que, em sessão de julgamento de 20 de setembro de 1939, absolveu os militares acusados de articularem, em fins de outubro de 1935, um movimento subversivo.

Nota

Aos 23 de setembro de 1935, na cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal, um grupo de militares, comandado por Deocleciano das Neves Fraga, participou do movimento subversivo como forma de protesto ao ato do Ministro de Guerra, que proibia o engajamento de sargentos e praças.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crimes contra a autoridade e a subordinação militar
- Decreto n. 18, de 7 de março de 1891 (Código Penal para a Armada), art. 80, art. 93 e art. 100

Nome/Entidade

- 3ª Auditoria da 1ª Região Militar (Produtor)
- Escola Militar do Realengo
- Auditoria do Departamento do Pessoal do Exército (Produtor)
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)

- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Afrodisio Baptista Dias (Envolvido(a))
- Alberto Beaumont (Advogado(a))
- Boabidil Francisco de Moura (Luiza deMoura Paula, Anastacio Francisco de Paula) (Envolvido(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Deocleciano das Neves Fraga (Margarida de Souza Fraga, Hertulano das Neves Fraga) (Envolvido(a))
- Edgard Pinto Lima (Advogado(a))
- Eduardo Monteiro (Envolvido(a))
- Eugenio Carvalho do Nascimento (Advogado(a))
- Florencio Alves dos Santos (Envolvido(a))
- Horacio Gomes (Maria Rita da Conceição, João Gomes) (Envolvido(a))
- Jair Barros e Vasconcelos (Advogado(a))
- José Francisco dos Santos (Julia Francisco dos Santos, José Francisco dos Santos) (Envolvido(a))
- José Leite Ribeiro (Envolvido(a))
- José Maria Nemesio Ferro (Joana Nemezio Ferro, Peroncio Ferro) (Envolvido(a))
- Maria da Gloria Ribeiro Moss (Advogado(a))
- Pacheco de Oliveira (Revisor(a))
- Waldemar Schultz (Envolvido(a))

Título

19. Revisão Criminal n. 48/1939

Data(s)

- 19/08/1939 a 11/10/1939

Dimensão e suporte

Dimensão: 60 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 1-B, de 1936, do Tribunal de Segurança Nacional. Na Revisão n. 7, de 1º/7/1939, o TSN se julgou incompetente para conhecimento do pedido, por se tratar de crime de natureza militar, e o remeteu para o Supremo Tribunal Militar, onde foi autuado como Revisão Criminal n. 48, de 19 de agosto de 1939.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por José Elisio Bezerra Cavalcanti, ex-sargento, condenado à pena de 7 anos e 3 meses pelo Tribunal de Segurança Nacional, acusado de participação no movimento comunista de 27 de novembro de 1935, ocorrido na Escola de Aviação Militar do Rio de Janeiro.

Unidades de descrição relacionadas

Processo n. 1-B/1936 - TSN

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º

Nome/Entidade

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Cícero Aranha (Advogado(a))
- Escola de Aviação Militar, RJ
- José Elisio Bezerra Cavalcanti (Jorge Elisio Bezerra Cavalcanti, Maria José Bezerra Cavalcanti) (Envolvido(a))
- Osvaldo Trigueiro (Advogado(a))

- Salgado Filho (Revisor(a))

Título

20. Revisão Criminal n. 52/1939

Data(s)

- 09/09/1939 a 10/10/1939

Dimensão e suporte

Dimensão: 19 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 5.203 e Processo 1-B do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por José Alves da Silva Dolabela, ex-cabo da Escola de Aviação Militar, condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional à pena de 5 anos e 9 meses de prisão, acusado de participação no movimento comunista de 27 de novembro de 1935.

Unidades de descrição relacionadas

Processo n. 1-B/1936 - TSN

Descrições relacionadas

Apelação n. 5.203/1937

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º

Nome/Entidade

- Escola de Aviação Militar
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Gilberto Alves da Silva Dolabela (Advogado(a))
- José Alves da Silva Dolabela (Dalilla Dolabela da Silva Melo, Gilberto Alves da Silva Dolabela) (Envolvido(a))
- Pacheco de Oliveira (Revisor(a))

Título

21. Revisão Criminal n. 57/1939

Data(s)

- 18/10/1939 a 12/01/1940

Dimensão e suporte

Dimensão: 16 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 4.899/1937.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Hercolino Cascardo, condenado a 10 meses e 15 dias de prisão, acusado de dirigir a organização Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 20

Nome/Entidade

- Aliança Nacional Libertadora (ANL)
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Hercolino Cascardo (Cherobina Molinário Cascardo, Isodoro Cascardo) (Envolvido(a))
- Salgado Filho (Relator(a))

Título

22. Revisão Criminal n. 64/1939

Data(s)

- 26/12/1939 a 15/04/1940

Dimensão e suporte

Dimensão: 40 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 5.203/1938 e Processo n. 1-B do Tribunal de Segurança Nacional.

Autuado no Tribunal de Segurança Nacional sob o n. 23, em 17 de novembro de 1939.

Não se tomou conhecimento, ordenando-se a remessa dos autos ao Supremo Tribunal Militar para os devidos fins, unanimemente, em 5 de dezembro de 1939.

Foi recebido pelo Supremo Tribunal Militar, em 26 de dezembro de 1939, sob o n. 64.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal referente a Jair Santos Almeida, ex-cabo do Exército, condenado a 7 anos e 3 meses de reclusão pelo Tribunal de Segurança Nacional, sentenciado em 27 de outubro de 1937, sob a acusação de tentar mudar a Constituição da República ou a forma de governo estabelecida – por meios violentos.

Unidades de descrição relacionadas

Processo 1-B/1936 - TSN

Descrições relacionadas

Apelação n. 5.203/1937

Nota

O recorrente foi acusado de tomar parte no levante do 3º Regimento de Infantaria.

Nota

Na Revisão Criminal n. 23, o Tribunal de Segurança Nacional, por unanimidade, resolveu não tomar conhecimento do pedido, determinando a remessa dos autos ao Supremo Tribunal Militar.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime militar
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º

Nome/Entidade

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Ary Moraes (Advogado(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Jair Santos Almeida (Envolvido(a))
- José Martins Barcelloz (Advogado(a))
- Pacheco de Oliveira (Revisor(a))
- Samuel Alvarez Puentes (Advogado(a))

Título

23. Revisão Criminal n. 83/1940

Data(s)

- 27/05/1940 a 28/08/1941

Dimensão e suporte

Dimensão: 40 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 3/1936 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão referente a Manoel Macedo Filho, condenado como incurso no art. 23, primeira e segunda partes, da Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, sob a acusação de ter participado do movimento comunista de novembro de 1935.

Nota

O recorrente foi julgado de acordo com o art. 44 da Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, que atribuía à Justiça Federal o processo e julgamento dos crimes nela definidos.

Assim, competia ao Supremo Tribunal Militar julgar, como instância superior, os referidos crimes, cabendo-lhe, desta forma, julgar as revisões dos processos concluídos anteriormente à vigência do Decreto-Lei n. 428, de 16 de maio de 1938, que, em seu art. 10, atribui ao Tribunal de Segurança Nacional o julgamento em primeira e segunda instâncias dos chamados crimes políticos.

Nota

A sentença proferida em 9 de setembro de 1936 e transitada em julgado antes mesmo de ser o processo remetido ao Tribunal de Segurança Nacional, não tendo o réu interposto recurso de apelação para o Supremo Tribunal Militar.

Descrição relacionada

Processo n. 3 /1937 - TSN

Assunto principal

- Crimes contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 23

Nome/Entidade

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Cícero Aranha (Advogado(a))
- Manoel Macedo Filho (Envolvido(a))
- Salgado Filho (Relator(a))

Título

24. Revisão Criminal n. 86/1940

Data(s)

- 11/06/1940 a 18/10/1940

Dimensão e suporte

Dimensão: 58 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 5.054/1937 e Processo n. 1 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Nemo Canabarro Lucas, ex- 1º Tenente do Exército, denunciado como incurso no art. 1º, combinado com o art. 20, da Lei n. 38, de 1935, por filiação à Aliança Nacional Libertadora.

Descrições relacionadas

Processo n. 1/1936 - TSN

Apelação n. 5.054/1937

Nota

Assim processado, foi absolvido pelo Tribunal de Segurança Nacional da acusação fundada no art. 1º, passando em julgado a sentença, sendo, porém, condenado como incurso no art. 20, § 2º, porque se filiou à Aliança Nacional Libertadora.

Nota

Foi encontrada na residência do acusado, uma proposta escrita de próprio punho, ao Diretório da ANL, a fim de ser incorporada ao programa dessa sociedade a carta manifesto de Luiz Carlos Prestes dirigida a Hercolino Cascardo e datada de Barcelona, em 24 de abril de 1935. Esse documento foi considerado como prova da atuação do acusado no trabalho de preparação da insurreição de novembro daquele ano.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º e art. 20

Nome/Entidade

- Aliança Nacional Libertadora (ANL)
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- João Borges de Sampaio (Advogado(a))
- Nemo Canabarro Lucas (Mariana Canabarro Lucas, João Antonio Lucas) (Envolvido(a))
- Pacheco de Oliveira (Relator(a))

Título

25. Revisão Criminal n. 92/1940

Data(s)

- 21/08/1940 a 23/12/1940

Dimensão e suporte

Dimensão: 11 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 4.899/1937.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Sócrates Gonçalves da Silva, ex-oficial do Exército, condenado como incurso no grau submáximo do art. 1º da Lei n. 38, de 4 de abril 1935, com agravante de ser militar, por acórdão do Supremo Tribunal Militar de 7 de julho de 1939.

A defesa argumenta que não houve unanimidade das interpretações no acórdão, tanto que alguns acusados tiveram as suas penalidades aplicadas no grau submédio, enquanto outros, entre os quais ele próprio, tiveram as penas impostas no submáximo.

Descrições relacionadas

Apelação n. 4.899/1937

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º

Nome/Entidade

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bulcão Viana (Revisor(a))
- Evandro Cavalcanti Lins e Silva (Advogado(a))
- Salgado Filho (Relator(a))
- Socrates Gonçalves da Silva (Envolvido(a))

Título

26. Revisão Criminal n. 106/1940

Data(s)

- 20/11/1940 a 17/10/1941

Dimensão e suporte

Dimensão: 62 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal do Processo n. 3/1936 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Raimundo Corrêa Barbosa, civil, condenado a 6 anos de reclusão pelo Juiz Seccional da Justiça Federal do Estado do Rio Grande do Norte. Incurso nas penas do art. 44, da Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, sob a acusação de ter participado do movimento comunista de novembro de 1935, no município de Santanna do Mato. Requer a revisão do processo para o fim de ser declarada a sua absolvição.

Unidades de descrição relacionadas

Processo n. 3/1936 - TSN.

Descrição relacionada

Revisão Criminal n. 83/1940

Nota

O recorrente era Escrivão do 2º Cartório da comarca de Santanna do Mato. Faz menção à Revisão Criminal n. 83/1940, referente a Manoel Macedo Filho.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935

Nome/Entidade

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Cícero Aranha (Advogado(a))
- Pacheco de Oliveira (Revisor(a))
- Raimundo Correia Barbosa (Envolvido(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

27. Revisão Criminal n. 126/1941

Data(s)

- 16/06/1941 a 17/12/1941

Dimensão e suporte

Dimensão: 23 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 4.899/1937.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Ivan Ramos Ribeiro, tenente, condenado sob a acusação de participar, como cabeça, do movimento revolucionário de 27 de novembro de 1935.

Descrições relacionadas

Apelação n. 4.899/1937

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º e ART. 49

Nome/Entidade

- Aliança Nacional Libertadora (ANL)
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bartholomeu Anacleto do Nascimento (Advogado(a))
- Bulcão Viana (Relator(a))
- Escola de Aviação Militar
- Ivan Ramos Ribeiro (Belisa Ramos Ribeiro, Alfredo Augusto Ribeiro Junior) (Envolvido(a))
- José Joaquim Moreira Rabelo (Advogado(a))
- Pacheco de Oliveira (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

28. Revisão Criminal n. 127/1941

Data(s)

- 02/07/1941 a 15/01/1942

Dimensão e suporte

Dimensão: 24 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 5.203/1937 e Processo n. 1-B/1936 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Ernesto Zimmer, ex-cabo aluno da Escola de Aviação Militar, condenado participação no movimento comunista de 27 de novembro de 1935, pelo Tribunal de Segurança Nacional.

Descrição relacionada

Apelação n. 5.203/1937

Processo n. 1-B/1936 do TSN (Apelação 4.899/1937 – Série B)

Assunto principal

- Crimes contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º

Nome/Entidade

- Escola de Aviação Militar
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Ernesto Zimmer (Envolvido(a))
- Osní Duarte Pereira (Advogado(a))
- Pacheco de Oliveira (Relator(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

29. Revisão Criminal n. 132/1941

Data(s)

- 31/10/1941 a 27/04/1942

Dimensão e suporte

Dimensão: 29 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 5.054/1937.

Âmbito e conteúdo

Requerida por Oswaldo Costa, civil, condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional à pena de 3 anos e 4 meses de reclusão; houve manutenção da sentença por acórdão do Supremo Tribunal Militar, de 12 de janeiro de 1938.

Nota

O recorrente era gerente do jornal A Manhã, publicado na Capital Federal.

O referido jornal foi acusado de veicular notícias falsas e tendenciosas a propósito dos acontecimentos que se desenrolavam na insurreição de 27 de novembro de 1935.

Descrição relacionada

Apelação n. 5.054/1937

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º e art. 4º

Nome/Entidade

- Jornal A Manhã
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Francisco Moesia Rolim (Advogado(a))
- Oswaldo Costa (Maria Iulmira de Mello Costa, Raymundo Costa) (Envolvido(a))
- Pacheco de Oliveira (Relator(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

30. Habeas Corpus n. 28.181/1942

Data(s)

- 02/02/1942 a 25/09/1964

Dimensão e suporte

Dimensão: 29 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

História do item documental

O Habeas Corpus foi impetrado no Tribunal de Segurança Nacional, em 2 de fevereiro de 1942, sob o n. 457/1942. Impetrado em grau de recurso Habeas Corpus no Supremo Tribunal Federal, em 15 de maio de 1942, sob o n. 28.181. Remetido ao STM, em 259 de novembro de 1963, e arquivado em 1964 com a mesma numeração.

Âmbito e conteúdo

Habeas Corpus impetrado pelos condenados por crimes políticos Elzevir Santos Moreira, Joanicio da Costa Nunes, Vicente Amaro Neumann, Hermogenes Braz da Cunha, José Francisco dos Santos, Manoel Francisco dos Santos e Oswaldo Candido Alves, como recurso à decisão do Tribunal de Segurança Nacional, a fim de conseguir livramento condicional da pena.

Existência e localização de cópias

O Superior Tribunal Militar possui somente a cópia do acórdão sobre o Recurso de Habeas Corpus n. 25.181/1942.

Nota

A filiação dos envolvidos não é citada no processo.

Assunto principal

- Crimes contra a ordem política
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935

Nome/Entidade

- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Supremo Tribunal Federal (Produtor)
- Elzevir Santos Moreira (Envolvido(a))
- Hermogenes Braz da Cunha (Envolvido(a))
- Joanicio da Costa Nunes (Envolvido(a))
- José Francisco dos Santos (Envolvido(a))

- Manoel Francisco dos Santos (Envolvido(a))
- Orosimbo Nonato (Relator(a))
- Oswaldo Candido Alves (Envolvido(a))
- Renato Legadas Vianna (Advogado(a))
- Vicente Amaro Neumann (Envolvido(a))

Título

31. Habeas Corpus n. 28.189/1942

Data(s)

- 27/05/1942 a 25/09/1964

Dimensão e suporte

Dimensão: 71 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

História do item documental

Inquérito Policial cuja a Procuradoria de São Paulo deu início ao processo sob o número 1.750. Seguiu como Habeas Corpus n. 472, em 7 de abril de 1942, no Tribunal de Segurança Nacional. Em 27/05/1942, foi remetido ao Supremo Tribunal Federal e recebeu a numeração 28.189. Foi remetido ao STM, com a mesma numeração do STF em 2 de setembro de 1964.

Âmbito e conteúdo

Em 1933, Edgard de Matos Caramurú, gerente do Banco Comercio e Indústria de São Paulo, em Rio Preto, formou parceria com Adolpho Guimarães Correa e Oswaldo de Carvalho na sociedade Casa Bancária Edgar Caramurú e Cia.

Sendo Edgar o gerente e responsável, em fevereiro de 1941 desapareceu levando consigo grande soma de dinheiro, ocasionando a falência do negócio. Porém, os sócios foram acusados de responsabilidade na falência fraudulenta.

Assunto principal

- Crime contra a economia popular

- Crime contra a ordem política e social
- Decreto-Lei n. 869, de 18 de novembro de 1938

Nome/Entidade

- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Supremo Tribunal Federal (Produtor)
- Adolpho Guimarães Corrêa (Envolvido(a))
- Jamil Feres (Advogado(a))
- José Linhares (Relator(a))
- Oswaldo de Carvalho (Envolvido(a))

Título

32. Habeas Corpus n. 28.176/1942

Data(s)

- 14/05/1942 a 25/09/1964

Dimensão e suporte

Dimensão: 31 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

História do item documental

Impetrado no Tribunal de Segurança Nacional como Ordem de Habeas Corpus n. 459/1942. Recebeu o número 28.176/1942 ao tramitar no Supremo Tribunal Federal. Foi remetido ao Supremo Tribunal Militar em 2 de setembro de 1964.

Descrição relacionada

Processo 588 – TSN

Apelação 146 - TSN

Âmbito e conteúdo

Aos 16 de janeiro de 1942, na cidade do Rio de Janeiro, Olavo Cardoso, condenado sob acusação de ter participado do movimento revolucionário de novembro de 1935, impetrou Recurso de Habeas Corpus no Supremo Tribunal Federal após ter seu pedido de Habeas Corpus negado pelo Tribunal de Segurança Nacional. Entre outros argumentos expostos no pedido de sua soltura, o réu afirma que sua saúde está debilitada como também se enquadra nas condições de livramento previstas no art. 1º, inciso III, do Decreto n. 16.665, de 6 de maio de 1924.

Assunto principal

- Intentona comunista
- Constituição Federal (1937), art.101

Nome/Entidade

- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Castro Nunes (Relator(a))
- Olavo Cardoso (Envolvido(a))

Título

33. Revisão Criminal n. 154/1942

Data(s)

- 10/07/1942 a 21/10/1942

Dimensão e suporte

Dimensão: 29 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 5.054/1937 do Supremo Tribunal Militar; originária do Processo n. 1/1936 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Oswaldo Costa, civil, condenado em 12 de janeiro de 1938, acusado de participação no movimento revolucionário liderado por Luiz Carlos Prestes.

Descrição relacionada

Apelação n. 5.054/1937 - Supremo Tribunal Militar

Processo n. 1/1936 - TSN

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º e art. 4º

Nome/Entidade

- Aliança Nacional Libertadora (ANL)
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bulcão Viana (Relator(a))
- Francisco Moesia Rolim (Advogado(a))
- Oswaldo Costa (Maria Iulmira de Mello Costa, Raymundo Costa) (Envolvido(a))
- Pacheco de Oliveira (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

34. Processo n. 2.395/1942

Data(s)

- 21/08/1942 a 22/06/1946

Dimensão e suporte

Dimensão: 1.292 folhas, 3 volumes

Suporte: papel

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

Nome do produtor

3ª Auditoria da 1ª Região Militar

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Processo interposto no Tribunal de Segurança Nacional, em 21 de agosto de 1942, e autuado com o número 2.395. Seguiu em grau de recurso para a Justiça Militar, em 19 de outubro de 1942 e recebeu a numeração 167/1942. Foi enviado ao Superior Tribunal Militar sob o n. 2.395 do TSN, em 22 de junho de 1946.

Âmbito e conteúdo

Em 25 de julho de 1942, na cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal, um grupo formado por civis e militares organizaram uma rede para aquisição de gasolina furtada dos depósitos do Ministério de Guerra, revendendo a proprietários de caminhões e automóveis particulares, que também sabiam do esquema de burle.

Descrição correlacionada

Processo 167/1942 - 3ª Auditoria da 1ª Região Militar

Assunto principal

- Crime contra a economia popular
- Crime contra a ordem política e social
- Crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social

- Crimes contra o patrimônio
- Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940, art. 155 e art. 180
- Decreto-Lei n. 869, de 18 de novembro de 1938, art. 1º, art. 3º e art. 4º

Nome/Entidade

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Adolpho Bloch (Ginda Bloch, Joseph Bloch) (Envolvido(a))
- Alcides de Barros Paiva (Advogado(a))
- Alínio Tavares Ferreira de Salles (Alice Tavares Ferreira de Salles, Euphigenio Ferreira de Salles) (Envolvido(a))
- Ananias Niesi (Advogado(a))
- Antônio Augusto Dias (Herminia de Jesus Dias, Antônio Augusto de Castro) (Envolvido(a))
- Antônio Ayres (Francisca Ayres, Ludoino Ayres) (Envolvido(a))
- Antônio Fialho do Amaral (Maria Julia Fialho Amaral, Sabino do Amaral) (Envolvido(a))
- Arnaldo Oliveira Ribeiro (Lydia Carolina de Oliveira, Pedro Celestino de Souza) (Envolvido(a))
- Ary Vaz da Costa (Virginia Vaz Costa, Francisco Domingos Costa) (Envolvido(a))
- Belmiro Cruz (Leonor Cruz, Francisco Antunes Nazereth) (Envolvido(a))
- Caetano Pinto da Silva (Zeferina Pinto da Silva, Joaquim Pinto da Silva) (Envolvido(a))
- Carlos de Medeiros Jansen Ferreira (Advogado(a))
- David Auday (Cimia Auday, Alberto Auday) (Envolvido(a))
- Dias Carneiro Neto (Advogado(a))
- Domingos Cunha (Leocádia da Cunha, Luiz da Cunha) (Envolvido(a))
- Emigídio Augusto Ferreira (Maria Francisca do Nascimento, José Augusto Bezerra) (Envolvido(a))
- Euclydes Lopes de Sousa (Maria Ascenção de Souza, Joaquim Lopes de Souza) (Envolvido(a))
- Eugênio Pinheiro (Matildes Pinheiro, Joaquim Evaristo Pinheiro) (Envolvido(a))
- Evandro Cavalcanti Lins e Silva (Advogado(a))
- Filigonio Bastos de Barros Lima Júnior (Advogado(a))
- Francisco Azevedo Vianna (Advogado(a))

- Francisco Marques da Costa (Filomena Marques da Costa, Constantino Rodrigues da Costa) (Envolvido(a))
- Gilberto Dias Ferreira (Julieta de Sá Dias Ferreira, Antônio Dias Ferreira Filho) (Envolvido(a))
- Hugo Severiano Ribeiro (Advogado(a))
- João de Matos Faro Júnior (Josepha Maria da Conceição, Joaquim de Matos Faro Júnior) (Envolvido(a))
- João Gomes de Santana (Josepha Maria da Conceição, Frederico Gomes de Santana) (Envolvido(a))
- João Henrique da Silva (Emília Cardoso, Manoel Henrique) (Envolvido(a))
- João Romeiro Neto (Advogado(a))
- João Scharbel (Advogado(a))
- Joaquim Cassiano da Silva (Maria Joaquina da Conceição, Cassiano Pereira da Silva) (Envolvido(a))
- Jorge Severiano Ribeiro (Advogado(a))
- José Alarico Coelho Cintra (Izabel Fernandes Cintra, Alarico José Coelho Cintra) (Envolvido(a))
- José da Silva Guimarães (Maria Laurent Gloria, Francisco Ribeiro da Silva) (Envolvido(a))
- José Herzog (Rachel Herzog, Jacob Herzog) (Envolvido(a))
- Ladislau Godofredo Dias Carneiro Neto (Advogado(a))
- Luiz Plácido (Ana de Barros Plácido, Manoel de Barros Plácido) (Envolvido(a))
- Luiz Raymundo de Lyra Tavares (Advogado(a))
- Manuel Faustino Pereira (Anastácia Pereira, Antônio Eduardo Pereira) (Envolvido(a))
- O. D. Rego Monteiro (Advogado(a))
- Oswaldo Gonçalves Pinheiro (Placidina Ferreira Pinheiro, José Gonçalves Pinheiro) (Envolvido(a))
- Pedro de Oliveira Braga (Advogado(a))
- Rafael Evilásio de Oliveira (Maria São Pedro dos Anjos, Antônio José de Oliveira) (Envolvido(a))
- Raul Lins e Silva Filho (Advogado(a))
- Romeiro Neto (Advogado(a))
- Silvio Ernesto Cochiarelli (Advogado(a))
- Theóphilo Badin (Labide Zeidan, Salin Badin) (Envolvido(a))

- Ventura Ferreira Lopes (Maria Rosa Lopes, José Lopes) (Envolvido(a))
- Waldemar Medrado Dias (Advogado(a))

Título

35. Revisão Criminal n. 168/1942

Data(s)

- 18/12/1942 a 19/05/1943

Dimensão e suporte

Dimensão: 19 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 4.899/1937.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Socrates Gonçalves da Silva, ex-capitão do Exército, condenado pelo envolvimento no levante irrompido em novembro de 1935, na Escola de Aviação Militar.

Descrição relacionada

Apelação n. 4.899/1937

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º e art. 49

Nome/Entidade

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)

- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bulcão Viana (Revisor(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Escola de Aviação Militar
- Lauro Fontoura (Advogado(a))
- Socrates Gonçalves da Silva (Envolvido(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

36. Revisão Criminal n. 170/1942

Data(s)

- 30/12/1942 a 02/09/1943

Dimensão e suporte

Dimensão: 25 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 4.899/1937 e Processo n. 1/1936 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão criminal requerida por Mario de Souza e José Gutman, condenados sob acusação de terem participado da revolução comunista de novembro de 1935.

Assunto principal

- Crime contra a vida

- Intentona Comunista
- Decreto n. 18, de 7 de março de 1981 (Código Penal da Armada) art. 114 e art. 152
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º

Nome/Entidade

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- José Gutman (Augusta Gutman, Jayme Gutman) (Envolvido(a))
- Lauro Fontoura (Advogado(a))
- Mario de Souza (Clotilde Mendes de Sousa, João Pedro de Sousa) (Envolvido(a))
- Pacheco de Oliveira (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

37. Revisão Criminal n. 172/1943

Data(s)

- 13/01/1943 a 19/05/1943

Dimensão e suporte

Dimensão: 13 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 5.054/1937, por acórdão proferido em 12 de janeiro de 1938, e ao Processo n. 1/1936 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Arlindo Antonio de Pinho, condenado na Apelação n. 5.054/1937, acusado de participação no movimento comunista de 27 de novembro de 1935, liderado por Luiz Carlos Prestes. Requer a revisão somente para o efeito de ser restabelecida a sentença de 1ª instância, que o condenou no grau submédio, fazendo, assim, preponderar a atenuante sobre a agravante.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º e art. 4º

Nome/Entidade

- Aliança Nacional Libertadora (ANL)
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Arlindo Antonio de Pinho (Envolvido(a))
- Bulcão Viana (Relator(a))
- Edgar de Toledo (Advogado(a))
- Pacheco de Oliveira (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

38. Revisão Criminal n. 175/1943

Data(s)

- 06/04/1943 a 14/09/1943

Dimensão e suporte

Dimensão: 32 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 3/1936 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Lauro Fernandes e Silva, denunciado e condenado por sentença do então Juiz Federal na antiga Seção do Rio Grande do Norte, sob a acusação de participação no movimento extremista irrompido em 23 de novembro de 1935 naquele Estado.

Descrição relacionada

Processo n. 3/1937 - TSN

Assunto principal

- Crime de motim e revolta
- Crimes contra a ordem política e social
- Crimes contra a pátria
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º e art. 23

Nome/Entidade

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Cícero Aranha (Advogado(a))
- Lauro Fernandes e Silva (Envolvido(a))
- Manoel Varela d'Alburqueque (Advogado(a))

- Pacheco de Oliveira (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

39. Revisão Criminal n. 180/1943

Data(s)

- 18/05/1943 a 28/06/1943

Dimensão e suporte

Dimensão: 31 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 5.203 do Superior Tribunal Militar e Processo 1-B do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por José Gay Cunha, condenado a 8 anos de reclusão pelo Tribunal de Segurança Nacional por acórdão proferido no Processo 1-B, de 27 de outubro de 1937; acusado de participação no movimento revolucionário de 27 de novembro de 1935. O recorrente pretende ser absolvido por falta de prova.

Assunto principal

- Crimes contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º

Nome/Entidade

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bulcão Viana (Relator(a))
- José Gay da Cunha (Envolvido(a))
- Miguel Timponi (Advogado(a))
- Pacheco de Oliveira (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

40. Revisão Criminal n. 185/1943

Data(s)

- 09/07/1943 a 31/08/1943

Dimensão e suporte

Dimensão: 53 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 4.899/1937 e ao Processo n. 1/1936 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal referente a Carlos da Costa Leite, condenado na Apelação n. 4.899/1937 à pena de 3 anos e 10 meses, por acórdão de 7 de maio de 1937. Pretende o recorrente que seja declarada sua absolvição.

Descrição relacionada

Apelação n. 4.899/1937

Processo 1/1936 - TSN

Assunto principal

- Crimes contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º

Nome/Entidade

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bulcão Viana (Revisor(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Carlos da Costa Leite (Bernardina Martins Costa Leite, Jeronymo da Costa Leite) (Envolvido(a))
- Miguel Timponi (Advogado(a))

Título

41. Revisão Criminal n. 195/1943

Data(s)

- 08/09/1943 a 12/03/1944

Dimensão e suporte

Dimensão: 17 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 4.899/1937 e ao Processo n. 1/1936 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Agildo da Gama Barata Ribeiro, condenado a 9 anos de reclusão, acusado de participação no movimento revolucionário de 27 de novembro de 1935 sob a liderança de Luiz Carlos Prestes.

Descrição relacionada

Apelação n. 4.899/1937 – STM

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º e art. 49

Nome/Entidade

- Aliança Nacional Libertadora (ANL)
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Agildo da Gama Barata Ribeiro (Maria Gabriela da Gama Barata Ribeiro, Atanagildo Barata Ribeiro) (Envolvido(a))
- Bulcão Viana (Relator(a))
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Lauro Fontoura (Advogado(a))

Título

42. Revisão Criminal n. 197/1943

Data(s)

- 15/09/1943 a 06/01/1944

Dimensão e suporte

Dimensão: 22 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 4.492 e ao Processo n. 210 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por José Milton de Miranda, condenado a 4 anos de reclusão pelo Tribunal de Segurança Nacional, em 10 de novembro de 1937; acusado de tentativa de incitamento a militares.

Alega o revisando que não foi possível apresentar defesa antes.

Descrição relacionada

Apelação n. 4.492-TSN

Revisão Criminal n. 197/1943

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 10

Nome/Entidade

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bulcão Viana (Revisor(a))
- José Milton de Miranda (Maria Josefina de Miranda, Estevan Domingos de Miranda) (Envolvido(a))
- Pacheco de Oliveira (Relator(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

43. Revisão Criminal n. 226/1944

Data(s)

- 02/05/1944, 29/08/1944

Dimensão e suporte

Dimensão: 48 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 4.899/1937 e Processo n. 1-A/1936 do TSN.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Agliberto Vieira de Azevedo do exército, ex-capitão, do Processo do Tribunal de Segurança Nacional que o condenou a 20 anos e 8 meses de prisão sob a acusação de crime político de tentativa contra a Constituição Federal e de crime de homicídio.

O Revisando pede ao Supremo Tribunal Militar a absolvição do crime de homicídio, declarando a morte do Tenente Bragança elementar apenas do crime político (se julgar provada a autoria).

Descrições relacionadas

Apelação n. 4.899/1937

Nota

A condenação compreendeu o crime político de tentativa contra a Constituição (art. 1º da Lei n. 38, de 4 de abril de 1935), ou seja, 9 anos de reclusão, grau submáximo, e o crime de homicídio, ou seja, 11 anos e 8 meses de prisão simples, grau mínimo do art. 150, § 1º, do Código Penal da Armada.

Nota

Consta que o sentenciado tomou parte no movimento revolucionário de 27 de novembro de 1935, na Capital Federal, chefiado por Luiz Carlos Prestes, e encabeçou o levante na Escola de Aviação Militar, onde houve a morte do 1º- Tenente Benedito Lopes Bragança.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Homicídio
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º
- Decreto 18, de 7 de março de 1891 (Código Penal da Armada), art. 150, § 1º

Nome/Entidade

- Escola de Aviação Militar
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Agliberto Vieira de Azevedo (Cecilia Vieira de Sá, José Paes de Azevedo Sá) (Envolvido(a))
- Bulcão Viana (Relator(a))
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Edgar de Toledo (Advogado(a))
- Fernando Moreira Guimarães (Procurador(a))

Título

44. Revisão Criminal n. 236/1944

Data(s)

- 28/06/1944 a 28/09/1944

Dimensão e suporte

Dimensão: 18 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 4.492 e à Revisão Criminal n. 197/1943.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por José Milton de Miranda, condenado a 4 anos de reclusão pelo Tribunal de Segurança Nacional, em 10 de novembro de 1937, sob a acusação de tentativa de incitamento a militares.

Tendo sido indeferida a Revisão Criminal n. 197, o condenado repetiu o mesmo recurso, pretendendo um novo exame do processo para a sua absolvição ou, pelo menos, para a diminuição da sua pena ao grau submédio, invocando os precendentes de vários acórdãos acerca de indivíduos envolvidos no movimento revolucionário de 27 de novembro de 1935.

Descrição relacionada

Apelação n. 4.492- TSN

Revisão Criminal n. 197/1943

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 10

Nome/Entidade

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bulcão Viana (Revisor(a))

- Fernando Moreira Guimarães (Procurador(a))
- José Joaquim Soares (Advogado(a))
- José Milton de Miranda (Maria Josefina de Miranda, Estevan Domingos de Miranda) (Envolvido(a))
- Pacheco de Oliveira (Relator(a))

Título

45. Apelação n. 11.569/1944

Data(s)

- 10/07/1944 a 14/12/1946

Dimensão e suporte

Dimensão: 3.895 folhas, 8 volumes

Suporte: papel

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

Nome do produtor

3ª Auditoria da 3ª Região Militar

História do item documental

O Ministério Público Militar apresentou a denúncia na 3ª Auditoria da 3ª Região Militar e foi autuado sob o número n. 1.254, de 18 de janeiro de 1943. Posteriormente, autuado como Processo n. 5.986, de 26 de dezembro de 1944, no Tribunal de Segurança Nacional, e deu entrada em grau de apelação no Supremo Tribunal Militar sob o número 11.569, de 14 de agosto de 1944.

Âmbito e conteúdo

Apelação referente a militares pertencentes ao 8° Regimento de Infantaria (8° R.I.) e civis, condenados por envolvimento no Partido Nacional Socialista Alemão ou pertencentes ao grupo Ação Integralista Brasileira,

que foi legalmente extinto. Acusados de exercerem grande influência por meio de bispos e pastores que difundiam ideais nazistas, como também de agirem supostamente dentro e fora dos quartéis coagindo os outros a aderirem ao movimento.

Nota

Encontram-se nos autos do processo, apreendidos para instrução do inquérito, o rascunho de um discurso e o hino integralista (título: "Anauê!"; subtítulo: "Canção dos 'camisas verdes' do Rio Grande do Sul"), às fls. 120 e 122 do volume 2, respectivamente.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Crime de incitamento à indisciplina
- Crime em tempo de guerra
- Crimes contra a pátria
- Nazismo
- Retroatividade da lei penal
- Decreto n. 18, de 7 de março de 1891 (Código Penal da Armada), art. 1º e art. 177
- Decreto-Lei n. 510, de 22 de junho de 1938, art. 1°
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 3º, art. 18, art. 19, art. 48 e art. 67

Nome/Entidade

- Ação Integralista Brasileira (AIB)
- 3ª Auditoria da 3ª Região Militar (Produtor)
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Adolfo Emilio Germano Borth (Marcia Borth, Roberto Borth) (Envolvido(a))
- Adolfo João Angerer (Margarida Angerer, João Angerer) (Envolvido(a))
- Albino Haas (Alina Haas, Pedro Haas) (Envolvido(a))
- Ana Elsner (Marta Elsner, Roberto Elsner) (Envolvido(a))
- Armando Hipolito dos Santos (Advogado(a))

- Artur Stilliner (Fanny Stilliner, Vicente Stilliner) (Envolvido(a))
- Augusto Hartwig Henrique Heine (Sofia Heine, Cristovão Heine) (Envolvido(a))
- Augusto Rohde (Albina Rohde, Miguel Rohde) (Envolvido(a))
- Augusto Tederke (Ida Tederke, Guilherme Tederke) (Envolvido(a))
- Blondina Zeifert (Matilde Hoser, Vicente Hoser) (Envolvido(a))
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Bulcão Viana (Revisor(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Carlos Kurtzembaum (Lena Elfert Kurtzembaum, Augusto Kurtzembaum) (Envolvido(a))
- Eduardo Petry (Ema Petry, Adolfo Petry) (Envolvido(a))
- Ernesto Leopoldo Kumpel (Marta Kumpel, João Kumpel) (Envolvido(a))
- Evaldo Pulter (Luiza Pulter, Gustavo Pulter) (Envolvido(a))
- Fernando do Ó (Advogado(a))
- Germano José Beck (Augusta Beck, João Beck) (Envolvido(a))
- Guilherme Rodolfo Pochann (Maria Pochann, Rodolfo Pochann) (Envolvido(a))
- Iracemo Marques Viana (Olinda da Silva, João Francisco Marques Viana) (Envolvido(a))
- João Augusto Rodrigues (Advogado(a))
- João Cesar Krieger (Advogado(a))
- Miguel Frederico Kohn (Emilia Kohn, Germano Kohn) (Envolvido(a))
- Miguel Weippert (Ana Weippert, Pedro Weippert) (Envolvido(a))
- Otto Edmundo Peno (Augusta Peno, Henrique Peno) (Envolvido(a))
- Pacheco de Oliveira (Revisor(a))
- Partido Nacional Socialista (PNS)
- Pedro Weippert (Maria Weippert, João Weippert) (Envolvido(a))
- Radwaldo Kurtzembaum (Lidia Kurtzembaum, Carlos Frederico Kurtzembaum) (Envolvido(a))
- Regis Beltrão de Andrade (Advogado(a))
- Reinoldo Zielke (Cristina Zielke, Julio Zielke) (Envolvido(a))
- Ricardo Schwarz (Emilia Schwarz, Adolfo Schwarz) (Envolvido(a))

- Rodolfo Krause (Maria Krause, Carlos Krause) (Envolvido(a))
- Rodolfo Raimundo Schultz (Juliana Schultz, Júlio Schultz) (Envolvido(a))
- Teodoro Daniel Kohn (Augusta Kohn, Germano Kohn) (Envolvido(a))
- Teodoro Kort (Hilda Kort, Alberto Kort) (Envolvido(a))
- Tereza Assenha Imer (Maria Assenha Imer, Alexandre Assenha Imer) (Envolvido(a))

Título

46. Revisão Criminal n. 253/1944

Data(s)

- 03/10/1944 a 18/12/1944

Dimensão e suporte

Dimensão: 14 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 5.054/1937 e ao Processo n. 1/1936 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Thomaz Pompeu Accioly Borges, condenado à pena de 3 anos e 10 meses de reclusão, por acórdão de 29 de dezembro de 1943, acusado de participação no movimento revolucionário de 27 de novembro de 1935, liderado por Luiz Carlos Prestes.

O recorrente alega não ter sido devidamente julgado, como também apresenta "irrecusáveis provas de inocência descobertas após a condenação".

Descrição relacionada

Apelação n. 5.054/1937

Processo n. 1/1936 - TSN

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º e art. 4º

Nome/Entidade

- Aliança Nacional Libertadora (ANL)
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Maurício Graccho Cardoso (Advogado(a))
- Pacheco de Oliveira (Revisor(a))
- Thomaz Pompeu Acioly Borges (Branca Accioly Borges, Raymundo Borges) (Envolvido(a))

Título

47. Processo n. 4.877/1944

Data(s)

- 01/12/1944 a 11/01/1946

Dimensão e suporte

Dimensão: 909 folhas, 4 volumes (STM possui o v.1 e o v.3)

Suporte: papel

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

História do item documental

Processo autuado no Tribunal de Segurança Nacional em 1º de dezembro de 1944, sob número 4.877. Seguiu para a 1ª Auditoria da 3ª Região Militar, Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, em 12 de janeiro de 1946, com a mesma numeração. Foi arquivado no Superior Tribunal Militar sob a mesma numeração.

Âmbito e conteúdo

Aos 29 de fevereiro de 1944, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, um grupo formado por civis, militares, servidores públicos e autoridades tentaram contrabandear pneumáticos entre a fronteira do Brasil e Argentina, precisamente em Arroio de São João, município de Itaqui. Foram condenados por esse crime como também por outros da mesma natureza.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Crime de contrabando
- Crime em tempo de guerra
- Decreto-Lei n. 406, de 4 de maio de 1938, art. 65
- Decreto-Lei n. 869, de 18 de novembro de 1938, art. 3º
- Decreto-Lei n. 2.524, de 23 de agosto de 1940
- Decreto-Lei n. 14.834, de 23 de fevereiro de 1942
- Decreto-Lei n. 4.129, de 25 de fevereiro de 1942, art. 1º
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1 de outubro de 1942, de 1º de outubro de 1942, art. 37
- Decreto-Lei n. 5.428, de 27 de abril de 1943, art. 3º
- Decreto-Lei n. 6.122, de 18 de dezembro de 1943, art. 4º

Nome/Entidade

- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Alípio Antônio Dreyer (Maria José Dreyer, Tobias Dreyer) (Envolvido(a))
- Antônio Israel da Rosa Passos (Maria da Gloria Nunes da Rosa, Asterio Passos) (Envolvido(a))
- Arlindo de Souza Rocha (Alexandrina de Souza Rocha, Clemente de Souza Rocha) (Envolvido(a))
- Artur Gomez (Honorina Ramires Gomez, Constantino Gomez) (Envolvido(a))
- Assumpção Meirelles (Advogado(a))
- Astrogildo Felix Martins (Idalina Felix Martins, Astrogildo Martins) (Envolvido(a))
- Augusto Grandini da Silva (Advogado(a))
- Breno Sanvicente (Advogado(a))

- D'artagnan Alves Gavião (Ana Maria Dornelles Gavião, Dionísio Alves Gavião) (Envolvido(a))
- Dauro Fontoura (Advogado(a))
- Eduino Vaz Ferreira (Josefa Ferreira, Antônio Vaz Ferreira) (Envolvido(a))
- Egdard Wilson Mondadori (Advogado(a))
- Eugênio Oliveira Brenner (Advogado(a))
- Gabriel Obino (Advogado(a))
- Hermes Hervê (Advogado(a))
- João Batista de Oliveira (Tereza Gomes de Oliveira, Virgilio José de Oliveira) (Envolvido(a))
- João Braga de Abreu (Advogado(a))
- João Pereira de Notohay (Advogado(a))
- João Policarpo dos Santos (Amalia Monteiro dos Santos, Geraldo Policarpo dos Santos) (Envolvido(a))
- João Tabajara (Advogado(a))
- José Antônio Rubin (Angela Calabria Rubin, Emilio Rubin) (Envolvido(a))
- José Luiz Garay (Celina Barcelos Garay, Ramon Martirez Garay) (Envolvido(a))
- José Narciso de Abreu e Silva (Advogado(a))
- Júlio M. Araújo (Advogado(a))
- Liberato Marques (Envolvido(a))
- Milton Guedes da Luz (Advogado(a))
- Nelson Alves Gavião (Ana Maria Dornelles Gavião, Dionísio Alves Gavião) (Envolvido(a))
- Olegário Pires da Silva (Virginiana Flores da Silva, Fabiano Pires da Silva) (Envolvido(a))
- Olegário Silveira (Malvina de Azevedo Silveira, João Silveira) (Envolvido(a))
- Olmiro Gonçalves Dias (Tomazia Bastos, Joaquim Antão Gonçalves Dias) (Envolvido(a))
- Oswaldo de Lia Pires (Advogado(a))
- Ovídio Martini (Joana Mezzono Martini, Ricardo Martini) (Envolvido(a))
- Pedro Nunes (Aurélia Queles Nunes, Segundo Nunes da Silva) (Envolvido(a))

- Pedro Policarpo dos Santos (Amalia Monteiro dos Santos, Geraldo Policarpo dos Santos) (Envolvido(a))
- Poty Medeiros (Advogado(a))
- Protasio Meireles de Azambuja (Fortunata Alflen Meireles, Miguel Meireles) (Envolvido(a))
- Ramão Sutil das Dores (Domingas Iffarraguirre das Dores, Ozorio Sutil das Dores) (Envolvido(a))
- Reinoldo Kettner (Paulina Duchs Kettner, Frederico Kettner) (Envolvido(a))
- Ricardo Jost Newbery (Elvira Newbery, Ricardo Jost Llambi) (Envolvido(a))
- Rivadália Guterres (Maria José Leão Guterres, Hipólito Simpliciano Guterres) (Envolvido(a))
- Sady Valle Machado (Castorina de Oliveira Valle Machado, João Monteiro Valle Machado) (Envolvido(a))
- Santo Dal Forno (Terezita Vicenci Dal Forno, José Dal Forno) (Envolvido(a))
- Togo Lima Barbosa (Advogado(a))
- Vicente Benitez (Maxima Real, Emilio Benitez) (Envolvido(a))
- Vitorio Lourenço Talini (Virginia Bochi Talini, Jacob Talini) (Envolvido(a))
- Voltaire Bittencourt (Advogado(a))
- Waldemar Aragão da Silveira (Luiza Aragão da Silveira, Orozimbo da Silveira) (Envolvido(a))

Título

48. Processo n. 6.132/1945

Data(s)

- 19/04/1945 a 07/01/1947

Dimensão e suporte

Dimensão: 282 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

Nome do produtor

3ª Auditoria da 3ª Região Militar

História do item documental

Processo autuado no Tribunal de Segurança Nacional sob o número 6.132, em 19 de abril de 1945, a partir do inquérito policial instaurado na Delegacia de Ordem Política e Social. Quando o Tribunal de Segurança Nacional foi extinto, o processo deslocou-se para a 3ª Auditoria da 3ª Região Militar sob a numeração Autos Findos n. 1.005, em 1947.

Âmbito e conteúdo

Aos 12 de abril de 1945, no município de São Luiz Gonzaga, estado do Rio Grande do Sul, um grupo de civis furtaram pneumáticos de um depósito, a fim de contrabandearem para a Argentina.

Assunto principal

- Código Penal - arts. 155
- Código Penal - arts. 44
- Crime contra a ordem política e social
- Crime de contrabando
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 37
- Decreto-Lei n. 5.428, de 27 de abril de 1943, art. 5º
- Decreto-Lei n. 8.186, de 19 de novembro de 1945

Nome/Entidade

- 3ª Auditoria da 3ª Região Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Deburgo de Deus Vieira (Advogado(a))
- Eugênio Knebel (Envolvido(a))
- João Albino Friedrich (Aluíza Friedrich, Valentin Friedrich) (Envolvido(a))
- José Oscar Kern (Catharina Kern, Pedro Kern)- (Envolvido(a))
- José Stoffels Sobrinho (Maria Stoffels, Germano Stoffels) (Envolvido(a))
- Othelo Eggers (Altiva Eggers, Adolfo Eggers) (Envolvido(a))
- Paulo Banderó (Maria Banderó, Francisco Banderó) (Envolvido(a))

- Plinio Moreira (Advogado(a))
- Regis Beltrão de Andrade (Advogado(a))

Título

49. Processo n. 4.777/1945

Data(s)

- 05/05/1945

Dimensão e suporte

Dimensão: 109 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

Nome do produtor

3ª Auditoria da 3ª Região Militar

História do item documental

O processo teve origem na Delegacia de Ordem e Política e Social de Santa Maria, em 25 de maio de 1944, sob o número 3.420. Seguiu para o Tribunal de Segurança Nacional, em 30 de abril de 1945, como denúncia, e autuado sob o número 4.777 no mesmo tribunal, em 5 de maio de 1945. Foi julgado na 3ª Auditoria da 3ª Região Militar, em Santa Maria, em 18 de março de 1946 e arquivado no STM.

Âmbito e conteúdo

Aos 11 de março de 1944, na cidade de Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul, na Viação Férrea, foi feita a apreensão de dezoito rolos de borracha para recauchutagem de pneus, num total de duzentos e vinte quilos, acondicionados em dez malas de mão que estavam sendo transportadas para a cidade de Uruguaiana por Neury Rodrigues Illana e Vulpério Ferreira Moreira sem quaisquer documentos de legalização e permissão de trânsito, bem como portando revólver calibre 32 com munição.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime de contrabando
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 37

- Decreto-Lei n. 6.122, de 18 de dezembro de 1943

Nome/Entidade

- Luiz Alves Rolim Sobrinho (Advogado(a))
- Neuly Rodrigues Yllana (Etelvina Rodrigues Yllana, Dalmiro Menchaca Yllana) (Envolvido(a))
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Vulpério Ferreira Moreira (Adélia Ferreira Moreira, Vulpério Leite Moreira) (Envolvido(a))

Título

50. Processo n. 451/1946

Data(s)

- 16/10/1944 a 27/02/1953

Dimensão e suporte

Dimensão: 526 folhas (v.1), 2 anexos

Suporte: papel

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

Nome do produtor

3ª Auditoria da 1ª Região Militar

História do item documental

Processo 5.347/1944 do extinto Tribunal de Segurança Nacional e Apelação 2.714/1945 do próprio Tribunal de Segurança Nacional. Dada a extinção do TSN, o processo foi remetido a 3ª Auditoria da 1ª Região Militar e na forma ordinária recebeu a numeração 451, também autuado como Autos Findos n. 451/1946 .

Âmbito e conteúdo

Aos 9 de agosto de 1944, na cidade de São João da Barra, estado do Rio de Janeiro, o alemão Wilhelm Heinrich Kopff e William Marcus Baarn, da Guiana Holandesa, desembarcaram na praia de Gargaú trazendo

aparelhos de transmissão, dinheiro e documentos que foram imediatamente enterrados na praia. Ambos foram acusados de espionagem e enquadrados nos arts. 21 e 23 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942.

Assunto principal

- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Apreensão de moeda estrangeira
- Espionagem
- Decreto n. 18, de 7 de março de 1891 (Código Penal da Armada), art. 156
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 23

Nome/Entidade

- 3ª Auditoria da 1ª Região Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Jamil Feres (Advogado(a))
- Wilhelm Heinrich Koepff (Cristine Koepff, Wilhelm Koepff) (Envolvido(a))
- William Marcus Baarn (Emma Gertrude Van Rhemen, Julius Abraham Baarn) (Envolvido(a))

Título

51. Processo n. 455/1946

Data(s)

- 02/04/1946 a 14/04/1947

Dimensão e suporte

Dimensão: 692 folhas, 4 volumes

Suporte: papel

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

Nome do produtor

3ª Auditoria da 1ª Região Militar

Nome do produtor

2ª Auditoria da 1ª Região Militar

História do item documental

Em 4 de novembro de 1943 deu entrada o Processo n. 4.148, no Tribunal de Segurança Nacional, houve apelação ao Próprio Tribunal de Segurança Nacional sob o n. 1.840/1943. Autuado como Processo n. 455/1946 na 3ª Auditoria da 1ª Região Militar e como Processo n. 4.927/1946 da 2ª Auditoria da 1ª Região Militar. E tornou-se o Autos Findos n. 3.532/1947.

Âmbito e conteúdo

Aos 26 de outubro de 1943, na cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal, instaurou-se inquérito contra o alemão Wilhelm Reis, residente no Brasil, e Ricardo Lodders, Hilmar Bernardo Werner, João Campos de Oliveira e Alipio Campos Teixeira de Oliveira. Foram acusados de sonegar impostos e o devido desconto aos cofres públicos por exportação de pedras preciosas e diamantes. As acusações foram fundamentadas considerando o Decreto-Lei n. 4.166, de 11 de março de 1942. Os comerciantes Ricardo Lodders, Hilmar Bernardo Werner, João Campos de Oliveira e Alipio Campos Teixeira de Oliveira foram também acusados por negociarem com Wilhelm Reis e praticar os mesmos atos ilícitos.

Assunto principal

- Sonegação de impostos
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 38

Nome/Entidade

- 2ª Auditoria da 1ª Região Militar (Produtor)
- 3ª Auditoria da 1ª Região Militar (Produtor)
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Alipio Campos Teixeira de Oliveira (Emerenciana Campos de Oliveira, Francisco Teixeira de

Oliveira) (Envolvido(a))

- Hilmar Bernardo Werner (Johanna Sophia, Frederico Augusto) (Envolvido(a))
- João Campos de Oliveira (Emerenciana Campos de Oliveira, Francisco Teixeira de Oliveira) (Envolvido(a))
- João Romeiro Neto (Advogado(a))
- Lauro Fontoura (Advogado(a))
- Manoel Pereira de Cordis (Advogado(a))
- Maria Rita Soares de Andrade (Advogado(a))
- Mario Bulhões Pedreira (Advogado(a))
- Ricardo Lodderes (Magdalena Lodders, Peter Lodders) (Envolvido(a))
- Wilhelm Reis (Alvina Reis, Otto Reis) (Envolvido(a))

Título

52. Revisão Criminal n. 355/1946

Data(s)

- 04/04/1946 a 16/09/1946

Dimensão e suporte

Dimensão: 44 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.176 e Processo n. 2.278, ambos do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Guglielmo Lettieri, italiano, condenado sob a acusação de ter transmitido telegramas, em código, ao consulado italiano em Recife, em data posterior ao rompimento das relações diplomáticas Brasil-Itália, sobre movimento de aviões norte-americanos pelo porto de Natal, o que

denunciaria a prática de crime de espionagem.

Nota

O art. 67 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, determina a retroatividade de seus dispositivos quanto aos delitos que afetem a segurança externa do país até a data do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Itália, a Alemanha e o Japão, ou seja, 28 de janeiro de 1942.

Descrição relacionada

Apelação n. 1.176/1942 - TSN

Processo n. 2.278/1942 - TSN

Assunto principal

- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Crimes contra a ordem política e social
- Espionagem
- Retroatividade da lei penal
- Segunda Guerra Mundial
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 e art. 67

Nome/Entidade

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Cícero Aranha (Advogado(a))
- Fernando Moreira Guimarães (Procurador(a))
- Guglielmo Lettiere (Envolvido(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))

Título

53. Revisão Criminal n. 356/1946

Data(s)

- 04/04/1946 a 03/10/1946

Dimensão e suporte

Dimensão: 20 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.278/1942 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida pelo comerciário alemão Ernst Walter Luck, condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional à pena de 14 anos de prisão, acusado de passar informações ao governo nazista da Alemanha em data posterior ao rompimento das relações diplomáticas do Brasil com aquele país, o que denunciaria a prática de crime de espionagem.

Assunto principal

- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Espionagem
- Retroatividade da lei penal
- Segunda Guerra Mundial
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 e art. 67

Nome/Entidade

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)

- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Ernst Walter Luck (Envolvido(a))
- Vaz de Mello (Relator(a))

Título

54. Revisão Criminal n. 357/1946

Data(s)

- 04/04/1946 a 01/08/1947

Dimensão e suporte

Dimensão: 7 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 3.093/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por José Ferreira Dias, acusado de facilitar espiões conseguirem informações.

Assunto principal

- Crime em tempo de guerra
- Crimes contra a ordem política e social
- Espionagem
- Retroatividade da lei penal
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 25 e art. 67

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- José Ferreira Dias (Envolvido(a))
- Vaz de Mello (Relator(a))

Título

55. Revisão Criminal n. 359/1946

Data(s)

- 04/04/1946 a 01/08/1947

Dimensão e suporte

Dimensão: 29 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 3.093/1942 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Rodolf Heinrich Adof Karl Ehrorn, processado e condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional à pena de 25 anos de reclusão, acusado de promover, no território nacional, serviço secreto de espionagem.

Nota

O recorrente era oficial rádio-telegrafista do navio mercante Bollwork, adquirido pelo governo do Brasil para a frota do Lloyd Brasileiro, em setembro de 1941.

Assunto principal

- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Crimes contra a ordem política e social
- Espionagem
- Radiodifusão sem licença
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 e art. 23

Nome/Entidade

- Grupo Engels
- Navio Bollwork
- Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Alvaro de Senna Valle (Advogado(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Gustav Albretch Engels (Testemunha)
- Rodolf Heinrich Adof Karl Ehrorn (Envolvido(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))

Título

56. Revisão Criminal n. 360/1946

Data(s)

- 11/04/1946 a 21/11/1946

Dimensão e suporte

Dimensão: 28 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.684 e Processo n. 3.093/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Augusto Carlos Francisco Frederico Meyer, condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional a 5 anos de reclusão acusado de instalar e ter sob sua guarda, sem licença de autoridade competente, aparelho transmissor de telegrafia, radiotelegrafia ou de sinais, que podiam servir para comunicação a distância.

Nota

A anistia não abrange os delitos contra a segurança do Estado, ocorridos em tempo de guerra, em virtude da disposição contida no art. 67 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942.

Assunto principal

- Anistia
- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Espionagem
- Aparelho transmissor
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 e art. 23

Nome/Entidade

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Augusto Carlos Francisco Frederico Meyer (Envolvido(a))
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Lauro Fontoura (Advogado(a))
- Parise Iglesias (Advogado(a))
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

57. Revisão Criminal n. 371/1946

Data(s)

- 21/06/1946 a 20/08/1946

Dimensão e suporte

Dimensão: 15 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 5.836 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão criminal requerida por Bertholdo Gausmann, comerciário, condenado a 8 meses de reclusão, por Acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 30 de outubro de 1945, acusado de cometer crime de contrabando.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Crime de contrabando
- Crime em tempo de guerra
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 37
- Decreto-Lei n. 6.122, de 18 de dezembro de 1943, art. 4º e art. 7º

Nome/Entidade

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)

- Armando Hipolito dos Santos (Advogado(a))
- Bertholdo Gausmann (Envolvido(a))
- Bulcão Viana (Relator(a))
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Jacy Ribeiro (Advogado(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

58. Revisão Criminal n. 374/1946

Data(s)

- 15/06/1946 a 03/11/1946

Dimensão e suporte

Dimensão: 31 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.996/1943 e Apelação n. 1.418/1943, ambos do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Herbert Max Karl Ernst Winterstein, alemão, comerciante, acusado de crime de espionagem.

O recorrente fôra absolvido com outros réus (alguns dos quais condenados) pelo Juiz singular do Tribunal de Segurança Nacional. Na sessão de 28 de maio de 1943, em recurso de apelação, foi condenado pelo mesmo Tribunal a 8 anos de prisão por crime de espionagem.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado

- Crime em tempo de guerra
- Espionagem
- Informações econômicas
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21, letra b
- Código de Justiça Militar, art. 324, letra b

Nome/Entidade

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Herbert Max Karl Ernst Winterstein (Envolvido(a))
- Lauro Fontoura (Advogado(a))
- Pacheco de Oliveira (Revisor(a))

Título

59. Revisão Criminal n. 389/1946

Data(s)

- 15/09/1946 a 08/11/1946

Dimensão e suporte

Dimensão: 18 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.662/1942 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Edmondo Di Robilant, aeroviário, condenado a 14 anos de reclusão pelo

Tribunal de Segurança Nacional.

O recorrente foi condenado sob a acusação de ter feito parte de um serviço de espionagem italiano, supostamente organizado por Enzo Di Vicino (Viccino), adido naval à Embaixada da Itália no Brasil.

Nota

No processo, é citado o italiano Enzo Di Vicino (ou Viccino), acusado de espionagem no Brasil.

Nota

O art. 67 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, mandou retroagir, à data de ruptura das relações diplomáticas com os países do Eixo, os crimes que ofendessem a soberania do país.

Nota

Após a Constituição Federal de 1946, promulgada em 18 de setembro, o Supremo Tribunal Militar passou a se chamar Superior Tribunal Militar.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Espionagem
- Radiodifusão sem licença
- Retroatividade da lei penal
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21, art. 67

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Edmondo Di Robilant (Envolvido(a))
- Enzo de Vicino (Citado(a))
- Evandro Cavalcanti Lins e Silva (Advogado(a))
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

60. Revisão Criminal n. 395/1946

Data(s)

- 30/10/1946 a 20/02/1947

Dimensão e suporte

Dimensão: 26 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal da Apelação n. 1.176 e Processo n. 2.278/1942, ambos do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão criminal requerida por Richard Robert Burgers, Hans Werberling e Ernst Walter Luck, condenados a 14 anos de reclusão por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 22 de dezembro de 1942, acusados de exercer crime de espionagem em território nacional.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))

- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Cícero Aranha (Advogado(a))
- Ernest Walter Luck (Envolvido(a))
- Hans Werberling (Envolvido(a))
- Richard Robert Burgers (Envolvido(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Walter Wigderdwitz (Advogado(a))

Título

61. Revisão Criminal n. 396/1946

Data(s)

- 04/11/1946 a 28/01/1947

Dimensão e suporte

Dimensão: 20 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.418 e Processo n. 2.996/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Eduardo Pacheco de Andrade, condenado a 8 anos de reclusão por incurso no art. 21 do Decreto-Lei n. 4.766, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional, acusado de espionagem a favor das Nações do Eixo (Alemanha, Itália, Japão), cujo líder era Frank Walter Jordan.

O recorrente foi absolvido em primeira instância; a sentença foi reformada por acórdão, tendo sido o réu condenado a 8 anos de reclusão, grau mínimo do art. 21 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1942. Posteriormente, o mesmo TSN reformou sua decisão, face à Revisão n. 248, impondo a pena de 4 anos, grau mínimo, por desclassificação do delito para o art. 25 do citado decreto-lei.

Nesta presente revisão, argumenta-se que os fatos alegados contra o revisando se passaram muito antes da data

da ruptura de relações diplomáticas com a Alemanha, a Itália e o Japão, que foi a de 28 de janeiro de 1942.

Unidades de descrição relacionadas

Revisão Criminal n. 248

Apelação n. 1.418

Nota

No processo, é citado a pessoa de Frank Walter Jordan, acusado de ser chefe de um serviço de espionagem alemão atuando no Brasil.

Nota

O art. 67 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, mandou retroagir os crimes que ofendessem a soberania do país à data de ruptura das relações diplomáticas com os países do Eixo.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Espionagem
- Retroatividade da lei penal
- Segunda Guerra Mundial
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21, art. 25 e art. 67

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Eduardo Pacheco de Andrade (Envolvido(a))
- Jamil Feres (Advogado(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

62. Revisão Criminal n. 397/1946

Data(s)

- 04/11/1946 a 24/10/1947

Dimensão e suporte

Dimensão: 14 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.469/1942 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Erwin Backhaus, comerciante, alemão, condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional a 8 anos de prisão, acusado de participação nos serviços de espionagem em prol da Alemanha.

Consta que ele não negou ter remetido, de Recife, ao seu compatriota Teodoro Frederick Schlegel, informes sobre o movimento de navios e aviões americanos e ingleses.

Entretanto, o recorrente argumenta que não praticou qualquer ato delituoso após 28 de janeiro de 1942, uma vez que foi detido em Recife em 18 de dezembro de 1941, posto em liberdade em 1º de fevereiro de 1942, ficando sob vigilância da polícia, e embarcado para a Capital Federal em 12 de março de 1942. Conclui, assim, que estava detido quando foi publicado o Decreto-Lei n. 4.766, que fixou o limite de recuo da lei a 28 de janeiro de 1942.

Nota

Consta que o recorrente participou de uma rede de espionagem organizada no Brasil sob a direção do alemão Theodor Friedrick Schlegel.

Descrição relacionada

Processo n. 2.469/1942 - TSN

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança nacional
- Crime em tempo de guerra
- Espionagem
- Retroatividade da lei penal
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 e art. 67

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Erwin Backhaus (Envolvido(a))
- Lauro Fontoura (Advogado(a))
- Theodor Friedrick Schlegel (Citado(a))
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

63. Revisão Criminal n. 401/1946

Data(s)

- 26/11/1946 a 17/10/1952

Dimensão e suporte

Dimensão: 25 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal da Apelação n. 2.999 e Processo n. 6.041/1945, ambos do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão criminal requerida por Venicio Marfucci, condenado por contrabando a 2 anos de reclusão por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 31 de agosto de 1945.

Assunto principal

- Crime contra a segurança do Estado
- Crime de contrabando
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 37
- Decreto-Lei n. 6.122, de 18 de dezembro de 1943

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Humberto Neves (Advogado(a))
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Venicio Marfucci (Envolvido(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

64. Revisão Criminal n. 402/1946

Data(s)

- 28/11/1946 a 16/05/1947

Dimensão e suporte

Dimensão: 15 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal da Apelação n. 1.207 e Processo n. 2.662/1942, ambos do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão criminal requerida por Enrico Marchesini, almoxarife da Companhia Lati, condenado por espionagem em território nacional, a 8 anos de prisão, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 29 de dezembro de 1942.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Espionagem
- Radiodifusão sem licença
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Enrico Marchesini (Envolvido(a))
- Evandro Cavalcanti Lins e Silva (Advogado(a))
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

65. Revisão Criminal n. 406/1947

Data(s)

- 08/01/1947 a 06/12/1950

Dimensão e suporte

Dimensão: 23 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.996/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Afonso Digeser, alemão, marceneiro, condenado por crime de espionagem a 8 anos de reclusão pelo Tribunal de Segurança Nacional, em acórdão de 28 de maio de 1943.

Nota

Consta que o recorrente foi cúmplice do alemão Frank Walter Jordan, acusado de espionagem no Brasil.

Nota

Nesta Revisão, o Superior Tribunal Militar resolveu deferir, em parte, o pedido para desclassificar o crime no art. 23 do Decreto-Lei n. 4.766/1942e condenar o revisando à pena de 2 anos de reclusão, pela acusação de permitir que em sua residência fosse instalada a estação rádio-transmissora utilizada por Frank Walter Jordan, levando-a, tempos depois, para casa de Hugo Fleischer, dentro de uma mala.

Descrição relacionada

Processo n. 2.996/1943 - TSN

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, arts. 21 e 23
- Espionagem

- Radiodifusão sem licença

Nome/Entidade

- Affonso Digeser (Envolvido(a))
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Frank Walter Jordan (Citado(a))
- Orlando Rodrigues Sette (Advogado(a))
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

66. Revisão Criminal n. 407/1947

Data(s)

- 08/01/1947 a 24/05/1947

Dimensão e suporte

Dimensão: 19 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.093/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Karl Eugen Haering, condenado a 20 anos de reclusão por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 29 de outubro de 1943.

O recorrente foi condenado sob a acusação de: I - obter de Josef Pessek a assinatura de uma caixa postal e facilitar a Frederico Kempter o uso dessa caixa para o fim de recebimento de correspondência sobre serviço secreto referente a espionagem; e II - prestar colaboração a Frederico Kempter, acusado de ser agente do Serviço Alemão de Espionagem.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21, 46 e 47
- Espionagem

Nome/Entidade

- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Francisco Moesia Rolim (Advogado(a))
- Frederico Kempter (Citado(a))
- Josef Pessek (Citado(a))
- Karl Eugen Haering (Envolvido(a))
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

67. Revisão Criminal n. 410/1947

Data(s)

- 20/01/1947 a 16/05/1947

Dimensão e suporte

Dimensão: 42 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.469/1942 e Apelação n. 1.168, ambos do Tribunal de Segurança Nacional (TSN).

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal referente a Karl Thielen, alemão, comerciário, condenado por crime de espionagem a 8 anos de prisão, por acórdão do TSN de 11 de dezembro de 1942.

Acusado de pertencer ao grupo de Theodor Friedrich Schlegel, por prática de atos de espionagem e por ter instalado uma estação radiotransmissora na sua residência com finalidade da prática desses atos.

Objeta, porém, que os atos de espionagem imputados ao réu são anteriores à data da ruptura das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha e, consequentemente, fora da ação retroativa das disposições do art. 67 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, arts. 21 e 67
- Espionagem
- Radiodifusão sem licença
- Retroatividade da lei penal

Nome/Entidade

- Antonio Placido Beja (Advogado(a))
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))

- Geraldo Veridiano de Azevedo (Advogado(a))
- Karl Thielen (Envolvido(a))
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

68. Revisão Criminal n. 413/1947

Data(s)

- 09/04/1947 a 02/07/1947

Dimensão e suporte

Dimensão: 50 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.093/1943, no qual estão anexados os processos números 3.151, 3.259, 2.672, N. 2.740, 3.256 e 3.706, todos originários do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão criminal requerida por Eduard Arnold, comerciante, condenado por crime de espionagem em território nacional a 25 anos de reclusão, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional em 29 de outubro de 1943.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Eduard Arnold (Envolvido(a))
- Henrique Candido Camargo (Advogado(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

69. Revisão Criminal n. 414/1947

Data(s)

- 18/04/1947 a 02/07/1947

Dimensão e suporte

Dimensão: 46 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.614 e ao Processo n. 3.740, ambos do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Carl Louis Julius Johannes Ludolf Schlemm, condenado por crime de espionagem em território nacional a 7 anos de reclusão, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 28 de setembro de 1942.

Nota

Consta na acusação que o recorrente se encarregara, a pedido de Willy Koehnen, residente na Alemanha, de receber, no Rio de Janeiro, cartas de Willy, procedentes daquele país, para enviá-las aos Estados Unidos endereçadas a Paul Bas (ou Blass), em Jersey, Nova York.

Em primeira instância, fora condenado à pena de reclusão de 8 anos, como incurso no art. 21 do Decreto-Lei n. 4.766/1942. Em grau de apelação, o TSN determinou a desclassificação do delito para o do art. 25 do decreto-lei supracitado, impondo-lhe a pena de 7 anos de reclusão.

Requereu revisão do processo, o que lhe foi negado pelo Tribunal de Segurança Nacional.

Esperava o réu, no pedido de revisão processual, que o Superior Tribunal Militar decretasse a nulidade da sentença, determinando a absolvição, ou a diminuição da pena de 7 anos para 4 anos, ou seja, fixando a pena mínima do art. 25 do citado decreto-lei.

O recorrente alegou que, caso tivesse praticado atos de espionagem ou se utilizado de qualquer meio de comunicação, pudesse pôr em perigo a defesa nacional, teria cessado suas atividades em fins de 1941, sendo os fatos anteriores a 28 de janeiro de 1942, data da ruptura de relações diplomáticas entre o Brasil e as nações do Eixo (a Alemanha, a Itália e o Japão).

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21, 25 e 67
- Espionagem
- Retroatividade da lei penal

Nome/Entidade

- Attilio Gorini Sobrinho (Advogado(a))
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Carl Louis Julius Johannes Ludolf Schlemm (Envolvido(a))
- Napoleão da Costa Torres (Advogado(a))
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

70. Revisão Criminal n. 415/1947

Data(s)

- 23/04/1947 a 12/08/1947

Dimensão e suporte

Dimensão: 16 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal do Processo n. 2.469/1942 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Erwin Backhauss, condenado por crime de espionagem em território nacional à pena de 8 anos de prisão, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional, em 11 de dezembro de 1942.

Em acórdão de 8 de janeiro de 1947, o Superior Tribunal Militar, em grau Revisão Criminal, número 397/1946, negou a absolvição pedida por maioria de votos.

O recorrente requereu a desclassificação do delito do art. 21 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, para o art. 124 do Código Penal da Armada.

Unidades de descrição relacionadas

Processo n. 2.469/1942 - TSN

Descrição relacionada

Revisão Criminal n. 397/1946

Nota

O recorrente foi acusado de participar de um grupo chefiado por Theodor Friedrich Schlegel, acusado de

praticar espionagem no Brasil.

Assunto principal

- Código Penal da Armada, art. 124
- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
- Espionagem

Nome/Entidade

- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Erwin Backhaus (Envolvido(a))
- Renato Dardeau de Albuquerque (Advogado(a))
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Theodor Friedrich Schlegel (Citado(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

71. Revisão Criminal n. 422/ 1947

Data(s)

- 19/05/1947 a 20/07/1947

Dimensão e suporte

Dimensão: 17 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.470 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Alfredo Josef Ney, condenado a 7 anos de prisão por acórdão do Tribunal Segurança Nacional, em 28 de setembro de 1942. Foi acusado de exercer o crime de espionagem e radiofusão sem licença em território nacional.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 25
- Espionagem
- Radiodifusão sem licença

Nome/Entidade

- Alfredo Josef Ney (Envolvido(a))
- Arthur Penna Filho (Advogado(a))
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

72. Revisão Criminal n. 425/1947

Data(s)

- 02/06/1947 a 01/08/1947

Dimensão e suporte

Dimensão: 28 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.093/1943 do Tribunal de Segurança Nacional e Revisão Criminal n. 357/1947.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por José Ferreira Dias, condenado por crime de espionagem no território nacional a 7 anos de reclusão pelo Tribunal de Segurança Nacional.

Unidades de descrição relacionadas

Processo n. 3.093/1943

Descrições relacionadas

Revisão Criminal n. 357/1947

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 25
- Espionagem

Nome/Entidade

- Bocayuva Cunha (Relator(a))

- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- José Ferreira Dias (Maria Ferreira Dias, Serafim Ferreira Dias) (Envolvido(a))
- Maria Rita Soares de Andrade (Advogado(a))
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

73. Revisão Criminal n. 426/1947

Data(s)

- 09/06/1947 a 24/11/1947

Dimensão e suporte

Dimensão: 18 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal do Processo n. 2.662/1942 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão criminal requerida por Amleto Albieri, técnico em rádio, condenado por crime de espionagem a 14 anos de reclusão, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional em 29 de dezembro de 1942.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Espionagem
- Aparelho transmissão

- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Alfredo Tranjan (Advogado(a))
- Amleto Albieri (Envolvido(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Navio Queen Mary
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

74. Revisão Criminal n. 427/1947

Data(s)

- 13/06/1947 a 12/08/1947

Dimensão e suporte

Dimensão: 13 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.469/1942 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Erwin Backhaus, condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional a pena de 8 anos de reclusão por ter incidido no disposto no art. 21 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, grau mínimo. O Superior Tribunal Militar, na Revisão n. 415, por acórdão de 21 de maio de 1947, decidiu, por

maioria de votos, desclassificar o delito para o art. 124 do Código Penal Militar e condenar o recorrente a 6 anos de reclusão. A revisão, de número 427, foi requerida com o fundamento de que a desclassificação altera somente a natureza do delito e, assim, o réu deveria ter sido condenado no mínimo do art. 124 do CPM, uma vez que o fôra, antes, no mínimo do art. 21 do decreto-lei supracitado, e, assim alegando, requeria a pena de 4 anos.

Descrições relacionadas

Revisão Criminal n. 397/1946

Revisão Criminal n. 415/1947

Assunto principal

- Código Penal da Armada, art. 124
- Crime contra a segurança do Estado
- Espionagem militar
- Informação secreta
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
- Decreto n. 6.277, de 24 de janeiro de 1944, art. 124

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Erwin Backhaus (Envolvido(a))
- Renato Dardeau de Albuquerque (Advogado(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

75. Revisão Criminal n. 428/1947

Data(s)

- 16/06/1947 a 10/04/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 103 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.293/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Gerardo Margella Melo Mourão ao acórdão do Tribunal de Segurança Nacional que o condenou a 30 anos de reclusão acusado de crime de espionagem.

Descrição relacionada

Processo n. 3.293/1943 - TSN

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Espionagem
- Retroatividade da lei penal
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21, art. 67 e art. 68

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)

- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Gerardo Margella Melo Mourão (Esther Mello Mourão, Coriolando Ribeiro Mello) (Envolvido(a))
- Jamil Feres (Advogado(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

76. Revisão Criminal n. 433/1947

Data(s)

- 08/07/1947 a 20/04/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 33 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.093/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal referente a Fritz Weisflog, brasileiro nato, condenado a 25 anos de reclusão.

O recorrente foi, inicialmente, apontado como incurso nas penas dos arts. 21 e 23 do Decreto-Lei n. 4.766/1942, sendo absolvido na primeira instância, e condenado na segunda, no grau médio do art. 21, segunda parte, do mesmo decreto-lei.

A defesa alegou que todas as referências a atos praticados pelo revisando remontam à época anterior ao rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha, a Itália e o Japão e, até, anteriores à entrada dos Estados Unidos na guerra.

Nota

O processo faz citação ao alemão Niels Christian Christensen, acusado de espionagem no território brasileiro.

Assunto principal

- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Espionagem
- Retroatividade da lei penal
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 e art. 67

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Francisco Moesia Rolim (Advogado(a))
- Fritz Weisflog (Envolvido(a))
- Niels Christian Christensen (Citado(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

77. Revisão Criminal n. 434/1947

Data(s)

- 29/07/1947 a 20/04/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 118 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal do Processo n. 2.622/1942 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão criminal requerida por Guido Corti, engenheiro, condenado por crime de espionagem a 14 anos de reclusão, por Acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 29 de dezembro de 1942.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Gomes Carneiro (Relator(a))
- Guido Corti (Envolvido(a))
- Heráclito Fontoura Sobral Pinto (Advogado(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

78. Revisão Criminal n. 436/1947

Data(s)

- 17/09/1947 a 20/04/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 36 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.778 e ao Processo n. 3.808/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Heinz William Ehlert ao acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 14 de dezembro de 1943, que o condenou a 14 anos de reclusão, acusado de prática de crime espionagem.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Espionagem
- Retroatividade da lei penal
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 e art. 67

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Gomes Carneiro (Revisor(a))
- Heinz Ehlert (Eleonore Brinkran, Willehm Brinkran) (Envolvido(a))
- Lauro Fontoura (Advogado(a))
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

79. Revisão Criminal n. 437/1947

Data(s)

- 14/10/1947 a 09/03/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 25 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.469/1942 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Karl Thielen, alemão, comerciante, processado com outros acusados que formavam um grupo chefiado por Theodor Friedrich Schlegel. Foi condenado por crime de espionagem pelo Tribunal de Segurança Nacional em 11 de dezembro de 1947.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Edgard Pinto Lima (Advogado(a))
- Karl Thielen (Envolvido(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

80. Revisão Criminal n. 438/1947

Data(s)

- 15/10/1947 a 20/04/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 41 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.822 e Processo n. 4.007/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Werner Christoph Waltemath, condenado a 27 anos e 6 meses de reclusão, pelo Tribunal de Segurança Nacional, sob a acusação de participação em uma rede de espionagem.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Evandro Cavalcanti Lins e Silva (Advogado(a))
- Gomes Carneiro (Relator(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Werner Christoph Waltemath (Envolvido(a))

Título

81. Revisão Criminal n. 440/1947

Data(s)

- 16/10/1947 a 20/04/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 33 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.293/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Álvaro da Costa Souza, condenado a 25 anos de reclusão por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional.

Assunto principal

- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Crimes contra a ordem política e social
- Espionagem
- Retroatividade da lei penal
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 e art. 67

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Gomes Carneiro (Revisor(a))

- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Álvaro da Costa Souza (Rita de Souza, Luiz da Costa Souza) (Envolvido(a))

Título

82. Revisão Criminal n. 446/1947

Data(s)

- 17/11/1947 a 16/09/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 87 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 2.714 e ao Processo n. 5.347/1944 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Wilhelm Heinrich Kopff, condenado à pena de 27 anos e 6 meses de reclusão por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 28 de maio de 1945, acusado de crime de espionagem.

Unidades de descrição relacionadas

Apelação n. 5.203/1937

Apelação n. 2.714/1945

Processo n. 5.347/1944

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado

- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 e art. 57

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Wilhelm Heinrich Kopff (Cristine Koepff, Wilhelm Koepff) (Envolvido(a))

Título

83. Revisão Criminal n. 450/1947

Data(s)

- 24/12/1947 a 09/02/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 17 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.826 e Processo n. 3.823, ambos do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão criminal requerida por Fernando Manuel de Almeida e Motta Marques, jornalista, condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional acusado de crime de espionagem.

Assunto principal

Processo n. 3.823 - TSN

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Espionagem
- Radiodifusão sem licença
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 e art. 76

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Fernando Manoel de Almeida e Motta Marques (Carlos Alberto da Motta Marques) (Envolvido(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

84. Revisão Criminal n. 451/1947

Data(s)

- 24/12/1947 a 18/10/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 22 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.684 e Processo n. 3.093/1943, Anexo n. 3.151, do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão criminal requerida por Antônio Gonçalves da Cunha, chofer do praça, condenado a 7 anos de reclusão, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 29 de outubro de 1943.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Espionagem
- Radiodifusão sem licença
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 25

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Antônio Gonçalves da Cunha (Envolvido(a))
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

85. Revisão Criminal n. 452/1947

Data(s)

- 26/12/1947 a 20/04/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 11 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.808/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por José Braulio Guimarães, jornalista, referente ao acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 14 de dezembro de 1943, que o condenou a 14 anos de reclusão sob a acusação de crime de espionagem.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Edgard Pinto Lima (Advogado(a))
- José Braulio Guimarães (Envolvido(a))
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

86. Revisão Criminal n. 453/1947

Data(s)

- 30/12/1947 a 09/03/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 19 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.469/1942 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Rolf Trautmann, condenado por crime de espionagem à pena de 8 anos de prisão, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 11 de dezembro de 1942. Foi acusado de ser operador de rádio clandestino até fins de novembro de 1941.

Descrições relacionadas

- Revisão Criminal n. 397/1946
- Revisão Criminal n. 410/1947
- Revisão Criminal n. 415/1947
- Revisão Criminal n. 427/1947
- Revisão Criminal n. 437/1947

Nota

Acusado de participar de um grupo chefiado por Theodor Friedrich Schlegel, que transmitira por rádio, clandestinamente, informações destinadas à Alemanha.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Espionagem
- Radiodifusão sem licença
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Rolf Trautmann (Envolvido(a))
- Theodor Friedrich Schlegel (Citado(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Yaco Fernandes (Advogado(a))

Título

87. Revisão Criminal n. 454/1947

Data(s)

- 30/12/1947 a 20/04/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 23 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.293/1943 e Apelação n. 151 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal referente a Valêncio Wurch Duarte, condenado a 25 anos de reclusão, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 27 de julho de 1943, acusado de espionagem em tempo de guerra. Foi acusado de permitir a recepção de correspondência suspeita em seu endereço.

Nota

No processo de origem, consta, na acusação, que o recorrente era encarregado de receber a correspondência vinda da Argentina para o capitão Túlio e transmitia ao espião "Alberto" as informações colhidas por Mourão ou Álvaro sobre o movimento do porto do Rio de Janeiro.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Espionagem
- Retroatividade da lei penal
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 e art. 67

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Alcebíades Delamare Nogueira da Gama (Advogado(a))
- Anna Sofia Sara Wurch Duarte (Envolvido(a))
- Antonio Rodrigues Duarte (Envolvido(a))
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Valencio Wurch Duarte Duarte (Envolvido(a))
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

88. Revisão Criminal n. 458/1948

Data(s)

- 05/04/1948 a 15/07/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 14 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 4.007/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Paulo Gustavo Griese, condenado a 25 anos de reclusão pelo Tribunal de Segurança Nacional, por acórdão de 28 de dezembro de 1943, acusado de crime de espionagem.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Paulo Gustavo Griese (Envolvido(a))
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

89. Revisão Criminal n. 462/1948

Data(s)

- 20/04/1948 a 16/09/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 18 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.662/1942 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal referente a Edmondo di Robilant, condenado a 14 anos de reclusão, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 29 de dezembro de 1942, acusado de participação em uma rede de espionagem.

Descrição relacionada

Revisão Criminal n. 389/1946

Nota

Esta foi a segunda vez que o suplicante se dirige ao Superior Tribunal Militar para pleitear a modificação da decisão que o condenou. Da primeira feita, a sua revisão tomou o número 389, tendo sido indeferida. O Revisando argumentou que a situação foi inteiramente modificada, em virtude dos pronunciamentos do STM nas Revisões de ns. 402, 426 e 434. Alegou ainda que foi, à época, o único réu preso em consequência da acusação contida no processo de origem.

Assunto principal

- Crime contra a segurança do Estado

- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
- Espionagem

Nome/Entidade

- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Edmondo di Robilant (Envolvido(a))
- Evandro Cavalcanti Lins e Silva (Advogado(a))
- Gomes Carneiro (Revisor(a))
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

90. Revisão Criminal n. 463/1948

Data(s)

- 24/04/1948 a 07/12/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 17 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal do Processo n. 2.996/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão criminal requerida por Walter Moll, alemão, condenado a 14 anos de reclusão por Acórdão do

Tribunal de Segurança Nacional de 30 de dezembro de 1943, acusado de crime de espionagem.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Gomes Carneiro (Revisor(a))
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Walter Moll (Envolvido(a))

Título

91. Revisão Criminal n. 465/1948

Data(s)

- 26/05/1948 a 10/09/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 25 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.469/1942 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Nicolaus Eduard Dellingshausen, alemão, civil, condenado por crime de espionagem pelo Tribunal de Segurança Nacional.

Nota

O revisando foi acusado de integrar um grupo chefiado por Theodor Friederich Schlegel, acusado de atuar na prática de espionagem no território nacional.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Edgard Pinto Lima (Advogado(a))
- Nicolaus Eduard Dellingshausen (Envolvido(a))
- Theodor Friedrich Schlegel (Citado(a))
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

92. Revisão Criminal n. 466/1948

Data(s)

- 31/05/1948 a 16/09/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 19 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.093/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Alberto Schwab, condenado a 25 anos de reclusão, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 29 de outubro de 1943, acusado de crime de espionagem.

Unidades de descrição relacionadas

Processo n. 3.093/1943 - TSN

Processo n. 3.151-TSN

Nota

Foi acusado de ser um dos membros proeminentes da organização superintendida por Niels Christensen.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Espionagem
- Retroatividade da lei penal
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21, art. 67 e art. 68

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Alberto Schwab (Envolvido(a))
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Francisco Moesia Rolim (Advogado(a))
- Niels Christensen (Citado(a))

- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

93. Revisão Criminal n. 468/1948

Data(s)

- 06/07/1948 a 30/09/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 14 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.516 e ao Processo n. 3.293/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Oswaldo Riffel França ao acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 27 de julho de 1943, que o condenou a 20 anos de reclusão por prática de crime de espionagem.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Espionagem
- Retroatividade da lei penal
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 e art. 67

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Jamil Feres (Advogado(a))
- Oswaldo Riffel França (Regina Puin, João Riffel França) (Envolvido(a))
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

94. Revisão Criminal n. 469/1948

Data(s)

- 07/07/1948 a 16/09/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 64 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal do Processo n. 2.662/1942 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão criminal requerida por Edmondo Di Robilant, condenado a 8 anos de reclusão, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional, em 21 de maio de 1948, acusado de praticar crime de espionagem.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social

- Crime contra a segurança do Estado
- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Edmondo Di Robilant (Envolvido(a))
- Gomes Carneiro (Revisor(a))
- Lauro Fontoura (Advogado(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

95. Revisão Criminal n. 471/1948

Data(s)

- 12/08/1948 a 29/12/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 16 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao processo n. 2.996/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Julius Wilhelm Karl Baum ao acórdão do Tribunal de Segurança Nacional que o condenou a 8 anos de prisão, acusado de facilitar serviços de espionagem.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Julius Wilhelm Karl Baum (Envolvido(a))
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

96. Revisão Criminal n. 472/1948

Data(s)

- 12/04/1948 a 19/04/1950

Dimensão e suporte

Dimensão: 28 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.469/1942 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Theodor Friedrich Schlegel, condenado a 14 anos de prisão, acusado de

chefiar um pequeno grupo de espiões.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Espionagem
- Retroatividade da lei penal
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 e art. 67

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Theodor Friedrich Schlegel (Envolvido(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

97. Revisão Criminal n. 473/1948

Data(s)

- 20/04/1948 a 18/10/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 22 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.093/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Elemer José Nagy, de nacionalidade húngara, referente ao acórdão do Tribunal de Segurança Nacional que o condenou a 25 anos de prisão, em 29 de outubro de 1943, sob a acusação de ter feito parte de um serviço secreto de espionagem e ter construído uma estação radiotransmissora.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Espionagem
- Radiodifusão sem licença
- Retroatividade da lei penal
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21, art. 67 e art. 68

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Elemer José Nagy (Envolvido(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

98. Revisão Criminal n. 477/1948

Data(s)

- 06/10/1948 a 10/01/1949

Dimensão e suporte

Dimensão: 11 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente aos Processos n. 3.093/1943, n. 3.151, n. 2.672, n. 3.256 e n. 2.710 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Carl Muegge ao acórdão que o condenou a 25 anos de reclusão, acusado de envolvimento em serviços de espionagem.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Espionagem
- Retroatividade da lei penal
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21, art. 67 e art. 68

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)

- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Carl Muegge (Envolvido(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

99. Revisão Criminal n. 478/1948

Data(s)

- 06/10/1948 a 05/02/1949

Dimensão e suporte

Dimensão: 28 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.684 e aos Processos n. 3.093/1943, n. 3.151, n. 2.672, n. 3.256 e n. 2.710 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Heribert Othmar Josef Muller ao acórdão do Tribunal de Segurança Nacional, que o condenou a 8 anos de prisão, acusado de envolvimento em serviços de espionagem.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Heribert Othmar Josef Muller (Envolvido(a))
- Jamil Feres (Advogado(a))
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

100. Revisão Criminal n. 479/1948

Data(s)

- 21/09/1948 a 14/01/1949

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 5.203/1937 e Processo n. 1-B/1936 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Anthero de Almeida ao acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 27 de outubro de 1937, que o condenou acusado de participação no levante comunista ocorrido em 27 de novembro de 1935.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Anthero de Almeida (Emília Alves de Almeida, Amadeu Pereira de Almeida) (Envolvido(a))
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Victor do Espírito Santo (Advogado(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

101. Revisão Criminal n. 480/1948

Data(s)

- 1º/10/1948 a 30/12/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 25 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 5.485 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão requerida por Bunji Tadano, lavrador, nacionalidade japonesa, ao acórdão em que foi condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional a 8 anos de reclusão sob a acusação de ter, em 13 de junho de 1944, destruído plantações de amoreira com o objetivo de prejudicar o esforço bélico do país ou de nação aliada, desejando com seus atos a vitória de sua pátria ou, pelo menos, dificultar o esforço de guerra dos Estados Unidos.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 27 e art. 50

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Bunji Tadano (Envolvido(a))
- Evandro Cavalcanti Lins e Silva (Advogado(a))
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

102. Revisão Criminal n. 482/1948

Data(s)

- 06/10/1948 a 14/01/1949

Dimensão e suporte

Dimensão: 30 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.684 e ao Processo n. 3.093/1943, do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Carlahans Von Den Steinen, condenado a 25 anos de reclusão, por acórdão de 29 de outubro de 1943 do Tribunal de Segurança Nacional, acusado de praticar crime de espionagem.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Carlhans Von Den Steinen (Envolvido(a))
- Paulo Dunshee de Abranches (Advogado(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

103. Revisão Criminal n. 483/1948

Data(s)

- 06/10/1948 a 29/12/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 36 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.684 e ao Processo n. 3.093/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Carlos Fink ao acórdão do Tribunal de Segurança Nacional, de 29 de outubro de 1943, que o condenou a 7 anos de reclusão, acusado de ser agente de informações destinadas à espionagem ao empresário alemão Frederico Kempter.

Nota

O Decreto-Lei n. 7.474, de 18 de abril de 1945, concedeu anistia a todos quantos praticaram crimes políticos desde 16 de julho de 1934 até a data da publicação do referido Decreto-Lei, excetuando, porém, os crimes praticados, em tempo de guerra, contra a segurança do Estado e definidos no Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 e art. 25

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Carlos Fink (Envolvido(a))
- Doralecio Lins Walcacer (Advogado(a))
- Frederico Kempter (Citado(a))
- Hélio Lins Walcacer (Advogado(a))
- Vaz de Mello (Relator(a))

Título

104. Revisão Criminal n. 484/1948

Data(s)

- 06/10/1948 a 10/01/1949

Dimensão e suporte

Dimensão: 15 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente aos Processos n. 3.093/1943, n. 3.151, n. 2.672, n. 3.256 e n. 2.710 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Martin Peter Friedrich Petzold ao acordão do Tribunal de Segurança Nacional de 29 de outubro de 1943, que o condenou a 20 anos de reclusão, acusado de envolvimento em serviços de espionagem.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Martin Peter Friedrich Petzold (Envolvido(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))

- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

105. Revisão Criminal n. 485/1948

Data(s)

- 06/10/1948 a 07/12/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 15 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente aos Processos n. 3.093/1943, n. 3.151, n. 2.672, n. 3.256 e n. 2.710 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Hans Kurt Werner Meyer-Clason ao acordão do Tribunal de Segurança Nacional de 29 de outubro de 1943, que o condenou a 20 anos de reclusão, acusado de envolvimento em serviços de espionagem.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Espionagem
- Retroatividade da lei penal
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 e art. 67

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)

- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Alcebíades Delamare Nogueira da Gama (Advogado(a))
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Hans Kurt Werner Meyer-Clason (Envolvido(a))
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

106. Revisão Criminal n. 486/1948

Data(s)

- 06/10/1948 a 21/07/1952

Dimensão e suporte

Dimensão: 147 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal dos Processos n.3.093/1943 e n. 3.293/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão requerida por Herbert Friedrich Julius Von Heyer, condenado a 25 anos de reclusão, por acórdão de 29 de outubro de 1943 do Tribunal de Segurança Nacional, acusado de cometer crime de espionagem.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Espionagem

- Retroatividade da lei penal
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 e art. 67

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Jamil Feres (Advogado(a))
- Fernando Moreira Guimarães (Procurador(a))
- Herbert Friederich Julius Von Heyer (Julia Von Heyer, Gustav Von Heyer) (Envolvido(a))

Título

107. Revisão Criminal n. 487/1948

Data(s)

- 06/10/1948 a 10/01/1949

Dimensão e suporte

Dimensão: 15 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.093/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão criminal requerida por Frederico Kempter, condenado a 25 anos de reclusão, por acórdão de 29 de outubro de 1943 do Tribunal de Segurança Nacional, acusado de exercer crime de espionagem.

Assunto principal

- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, arts. 21, 67 e 68
- Espionagem
- Retroatividade da lei penal

Nome/Entidade

- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Frederico Kempter (Envolvido(a))

Título

108. Revisão Criminal n. 488/1948

Data(s)

- 06/10/1948 a 10/01/1949

Dimensão e suporte

Dimensão: 13 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.684 e ao Processo n. 3.093/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Joaquim Pinto de Oliveira ao acórdão que o condenou a 8 anos de reclusão, acusado de transmitir informações sobre navios que aportavam no Rio de Janeiro.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Espionagem
- Retroatividade da lei penal
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 e art. 67

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Joaquim Pinto de Oliveira (Envolvido(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

109. Revisão Criminal n. 489/1948

Data(s)

- 06/10/1948 a 24/07/1952

Dimensão e suporte

Dimensão: 183 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente às Apelações n. 1.516 e n. 19.067 e aos Processos n. 3.093/1943 e n. 3.293/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Ernest Ramuz ao acórdão que o condenou sob a acusação de promover ou manter no território nacional serviço destinado à espionagem.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Espionagem
- Radiodifusão sem licença
- Retroatividade da lei penal
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 e art. 67

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Ernest Ramuz (Harminia Liria Matthes, Augusto Matthes) (Envolvido(a))
- Fernando Moreira Guimarães (Procurador(a))
- Jamil Feres (Advogado(a))
- Murgel de Rezende (Relator(a))

Título

110. Revisão Criminal n. 490/1948

Data(s)

- 06/10/1948 a 10/01/1949

Dimensão e suporte

Dimensão: 40 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente aos Processos n. 3.093/1943, n. 3.151, n. 2.672, n. 3.256 e n. 2.710 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Rodolf Heinrich Adolf Karl Ehrorn ao acórdão de 29 de outubro de 1943 que o condenou a 25 anos de reclusão, acusado de envolvimento em serviços de espionagem.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Espionagem
- Pena de morte
- Retroatividade da lei penal
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 e art. 68

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Rodolf Heinrich Adof Karl Ehrorn (Envolvido(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

111. Revisão Criminal n. 491/1948

Data(s)

- 06/10/1948 a 10/01/1949

Dimensão e suporte

Dimensão: 14 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente aos Processos n. 3.093/1943, n. 3.151, n. 2.672, n. 3.256 e n. 2.710 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Adalberto Vamszer ao acórdão que o condenou a 25 anos de reclusão por envolvimento em serviços de espionagem.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, arts. 21 e 67
- Espionagem
- Retroatividade da lei penal

Nome/Entidade

- Adalberto Vamszer (Envolvido(a))
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)

- Vaz de Mello (Relator(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

112. Revisão Criminal n. 498/1948

Data(s)

- 12/10/1948 a 01/07/1949

Dimensão e suporte

Dimensão: 21 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 4.899/1937.

Âmbito e conteúdo

Revisão criminal requerida por Carlos Amorety Osório, capitão reformado do Exército, condenado a 10 meses e 15 dias de prisão com trabalho por sentença do Tribunal de Segurança Nacional de 13 de setembro de 1937, confirmada pelo Superior Tribunal Militar, acusado de dirigir a organização Aliança Nacional Libertadora.

Assunto principal

- Anistia
- Crime contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 20
- Decreto-Lei n. 7.474, de 18 de abril de 1945

Nome/Entidade

- Aliança Nacional Libertadora (ANL)
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Ary Pires (Revisor(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Carlos Amorety Osório (Emilia Amoretty Osório, Manoel Luiz Osório) (Envolvido(a))
- Francisco Moesia Rolim (Advogado(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

113. Revisão Criminal n. 500/1948

Data(s)

- 14/10/1948 a 19/10/1949

Dimensão e suporte

Dimensão: 21 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.996/1943 do Tribunal de Segurança Nacional e à Revisão Criminal n. 406.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Affonso Digeser à sentença que o condenou a 2 anos de reclusão, acusado de espionagem.

Nota

Foi denunciado por participar de um grupo dirigido por Frank Walter Jordan, acusado de praticar serviço de espionagem no Brasil.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Espionagem
- Retroatividade da lei penal
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 e art. 67

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Affonso Digeser (Envolvido(a))
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Frank Walter Jordan (Citado(a))
- Humberto Chaves (Advogado(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

114. Revisão Criminal n. 508/1948

Data(s)

- 14/10/1948 a 11/09/1950

Dimensão e suporte

Dimensão: 148 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente às Apelações n. 1.684 e n. 1.803 e aos Processos n. 3.093/1943 e n. 3.293/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Albrecht Gustav Engels, engenheiro, condenado a pena de 30 anos de reclusão, por acórdão de 27 de julho de 1943 do Tribunal de Segurança Nacional, acusado de promover ou manter, no território nacional, serviço secreto de espionagem.

Unidades de descrição relacionadas

Processo 3.093/1943

Processo 3.293/1943

Descrições relacionadas

Revisão Criminal n. 574/1950

Revisão Criminal n. 526/1949

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Espionagem
- Pena de Morte
- Retroatividade da lei penal
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21, art. 67 e art. 68

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Joaquim Mariano Nogueira Coêlho (Advogado(a))
- Fernando Moreira Guimarães (Procurador(a))
- Albrecht Gustav Engels (Martha Engels, Joseph Engels) (Envolvido(a))

Título

115. Revisão Criminal n. 509/1948

Data(s)

- 14/10/1948 a 21/07/1952

Dimensão e suporte

Dimensão: 125 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente aos Processos n. 3.093/1943 e n. 3.293/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Kurt Martin Alfred Weingaertner, condenado a 25 anos de reclusão, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 29 de outubro de 1943, acusado de espionagem.

O recorrente ter sido sentenciado em dois processos pelo mesmo fato.

Descrição relacionada

Processo n. 3.093/1943

Processo n. 3.293/1943

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Espionagem
- Retroatividade da lei penal
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 e art. 67

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Fernando Moreira Guimarães (Procurador(a))
- Jamil Feres (Advogado(a))
- Kurt Martin Weingartner (Else Weingartner, Martim Weingartner) (Envolvido(a))
- Murgel de Rezende (Revisor(a))

Título

116. Revisão Criminal n. 510/1948

Data(s)

- 15/10/1948 a 21/07/1952

Dimensão e suporte

Dimensão: 77 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente aos Processos n. 3.093/1943 e n. 3.293/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal referente a Heinz Otto Hermann Lorenz, condenado por acórdão de 27 de julho de 1943 do Tribunal de Segurança Nacional por promover ou manter, no território nacional, serviço secreto destinado a espionagem.

O recorrente alega ter sido sentenciado duas vezes pelos mesmos fatos e às mesmas penas.

Assunto principal

Processo n. 3.093/1943 - TSN

Processo n. 3.293/1943 - TSN

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Espionagem
- Retroatividade da lei penal
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 e art. 67

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Fernando Moreira Guimarães (Procurador(a))
- Heinz Otto Herman Lorenz (Else Hanebuth, Heinrich Lorenz) (Envolvido(a))
- Jamil Feres (Advogado(a))
- Navio Winduk
- Vaz de Mello (Relator(a))

Título

117. Revisão Criminal n. 511/1948

Data(s)

- 15/10/1948 a 14/01/1949

Dimensão e suporte

Dimensão: 15 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.684 e ao Processo n. 3.093/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Niels Christian Christensen, condenado a 30 anos de reclusão, por acórdão de 29 de outubro de 1942 do Tribunal de Segurança Nacional, acusado de haver dirigido serviço de espionagem no país.

Nota

O recorrente é acusado de ser chefe do grupo de espiões que mais atuou na Capital Federal, com ramificações pelos estados.

Assunto principal

- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Crimes contra a ordem política e social
- Espionagem
- Pena de morte
- Retroatividade da lei penal
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21, art. 67 e art. 68

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Niels Christian Christensen (Envolvido(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

118. Revisão Criminal n. 512/1948

Data(s)

- 15/10/1948 a 29/02/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 12 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.320 e Processo n. 2.564 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão criminal requerida por Yugo Kusakabe, Heitaka Taira e Masagiro Sugimata, todos de nacionalidade japonesa, condenados a 8 anos de prisão, por acórdão de 6 de abril de 1943 do Tribunal de Segurança Nacional; incursos no grau máximo das penas previstas no art. 3º, inciso VIII, do Decreto-Lei n. 431, de 18 de maio de 1938, acusados de atividades atentatórias à segurança do Estado brasileiro.

Nota

Foi encontrada com os acusados uma carta remetida por uma organização do Japão denominada "Taisci-Yukusam Doshi Kay" (Associação dos Correligionários da Corporação do Grande Político).

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Decreto-Lei n. 431, art. 3º

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Heitaka Taira (Envolvido(a))
- Masagiro Sugimata (Envolvido(a))
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Yugo Kusabake (Envolvido(a))

Título

119. Revisão Criminal n. 514/1948

Data(s)

- 15/10/1948 a 29/11/1949

Dimensão e suporte

Dimensão: 28 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.418 e ao Processo n. 2.996/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Frank Walter Jordan, condenado a 20 anos de reclusão, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional, acusado de dirigir e manter serviço de espionagem no país, transmitindo para a Alemanha, por meio de um aparelho radiotransmissor, notícias secretas referentes à navegação comercial inglesa e americana.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Espionagem
- Retroatividade da lei penal
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 e art. 67

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Frank Walter Jordan (Envolvido(a))

Título

120. Revisão Criminal n. 525/1949

Data(s)

- 04/01/1949 a 11/09/1950

Dimensão e suporte

Dimensão: 129 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.093/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Theodor Friedrich Schlegel, condenado à pena de morte comutada em 30 anos de prisão, por acórdão de 29 de outubro de 1943 do Tribunal de Segurança Nacional, acusado de promover ou manter, no território nacional, serviço secreto de espionagem.

Unidades de descrição relacionadas

Processo n. 3.093/1943

Descrições relacionadas

Revisão Criminal n. 472/1948

Nota

O recorrente fora condenado, juntamente com vários outros acusados, à pena de 14 anos de prisão, no Processo n. 2.469/1942 do Tribunal de Segurança Nacional.

Assunto principal

- Comutação da pena
- Crime contra a segurança do Estado

- Crimes contra a ordem política e social
- Espionagem
- Pena de morte
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Theodor Friedrich Schlegel (Envolvido(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Yaco Fernandes (Advogado(a))

Título

121. Revisão Criminal n. 526/1949

Data(s)

- 11/01/1949 a 11/09/1950

Dimensão e suporte

Dimensão: 32 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.293/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Albrecht Gustav Engels, condenado a 30 anos de reclusão pelo Tribunal de

Segurança Nacional, por acórdão de 27 de julho de 1943, acusado de crime de espionagem.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Espionagem
- Retroatividade da lei penal
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21, art. 67 e art. 68

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Albrecht Gustav Engels (Martha Engels, Joseph Engels) (Envolvido(a))
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Fernando Moreira Guimarães (Procurador(a))
- Joaquim Mariano Nogueira Coêlho (Advogado(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))

Título

122. Revisão Criminal n. 542/1949

Data(s)

- 29/06/1949 a 04/08/1950

Dimensão e suporte

Dimensão: 21 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.469/1942 do Tribunal de Segurança Nacional e à Revisão Criminal n. 465.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Nicolaus Eduard Dellingshausen, alemão, civil, condenado por acórdão prolatado na Revisão Criminal n. 465, em 21 de julho de 1948, acusado de espionagem.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Espionagem
- Perigo a aparelhamento militar
- Decreto 6.227, 24 de janeiro de 1944 (Código Penal Militar), art. 57
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 e art. 23

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Edgard Pinto Lima (Advogado(a))
- Nicolaus Eduard Dellingshausen (Envolvido(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

123. Revisão Criminal n. 549/1949

Data(s)

- 29/08/1949 a 04/08/1950

Dimensão e suporte

Dimensão: 38 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 2.714 e ao Processo 5.374, ambos do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Wilhelm Heinrich Kopff, alemão, condenado a dez anos de reclusão, por acórdão prolatado na Revisão Criminal n. 446, em 13 de março de 1948, pelo Superior Tribunal Militar.

Nota

O recorrente foi anteriormente condenado a 27 anos e 6 meses de reclusão por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 28 de maio de 1945, sob a acusação de cometer crime de espionagem.

Neste novo pedido de revisão, pretende o revisando a abolvição se mantida for a classificação no art. 276 do Código Penal Militar ou que reduza a penalidade que lhe foi imposta, desclassificando o delito para o art. 23 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942.

Descrição relacionada

Revisão Criminal n. 446/1947

Revisão Criminal n. 575/1950

Assunto principal

- Tentativa de crime
- Crime contra a segurança do Estado
- Crimes contra a ordem política e social
- Espionagem
- Perigo a aparelhamento militar
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 e art. 57

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)

- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Gomes Carneiro (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Wilhelm Heinrich Koepff (Cristine Koepff, Wilhelm Koepff) (Envolvido(a))

Título

124. Revisão Criminal n. 557/1949

Data(s)

- 29/11/1949 a 10/07/1952

Dimensão e suporte

Dimensão: 17 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.684 e Processo n. 3.093/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Niels Christian Christensen, condenado a 30 anos de reclusão, por acórdão de 29 de outubro de 1943 do Tribunal de Segurança Nacional, acusado de promover ou manter no território nacional serviço secreto destinado à espionagem.

Unidades de descrição relacionadas

Apelação n. 1.684

Processo n. 3.093/1943

Descrições relacionadas

Revisão Criminal n. 511/1948

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Espionagem
- Retroatividade da lei penal
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21, art. 67 e art. 68

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Evandro Cavalcanti Lins e Silva (Advogado(a))
- Murgel de Rezende (Relator(a))
- Niels Christian Christensen (Envolvido(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

125. Revisão Criminal n. 560/1949

Data(s)

- 30/12/1949 a 01/08/1952

Dimensão e suporte

Dimensão: 45 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.093/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal referente a Theodor Friedrich Schlegel, condenado a pena de morte comutada em 30 anos de prisão, por acórdão de 29 de outubro de 1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Acusado de promover ou manter, no território nacional, serviço secreto destinado a espionagem.

Nota

O recorrente requer que o STM reforme o acórdão exarado pelo Tribunal de Segurança Nacional no Processo n. 3.093/1943 e desclassifique o crime do art. 21 para o art. 23 do Decreto-Lei n. 4.766/1942, pelo qual já cumpre pena.

Assunto principal

- Comutação da pena
- Crime contra a segurança do Estado
- Crimes contra a ordem política e social
- Espionagem
- Pena de morte
- Radiodifusão sem licença
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Murgel de Rezende (Relator(a))
- Theodor Friedrich Schlegel (Envolvido(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Yaco Fernandes (Advogado(a))

Título

126. Revisão Criminal n. 566/1950

Data(s)

- 28/04/1950 a 20/09/1950

Dimensão e suporte

Dimensão: 51 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 5.203/1937 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão criminal requerida por Antero de Almeida, ex-oficial do Exército, condenado a 7 anos e 3 meses de reclusão, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 27 de outubro de 1937. Foi acusado de tomar parte no levante comunista de novembro de 1935.

Embora tenha sido anistiado, o recorrente alega que apenas recuperou a sua liberdade de locomoção, o que restringe extraordinariamente o conceito de anistia. O Revisando espera o seu retorno à vida no Exército. Repetindo o recurso de revisão, almeja obter a sua reversão ao serviço ativo do Exército como consequência do ato de anistia que o beneficiou.

Assunto principal

- Anistia
- Crime contra a ordem política e social
- Crime de motim e revolta
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)

- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Antero de Almeida (Envolvido(a))
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Claudino Victor do Espírito Santo Júnior (Advogado(a))
- Victor do Espírito Santo (Advogado(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

127. Revisão Criminal n. 574/1950

Data(s)

- 18/10/1950 a 27/03/1951

Dimensão e suporte

Dimensão: 28 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.293/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão criminal requerida por Albrecht Gustav Engels, engenheiro, condenado a 10 anos de reclusão, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 27 de julho de 1942, acusado de espionagem.

Descrições relacionadas

- Revisão Criminal n. 508/1948

- Revisão Criminal n. 526/1949

Nota

O requerente já havia obtido a redução da pena em uma revisão anterior. Pede novamente revisão do processo para o fim de ser absolvido.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Albrecht Gustav Engels (Martha Engels, Joseph Engels) (Envolvido(a))
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Fernando Moreira Guimarães (Procurador(a))
- Joaquim Mariano Nogueira Coêlho (Advogado(a))
- Vaz de Mello (Relator(a))

Título

128. Revisão Criminal n. 575/1950

Data(s)

- 13/11/1950 a 18/04/1951

Dimensão e suporte

Dimensão: 12 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 2.714 e ao Processo n. 5.347/1944 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão criminal requerida por Wilhelm Heinrich Kopff, condenado a 27 anos e 6 meses de reclusão, por aócrdão do Tribunal de Segurança Nacional, acusado de praticar crime de espionagem.

Na Revisão n. 446, de 1947, por acórdão de 13 de março de 1948, o Superior Tribunal Militar desclassificou o crime para o art. 276 do Código Penal Militar, condenando o requerente à pena de dez anos de reclusão.

Na Revisão n. 549, de 1949, pretendia-se a abolvição se mantida fosse a classificação no art. 276 do Código Penal Militar ou que reduzisse a penalidade que foi imposta ao revisando, desclassificando o delito para o art. 23 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942.

Nesta nova revisão, o revisando pede que o Superior Tribunal Militar o considere incurso no art. 23 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, e o condene à pena mínima de 2 anos de prisão.

Descrições relacionadas

Revisão Criminal n. 446/1947

Revisão Criminal n. 549/1949

Nota

Na Revisão n. 446, de 1947, por acórdão de 13 de março de 1948, o Superior Tribunal Militar desclassificou o crime para o art. 276 do Código Penal Militar, condenando o requerente à pena de dez anos de reclusão.

Na Revisão n. 549, de 1949, pretendia-se a abolvição ou a redução da penalidade que foi imposta ao revisando, desclassificando o delito para o art. 23 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942.

Nesta nova revisão, o revisando pede que o Superior Tribunal Militar o considere incurso no art. 23 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, e o condene à pena mínima de 2 anos de prisão.

Assunto principal

- Tentativa de crime
- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Perigo a aparelhamento militar

- Radiodifusão sem licença
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 23

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Wilhelm Heinrich Koepff (Cristine Koepff, Wilhelm Koepff) (Envolvido(a))

Título

129. Revisão Criminal n. 576/1950

Data(s)

- 21/11/1950 a 23/10/1951

Dimensão e suporte

Dimensão: 97 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.662/1942 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão criminal requerida por Enzo Di Vicino, capitão de corveta da Marinha de Guerra italiana e adido naval à Embaixada da Itália no Brasil, condenado a 20 anos de reclusão pelo Tribunal de Segurança Nacional, acusado de cometer crime de espionagem.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social

- Crime contra a segurança do Estado
- Radiodifusão sem licença
- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Alvaro de Senna Valle (Advogado(a))
- Enzo Di Vicino (Envolvido(a))
- Gomes Carneiro (Revisor(a))
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

130. Revisão Criminal n. 584/1951

Data(s)

- 15/04/1951 a 28/01/1952

Dimensão e suporte

Dimensão: 60 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 4.899 do Supremo Tribunal Militar.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal referente a Carlos Amorety Osório, condenado a 10 meses e 15 dias de prisão com trabalho por acórdão de 13 de setembro de 1937 do TSN, acusado de dirigir a Aliança Nacional Libertadora.

Descrições relacionadas

- Apelação n. 4.899/1937
- Revisão Criminal n. 498/1948

Nota

Trata-se de nova revisão ao Processo n. 4.899/1937, para o fim de absolvição.

Nota

Na Revisão n. 498, o STM, em acórdão de 23 de maio de 1949, considerou prejudicado o pedido, porque o Decreto-Lei n. 7.474, de 18 de abril de 1945, concedera anistia a todos quantos tenham cometido crime político, desde 16 de julho de 1934 até a promulgação do referido decreto-lei.

Assunto principal

- Anistia
- Crime contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 20

Nome/Entidade

- Aliança Nacional Libertadora (ANL)
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Alcy Demillecamps (Advogado(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Carlos Amorety Osório (Emilia Amoretty Osório, Manoel Luiz Osório) (Envolvido(a))
- Gomes Carneiro (Revisor(a))
- Hermes Lima (Advogado(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

131. Revisão Criminal n. 609/1952

Data(s)

- 04/06/1952 a 12/08/1952

Dimensão e suporte

Dimensão: 15 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 5.347/1944 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão criminal requerida por Wilhelm Heinrich Kopff, condenado a 10 anos de reclusão, por acórdão do Superior Tribunal Militar relatado na Revisão Criminal n. 446, em 13 de agosto de 1948.

Nota

O revisando foi anteriormente condenado a 27 anos e 6 meses de reclusão por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 28 de maio de 1945, sob a acusação de cometer crime de espionagem.

Na Revisão n. 446, de 1947, por acórdão de 13 de março de 1948, o Superior Tribunal Militar desclassificou o crime, condenando o requerente à pena de dez anos de reclusão.

Na Revisão n. 549, de 1949, pretendia-se a abolvição ou a redução da penalidade que foi imposta ao revisando, desclassificando o delito para o art. 23 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942.

Na Revisão n. 575, de 1950, o revisando pediu que o Superior Tribunal Militar o considerasse incurso no art. 23 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, e o condenasse à pena mínima de 2 anos de prisão.

Nesta nova revisão, o suplicante pede que o Superior Tribunal Militar lhe imponha a pena do crime tentado ou que o desclassifique para o art. 23 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, ou, então, que o absolva.

Descrições relacionadas

- Revisão Criminal n. 446/1948

Assunto principal

- Tentativa de crime
- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Espionagem
- Perigo a aparelhamento militar
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 23

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Jamil Feres (Advogado(a))
- Murgel de Rezende (Relator(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Wilhelm Heinrich Koepff (Cristine Koepff, Wilhelm Koepff) (Envolvido(a))

Título

132. Revisão Criminal n. 613/1952

Data(s)

- 18/06/1952 a 01/12/1952

Dimensão e suporte

Dimensão: 15 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 5.347/1944 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por William Marcus Baarn, condenado a 27 anos e 6 meses de reclusão pelo Tribunal de Segurança Nacional.

Foi preso preventivamente assim que aportou no Brasil, tendo sido acusado de espionagem. Além disso, portava um rádio clandestino.

Nota

Consta que William Marcus Baarn era companheiro de Wilhelm Heinrich Kopff.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Espionagem
- Radiodifusão sem licença
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21, art. 23 e art. 57

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção))
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Jamil Feres (Advogado(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- William Marcus Baarn (Emma Gertrude Van Rhemen, Julius Abraham Baarn) (Envolvido(a))

Título

133. Revisão Criminal n. 615/1952

Data(s)

- 07/06/1952 a 08/09/1952

Dimensão e suporte

Dimensão: 19 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.093/1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Niels Christian Christensen, condenado pelo Superior Tribunal Militar, em 10 de junho de 1952, a 20 anos de reclusão, acusado de espionagem.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Espionagem
- Retroatividade da lei penal
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67 e art. 68

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Cardoso de Castro (Relator(a))

- Jamil Feres (Advogado(a))
- Murgel de Rezende (Revisor(a))
- Niels Christian Christensen (Envolvido(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

134. Revisão Criminal n. 619/1952

Data(s)

- 19/08/1952 a 01/12/1952

Dimensão e suporte

Dimensão: 21 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 5.054/1937 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Alcêdo Batista Calvalcanti, coronel do Exército Nacional, condenado a 4 anos e 10 meses por acórdão do Superior Tribunal Militar de 12 de janeiro de 1938, acusado de estar envolvido no movimento revolucionário de cunho comunista ocorrido em novembro de 1935.

Neste pedido, espera o requerente que o Superior Tribunal Militar, tomando conhecimento da presente revisão, dar-lhe-á provimento para, reformando o acórdão recorrido, absolver o mesmo requerente da condenção que sofreu.

Assunto principal

- Intentona Comunista
- Crime de incitamento à indisciplina
- Crime de motim e revolta
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Alcedo Baptista Cavalcante (Envolvido(a))
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Gabriel Costa Carvalho (Advogado(a))
- Heráclito Fontoura Sobral Pinto (Advogado(a))
- José Tocqueville de Carvalho Filho (Advogado(a))
- Murgel de Rezende (Revisor(a))
- Pedro Paulo de Castro Pinheiro (Advogado(a))
- Ruth de Azambuza Sobral Pinto (Advogado(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Wilson Salazar (Advogado(a))

Título

135. Revisão Criminal n. 634/1952

Data(s)

- 26/11/1952 a 29/12/1952

Dimensão e suporte

Dimensão: 13 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 2.714 e ao Processo n. 5.347/1944 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Wilhelm Heinrich Kopff, condenado a 10 anos de reclusão, por acórdão do Superior Tribunal Militar de 13 de agosto de 1948.

Descrição relacionada

Revisão Criminal n. 446/1948

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Tentativa de crime
- Decreto-Lei 6.227, 24 de janeiro de 1944 (Código Penal Militar), arts. 20

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Jamil Feres (Advogado(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Wilhelm Heinrich Kopff (Cristine Kopff, Wilhelm Kopff) (Envolvido(a))

Título

136. Revisão Criminal n. 670/1953

Data(s)

- 09/12/1953 a 18/11/1954

Dimensão e suporte

Dimensão: 41 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.469/1942 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Nicolaus Eduard Dellingshausen, alemão, civil, condenado a 8 anos de prisão, por acórdão de 19 de novembro de 1942 do Tribunal de Segurança Nacional, sob a acusação de praticar crime de espionagem.

Requer revisão dos autos do processo crime a que respondeu para o fim de ser absolvido.

Descrições relacionadas

Revisão Criminal n. 465/1948

Revisão Criminal n. 542/1949

Nota

O requerente foi acusado, no processo de origem, de ser integrante de um grupo dirigido por Theodore Frederich Schlegel, acusado de praticar espionagem no Brasil.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Edgard Pinto Lima (Advogado(a))
- Fernando Moreira Guimarães (Procurador(a))

- Mario Leal (Revisor(a))
- Nicolaus Eduard Dellingshausen (Envolvido(a))
- Theodor Friedrich Schlegel (Citado(a))

Título

137. Revisão Criminal n. 682/1954

Data(s)

- 08/06/1954 a 25/10/1954

Dimensão e suporte

Dimensão: 26 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.826 e ao Processo n. 3.823 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Fernando Manoel de Almeida e Motta Marques, jornalista, português, condenado a 2 anos de reclusão, por acórdão do Superior Tribunal Militar de 16 de janeiro de 1948, pela posse, sem licença, em tempo de guerra, de um aparelho transmissor de radiotelegrafia.

Na presente revisão, pleiteia o revisando a absolvição.

Unidades de descrição relacionadas

Processo n. 3.823 – TSN

Apelação n. 1.826

Revisão Criminal n. 358/1937

Descrição relacionada

Revisão Criminal n. 450/1947

Nota

Foi condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional a 8 anos de reclusão, como incurso na sanção do art. 21 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, acusado de promover ou manter, no território nacional, serviço secreto destinado a espionagem.

Requereu, então, sob o n. 358, revisão do processo, sendo indeferido o pedido, pelo acórdão de 30 de setembro de 1946.

Em segunda revisão, sob o n. 450, obteve ele a desclassificação do crime para o art. 23 do referido Decreto-Lei, por acórdão do Superior Tribunal Militar de 16 de janeiro de 1948, sendo fixada a pena em 2 anos de reclusão, pela posse, sem licença, de um aparelho transmissor de radiotelegrafia, em tempo de guerra.

Na presente revisão – a terceira requerida –, pleiteia o revisando a absolvição.

Assunto principal

- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Radiodifusão sem licença
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 23

Nome/Entidade

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)Fernando Manoel de Almeida e Motta Marques (Carlos Alberto da Motta Marques) (Envolvido(a))
- Fernando Moreira Guimarães (Procurador(a))
- Mario Leal (Relator(a))
- Murgel de Rezende (Revisor(a))

Título

138. Apelação n. 26.067/1955

Data(s)

- 31/03/1955 a 07/12/1956

Dimensão e suporte

Dimensão: 1.982 folhas, 8 volumes e 1 apenso

Suporte: papel

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

Nome do produtor

3ª Auditoria da 1ª Região Militar

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

O processo teve início como Inquérito n. 64, do Livro n. 1, da Delegacia Especial de Segurança Política e Social, na Capital Federal.

Autuado no Tribunal de Segurança Nacional com o número 3.293, em 26 de março de 1943.

Acórdão prolatado em 27 de abril de 1943.

Houve recurso de Apelação sob o número 1.516, de 1945, para o próprio STN. Com a extinção desse Tribunal, foi o processo aforado para a 3ª Auditoria da 1ª Região Militar, em 1948, recebendo a numeração 635.

Foi requerida Apelação para o STM, sob o número 19.067, de 27 de abril de 1950.

Juntado o Recurso Criminal n. 3.545, de 10 de maio de 1954.

Virou Apelação n. 26.067, em 1955, posteriormente embargada.

Âmbito e conteúdo

A apelação refere-se ao processo em que foram julgados Tulio Regis Nascimento, Gerardo Margella Melo Mourão, Kurt Prueffer, Alexander Konder e outros, acusados de promoção e manutenção de serviço secreto destinado à espionagem, além da atuação com objetivo de destruir o navio Winduck.

Descrição relacionada

Processo n. 3.293/1943 - TSN

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Espionagem

- Retroatividade da lei penal
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 e art. 67

Nome/Entidade

- Navio Winduk
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Albrecht Gustav Engels (Martha Engels, Joseph Engels) (Envolvido(a))
- Alexander Konder (Maria Corina Konder, Marcos Konder) (Envolvido(a))
- Álvaro da Costa Souza (Rita de Souza, Luiz da Costa Souza) (Envolvido(a))
- Camilo Mendes Pimentel (Aurea Vale Pimentel, Francisco Mendes Pimentel) (Envolvido(a))
- Carlos Astrogildo Correa (Maria do Nazaré Corrêa, Arnaldo Lopes Corrêa) (Envolvido(a))
- Ernest Ramuz (Harminia Liria Matthes, Augusto Matthes) (Envolvido(a))
- Evandro Cavalcanti Lins e Silva (Advogado(a))
- Francisco Moesia Rolim (Advogado(a))
- Gerardo Margella Melo Mourão (Esther Mello Mourão, Coriolando Ribeiro Mello) (Envolvido(a))
- Heinz Ehlert (Eleonore Brinkran, Willehm Brinkran) (Envolvido(a))
- Heinz Otto Herman Lorenz (Else Hanebuth, Heinrich Lorenz) (Envolvido(a))
- Heitor Lima (Advogado(a))
- Herbert Friederich Julius Von Heyer (Julia Von Heyer, Gustav Von Heyer) (Envolvido(a))
- Herman Bohny (Envolvido(a))
- Jamil Feres (Advogado(a))
- Jefferson de Araujo Dias (Maria Milagre de Araújo Dias, Vitorino Antonio Dias) (Envolvido(a))
- Kurt Martin Weingartner (Else Weingartner, Martim Weingartner) (Envolvido(a))
- Kurt Prueffer (Envolvido(a))
- Mario Bulhões Pedreira (Advogado(a))
- Oswaldo Riffel França (Regina Puin, João Riffel França) (Envolvido(a))
- Othomar Gamilischig (Marie Gamilischig, Felix Gamilischig) (Envolvido(a))
- Tulio Regis Nascimento (Olga Regis Nascimento, Flavio Queiroz Nascimento) (Envolvido(a))
- Valencio Wurch Duarte (Anna Sofia Sara Wurch, Antonio Rodrigues Duarte) (Envolvido(a))

- Vasco Parolini Pezzi (Adélia Parolini Pezzi, Mansueto Pezzi) (Envolvido(a))
- Walter Becker (Envolvido(a))

Título

139. Revisão Criminal n. 806/1957

Data(s)

- 21/11/1957 a 15/09/1958

Dimensão e suporte

Dimensão: 113 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 26.064 e à Revisão Criminal n. 428/1947.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Gerardo Majella Mello Mourão, jornalista, condenado a 6 anos de reclusão, como incurso no art. 124, preâmbulo, do Código Penal Militar, de 1944, por desclassificação, e em face do acórdão do Superior Tribunal Militar de 1º de outubro de 1947, na Revisão Criminal n. 428/1947.

No presente processo, vem o revisando, pela segunda vez, pleitear sua absolvição do crime de que foi denunciado e condenado.

Descrições relacionadas

Revisão Criminal n. 428/1947

Apelação n. 26.064

Revisão Criminal n. 428/1947

Nota

Foi processado e condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional a 30 anos de reclusão, por acórdão de 27 de julho de 1943, como incluso no art. 21 combinado com os arts. 67 e 68 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, acusado de ter tomado parte ativa em atos de espionagem em favor da Alemanha, como auxiliar do ex-capitão Túlio Regis do Nascimento.

Assunto principal

- Crime contra a ordem política e social
- Crime contra a segurança do Estado
- Crime em tempo de guerra
- Documento de natureza militar
- Espionagem
- Retroatividade da lei penal
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 e art. 67
- Decreto-Lei 6.227, 24 de janeiro de 1944 (Código Penal Militar), art. 125

Nome/Entidade

- Navio Winduk
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)Adalberto Barreto (Relator(a))
- Almirante Pinto de Lima (Revisor(a))
- Gerardo Majella Melo Mourão (Esther Mello Mourão, Coriolando Ribeiro Mello) (Envolvido(a))
- Ivo d'Aquino (Procurador(a))
- Maria Nazaré Lima Mascarenhas (Advogado(a))

Impressão e acabamento:
Gráfica do STM

Formato: 22 cm x 28 cm
Papel do miolo: Sulfite 75g/m²
Capa: Opalina 180g/m² color
Fonte: Times New Roman, 11
Número de páginas: 228
Acabamento: Lombada